ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

----- No dia dezasseis do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela primeira secretária Maria de Lurdes Castro, como presidente da mesa e em substituição do presidente da Assembleia e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Joaquim José Rocha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2012; -----

----- 4 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2012; -----

----- 5 - Alteração ao Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais;-----

----- 6 - Construção do Pavilhão Desportivo de Apoio ao Centro Escolar de Barrosas (Stº Estevão) – Autorizar Repartição de Encargos;-----

----- 7 - Criação da Agência de Energia do Tâmega e Sousa – Aprovação;--

----- 8 - Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada no Concelho de Lousada - Aprovação;-----

----- 9 - Aditamento ao Capítulo III da Tabela de Taxas e Licenças - Aprovação; -----

----- 10 - Aprovação do Plano Director Municipal; -----

----- 11 - Apresentação das actividades realizadas ao longo do ano pelas comissões de acompanhamento eleitas pela Assembleia Municipal. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Silva Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Virginia Luzia dos Santos Monteiro, Joaquim José da Silva Rocha, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto, João Carlos Pinto Correia, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, Delfina Morais da Silva Campos, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, José Augusto Campos Barros, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília Vieira de Sousa, Filipa Maria

de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António Joaquim dos Santos Pacheco representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Casais, Armando Barros Marques representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Ferreira Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, José Manuel Sampaio Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal Ribeiro presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Amâncio Augusto Santos, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Carlos Pedro Moreira presidente da junta de Freguesia de Meinedo, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, num total de trinta e oito membros. Estiveram também presentes o senhor vereador Pedro Machado em substituição do senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores Leonel Vieira, Cristina Moreira, Maria Cândida Barreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar.-----

----- A Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A senhora presidente da Mesa começou por informar que a alteração da composição da Mesa se devia á ausência do senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário Fonseca que faltava por motivos saúde. Esclareceu ainda que o senhor vice-presidente, Dr. Pedro Machado, substituíu o senhor presidente que não pode estar presente e que após reunião prévia dos representantes dos grupos municipais com o presidente da Assembleia ficou acordado que para discussão do terceiro ponto (Documentos previsionais para 2012) o grupo do PS terá cinquenta minutos, a Coligação quarenta, CDU e membro independente dez. Comunicou também que presidente da Junta de Freguesia de Nespereira apresentou uma declaração para justificar a falta à sessão anterior que não foi considerada pela Mesa. E por fim deu conhecimento que José Augusto Campos Barros se encontra

em substituição do membro Vanda Sofia de Oliveira Bragança que comunicou uma ausência por trinta dias, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro substituíu o membro Claudia Patricia Alves Pereira Lousada que comunicou uma ausência por trinta dias, Abílio António Ferreira Alves substituíu o membro Ana Margarida Morais da Silva Neto que comunicou uma ausência por dez dias, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substituíu o membro Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o candidato imediatamente a seguir na ordem da lista, Ricardo Jorge Oliveira, não se encontrava disponível, Delfina Morais da Silva Campos substituíu o membro José Manuel Teixeira Gonçalves que comunicou uma ausência por trinta dias, Presidente da Junta de Freguesia de Casais está representado pelo seu representante legal António Joaquim dos Santos Pacheco e Presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo está representado pelo seu representante legal Armando de Barros Marques. -----

----- A presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que apresentou justificação de falta à sessão ordinária de vinte e três de Setembro de dois mil e onze, o seguinte membro: Mário Fernando Ribeiro Pacheco da Fonseca. -----

----- De seguida foi posta à discussão da acta da sessão anterior e não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da acta da sessão ordinária de vinte e três de Setembro de dois mil e onze, que foi aprovada por unanimidade de trinta e oito votos. -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e três minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Aproveitava este momento antes de iniciarmos a ordem dos trabalhos, apenas para referir que lamentamos, ou seja, a bancada da coligação “Lousada Viva” lamenta que o senhor presidente de Câmara não possa estar presente hoje nesta tão importante Assembleia Municipal. Desconhecemos o motivo pelo qual ele hoje não pode estar presente. O que é certo é que muitos de nós também fazemos esforços e às vezes aguentamos dificuldades para conseguir marcar

presença nesta Assembleia. Sendo esta uma Assembleia que irá tratar de importantes documentos como o orçamento, plano plurianual de investimento, o PDM, entre outros importantes assuntos. E como disse desconhecendo o seu verdadeiro motivo que justifique a ausência. Não obstante lamentar que gostaríamos de ter, como é óbvio, a presença do senhor presidente de Câmara.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e oito minutos quando deram entrada na Assembleia os seguintes membros: Alberto Oliveira e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ Senhora presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor presidente de Câmara em substituição, senhoras vereadoras e senhores vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, excelentíssimo público, senhores representantes da comunicação social. As minhas primeiras palavras são para manifestar a honra que sinto em integrar uma Assembleia presidida por uma jovem senhora. Sou um acérrimo defensor, há muito tempo, de mulheres ao poder. Quando vinha para aqui tinha uma ideia sobre a matéria a abordar e não mudo essa ideia, nem a matéria, simplesmente o que nós na vida militar chamamos indícios técnicos, levam-me a alterar um pouco a maneira de comunicar. Quero referir-me ao tema reforma administrativa, o chamado documento verde e que diz respeito ao problema da formação, fusão e outras situações das freguesias. O objectivo fundamental está bem definido e está bem definido no número de freguesias que é a redução imposta pela troika, documento assinado, e queria frisar, pelo anterior governo e pelos partidos que integram o actual arco governamental. Existe uma estratégia apresentada pelo governo que deve e tem que ser minimamente flexível pensada e elaborada. Não é de aceitar um critério de régua e esquadro, impondo-se a necessidade de respeitar características e especificidades locais, ouvindo as autarquias, legais representantes das populações. Existe ou podem existir eventuais divergências de tácticas, mas tendo sempre em vista o mesmo objectivo. Se assim não suceder resta a adopção da estratégia do poder, sendo as populações as únicas prejudicadas. Como sempre sucede quando se implementam reformas surgem reacções negativas, por vezes muito fortes e por vezes plenamente justificadas. Há que ter a coragem política de resistir, infelizmente, corrente tentação do seu aproveitamento partidário e

agora muito mais com o aproximar das eleições autárquicas. Estão muito mais próximas do que se julga ou que parece. É um autêntico desafio às forças partidárias, e não só, é uma ocasião para que todas as forças demonstrem que colocam acima destes interesses o interesse nacional, não abrindo querelas desnecessárias e a que nada conduzem, excepto para um país ainda mais fragilizado e dividido. Por tal, há que não esquecer, ser mais forte a força que nos une do que a fraqueza que nos separa, e todos somos poucos para restituir a Portugal a independência financeira e económica já parcialmente perdida, o prestígio e mesmo a sua dignidade. E isto constitui um verdadeiro desígnio nacional. Por tudo afirmado, daqui lanço um repto ao partido socialista local e muito especial à sua bancada, para liderar o processo como partido legal e democraticamente eleito como maioritário, sentando-se à mesa, como é usualmente dito, com as restantes forças partidárias, para ser encontrado um denominador comum, na máxima dimensão possível, consubstanciado numa proposta única a ser apresentada a quem de direito. Estou certo que todos os restantes partidos estarão dispostos a colaborar neste esforço conjunto. No respeitante à coligação representada pela bancada que integro não tenho a menor dúvida que assim sucederá; se tal não suceder, serei a primeira pessoa a publicamente denunciar este comportamento, inclusive neste mesmo local, onde a minha voz não correrá o risco de ser abafada, como lamentavelmente noutra âmbito já sucedeu.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssima presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara em substituição, senhores vereadores e senhores deputados. Em relação á reforma administrativa, foi bom esse assunto ter sido trazido aqui. Eu relembro que isso é uma ordem sem discussão possível por parte do governo e quem diz o contrário é totalmente falso. Contudo nós, logicamente que o PS Lousada está aberto à discussão e ao debate, porque também nós achamos que é importante uma reforma administrativa, mas não é este tipo de reforma administrativa de régua e esquadro que nos querem impingir. Outra coisa que eu também gostava de ver, já foi dito, mas eu gostava de ver em documentos oficiais, e não num “diz-que-disse” tão típico do nosso país, é que se efectivamente as Assembleias Municipais podem ou não podem discutir em primeiro lugar todo este processo e apresentar a sua proposta à entidade central, e ela ser levada a sério, não é nós apresentarmos a proposta e ela ficar em “águas de bacalhau”. Nós no PS não somos um bloqueio à reestruturação, mas sim a

este tipo de documento em particular e da forma como está feito. Documento esse que por exemplo, refere que Lousada é uma zona predominantemente urbana, vejam só que quase que somos comparados ao Porto e a Lisboa, isto também é uma boa noticia porque o PSD na nossa capital acha que nós somos um concelho muito desenvolvido por este ponto de vista. Acho que a reforma deste modo não faz sentido. Faria sentido se fizesse critérios predefinidos para serem discutidos primeiro de tudo nas Assembleias de Freguesia, depois nas Assembleias Municipais e por aí fora. Portanto acho que o modo como esta está a ser conduzida é exactamente no sentido inverso do que deveria estar a ser feito. A questão deveria ser vista de baixo para cima e não de cima para baixo como todos vemos no documento verde. Outro assunto que também gostaria de perceber, principalmente da parte da bancada da coligação “Lousada Viva” é que recorrentemente têm dito nas suas conferências que a Câmara Municipal de Lousada está na banca rota. Eu gostava que alguém me explicasse o porquê de dizerem isso.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Abílio Alves -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhora presidente, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição Dr. Pedro Machado, senhoras e senhores vereadores, senhores membros desta Assembleia, público e comunicação social. Nesta Assembleia eleita democraticamente convém lembrar, sendo até de comemorar, o trigésimo quinto aniversário das primeiras eleições autárquicas de Portugal, que se realizaram no dia doze de Dezembro de mil novecentos e setenta e seis. É o comemorar de uma das maiores e mais transformadoras conquistas de Abril, o Poder Local Democrático. Numa época em que se vive a maior ofensiva contra as autarquias através da tentativa de imposição por decreto, chamado documento verde, da administração local, faz cada vez mais sentido dar nota de relevo a esta data. O Poder Local é uma conquista que permitiu e permite que a democracia participativa seja maior do que era, é uma conquista de transformação da sociedade que foi mais vincada nos primeiros anos fraquejando perante uma mera institucionalização desses poderes. Essa institucionalização pode ser perigosa e conduzir muitas vezes à social- democratização desses poderes. Quando se gere em vez de intervir para transformar, quando funciona em torno de cultos da personalidade,

quando se forma arbitrária e afasta o poder dos trabalhadores e do povo, cometendo actos como decretar serviços mínimos em greves gerais ao revés da própria lei, quando nos parecemos cada vez mais com os outros e as diferenças não se notam. São estes perigos e tiques de autoritarismo e de social- democratização do poder local que podem acontecer com o correr dos tempos e que é preciso sanar. Nesta época é fundamental, comemorar e saudar o poder local democrático e mais do que isso intervir e lutar na sua defesa, é também esta uma forma de defender Abril. Sobre o orçamento de estado queria aqui referenciar que este orçamento para dois mil e doze do governo central, lamenta-se não existir uma medida de estímulo à economia da região, o Vale do Sousa, e por conseguinte o nosso concelho continua e continuará a ter um PIB dos mais baixos do país. O senhor primeiro-ministro em vez de olhar para os interesses do país e do povo é o embaixador fiel do corporativismo financeiro e agiota da senhora Merkel, sobrevive-se no país em que os mais velhos morrem de diligência e os jovens não têm futuro. Ao senhor presidente da Câmara queria pôr a seguinte questão e deixar a nota: da pouca visibilidade das passadeiras nos locais de travessia de peões, que foram instalados na primeira fase da requalificação da vila.» -----

----- Era vinte e uma hora e cinquenta e oito minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «De uma forma muito breve louvar e registar que pela primeira vez assistimos aqui á abertura da bancada do partido socialista para o debate e para esta discussão que a todos importa no tocante ao livro verde. Pois bem, é esse o propósito precisamente, discutirmos e encontrar aqui uma proposta que seja o mais consensual possível e que não se aplique a tal régua e esquadro naquele livro verde, que é apenas um enunciado de critérios de parâmetros para esta reforma da administração do poder local. Da nossa parte podem contar com isso, o partido socialista é o partido que está em maioria e que governa a Câmara Municipal, tem da nossa parte essa liderança do processo, estamos disponíveis para esse debate.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O senhor Carlos Nunes não percebeu muito bem a minha

intervenção que não foi nada nesse sentido. Em relação à reforma administrativa ainda assim tenho a dizer que relembro no anterior governo as pessoas do PSD diziam que em relação à avaliação dos professores nenhuma reforma se faz contra os interessados. Enquanto o documento verde estiver feito dessa forma que nós entendemos desadequada, o PS Lousada vai partir desse princípio, até por vós emanado. Relativamente a outro assunto, assistimos aqui a um completo desmontar da política mentirosa que o PSD e CDS trouxe a Lousada. Eu fiz uma pergunta muito directa para nos explicarem em que situação eles dizem que a Câmara de Lousada está na banca rota. Palavras, zero! Quando estão sozinhos dizem trinta por uma linha. Eu gostaria de lembrar, para contrariar essas palavras, que por acaso não vi aqui resposta nenhuma, a comunicação social pode dar eco a tudo isso. Relativamente às finanças da Câmara Municipal, vamos falar outra vez do anuário financeiro dos municípios, eu sei que é incómodo falar sempre na mesma coisa, mas é aqui que se discute quando há direito ao contraditório, quando não há direito ao contraditório as pessoas ficam mal informadas e quando vos pedimos o direito ao contraditório não fomos devidamente informados. Portanto, décimo- oitavo município com menor endividamento; décimo-quarto município em termos de eficácia financeira nos municípios médios; décimo-primeiro município com maior liquidez; decimo- sexto município com menor passivo líquido exigível por habitante; terceiro município com menor índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior. Para isso também podem consultar, quem quiser, os vários quadros que cá temos, isto está acessível na internet e no relatório do anuário financeiro dos municípios. Mais ainda, somos o concelho da região do Sousa e Tâmega em que o poder de compra mais subiu nos últimos dois anos. Durante este mês a Câmara Municipal de Lousada fica com pagamento a fornecedores feitos a sessenta dias. O PSD Lousada dizia que os cidadãos lousadenses estão a fugir do nosso concelho, mais uma vez e com factos assistimos que isso é uma mentira, porque vimos os censos de dois mil e onze a comprovar isso. Quanto às quotas para a Associação de Municípios temos cumprido religiosamente as nossas obrigações e até desafio quem quiser tentar saber quais são os municípios que estão na mesma condição que o Município de Lousada. No que se refere por exemplo à Ambisousa, a história é a mesma desafio a que tentem pesquisar o resto. E continuem a falar da banca rota. Face às intenções do actual governo em limitar ainda mais o endividamento das autarquias, nem assim, a Câmara de Lousada era afectada, por exemplo tenho aqui uma notícia do Expresso em que diz: “Municípios em

endividamento excessivo por causa do orçamento de estado 2012”, Lousada não aparece; “ Municípios com endividamento excessivo agravado pelo orçamento de estado 2012”; Lousada não aparece e aparecem montes de municípios aqui à volta. Portanto, eu acho que isto se pode comprovar com isenção dos dados, sei que é incómodo porque eles são isentos, e aí é que está o real problema de tudo isto. Desta forma comprovamos, com factos e não com “paleio” que a saúde financeira de Lousada é ímpar, tanto a nível regional, como a nível nacional. Acho que era muito bom que a comunicação social desse eco de tudo isto, nós questionamos aqui, directamente a bancada do PSD/CDS que limitou-se ao silêncio.» -----

----- Eram vinte e duas horas quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Moisés Dias Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia da Ordem

----- Resposta do Sr. Vice- Presidente da Câmara: «Relativamente à intervenção do Dr. Carlos Nunes, é um direito que tem, lamentar a ausência do senhor presidente, espero que a minha presença aqui em substituição do senhor presidente não o incomode. Quanto à intervenção do senhor capitão Campos de Barros e a reforma administrativa. Eu sinceramente não lhe chamava reforma administrativa, chamava-lhe quando muito, reforma ou extinção de freguesias, que é o que aquilo é, aquela triste ideia que consta daquele documento verde que por sinal é azul. Não há nenhuma determinação da troika para extinguir freguesias. O compromisso que foi assinado com a troika foi para uma reforma administrativa das autarquias locais. E autarquias locais, como sabem, não são freguesias só, são municípios também, e é preciso dizer isto de uma forma categórica, não houve coragem para mexer nos municípios. Há municípios neste país que têm população inferior a algumas freguesias deste concelho. É mais fácil, como diz o povo, mexer com os pequeninos. É disso que se trata. Só que os pequeninos podem-se tornar grandes e a coisa poderá não ser tão fácil como o governo estava a pensar. O facto do partido socialista ter assinado este compromisso, não me vincula, porque acima de tudo e já dito aqui repetidamente, o que nos move são os interesses dos lousadenses, não os interesses partidários. Na nossa opinião esta reforma na maneira como foi apresentada é uma autêntica aberração feita em gabinetes de Lisboa por gente que não conhece a realidade dos territórios. No caso de Lousada era a desgraça total, das duas uma, ou nós andamos aqui todos enganados, ou quem fez isto não sabe o que está a fazer, não haver uma única freguesia no

concelho que não cumpra os requisitos? Como sabem o que está previsto face àquele triste documento é que haveria uma única freguesia com quinze mil habitantes num raio de três quilómetros e fora daqui no mínimo cinco mil habitantes, não há nenhuma freguesia que tenha cinco mil habitantes. E nós conhecemos freguesias que têm uma dimensão enorme, quer em território, quer em população, Lustosa, Boim, Caide, Meinedo, tantas outras, não têm condições para serem freguesias? Alguma coisa está mal? O estudo parte de pressupostos errados, considera desde logo a densidade populacional e por pouco por umas décimas não somos equiparados a Porto e Lisboa onde então a aberração ainda seria maior. Mas ainda assim parte de outros pressupostos errados que é considerar que todas as freguesias do concelho ou são medianamente urbanas ou predominantemente urbanas. E nós sabemos que não é assim, somos um concelho semi-urbano ou semi-rural, como lhe quisermos chamar, em que a ruralidade ainda tem uma componente muito forte neste território. Portanto não nos revemos minimamente nesta reforma, não estamos disponíveis para negociar uma coisa com a qual não concordamos nestes termos. E quando se fala em reforma administrativa, não podemos esquecer a velha questão que toda a gente enterra que é as regiões administrativas. Vamos ser sérios, não há aqui interesse nacional nenhum, esta reforma não é para resolver problema nenhum, o próprio governo já assumiu, mesmo em termos de custos não há vantagens nesta reforma. Portanto, quais são as vantagens? Os inconvenientes, sei quais são, e claros para a população, no território onde nos encontramos há muita gente que ao mínimo problema só tem uma ajuda que é o Presidente da Junta. A proximidade é fundamental manter-se nestes territórios. Os senhores presidentes de Junta estão aqui e sabem disso, a compensação que ganham, a maior parte das vezes não dá para as despesas que têm com gasóleo e com telemóvel. Eu sei que às tantas já se arrependeram da posição que tomaram, até porque gente com responsabilidade no vosso partido, publicamente manifestou uma posição completamente contrária, é o caso do presidente da Câmara do Porto, ele próprio o disse, que os senhores da troika quando viram estes números devem ter pensado que Juntas aqui eram Câmaras nos outros países, mas não são, Juntas aqui em Portugal é uma coisa completamente diferente daquilo que nós vemos nos outros países. Houve um erro, também do partido socialista que estava no governo que não soube explicar qual a realidade que estava em causa. Sei que às tantas já estavam a ver alguns arranjos partidários, segundo consta a arranjar até candidatos, pelo menos deram-me nota de dois. Não vale a pena porque connosco não

podem contar para isso. Quanto à intervenção do deputado Xavier Pires, tem toda a razão, nós já assumimos o erro e se reparar nas passadeiras mais recentes estamos a colocar outro tipo de cubo e vamos substituir o cubo de granito amarelo por calcário que é muito mais visível de cor branca. Quanto à intervenção do Nelson Oliveira, factos são factos, o anuário financeiro é um documento emitido por uma entidade independente, a Câmara dos Oficiais de Contas, um documento que eu nunca ouvi ninguém a duvidar da sua veracidade, um documento que é apadrinhado pelo próprio governo, pela Secretaria de Estado da Administração Local que está sempre presente na apresentação desses documentos, e de facto, deixa-nos muito satisfeitos ver que num universo de trezentos e oito municípios portugueses, Lousada afinal está entre os melhores, isso para nós é sempre muito gratificante. Quanto ao resto reservo-me para falar na altura própria do orçamento e do plano.» -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número nove do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento de Armando Queirós ex-vereador da Câmara Municipal de Lousada” -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de quarenta e dois votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde -----

----- E a Moção A do seguinte teor: “ Com o objectivo de se criarem laços de ajuda efectiva para com as instituições do concelho que actuem no domínio da acção social, nomeadamente no apoio às famílias lousadenses mais carenciadas e no apoio a pessoas portadoras de deficiência, e pelo dever público acrescido que a actividade politica confere aos membros desta Assembleia e que, na medida do possível, todos devem prosseguir, o grupo municipal da coligação PPD-PSD/CDS-PP, ao abrigo da alínea b), do número 1, do artigo 13º do Regimento desta Assembleia Municipal, apresenta a seguinte moção: 1 - um quinto do valor das senhas de presença, auferido por cada membro desta Assembleia Municipal, em cada ano civil, deverá ser doado a uma instituição lousadense que actue no domínio da acção social de apoio a famílias carenciadas ou de apoio a pessoas

portadoras de deficiência; 2 – A instituição, a merecer esta doação, será escolhida mediante proposta de líderes de bancadas antes da última sessão ordinária de cada ano civil; 3 – Na última sessão ordinária de cada ano civil será divulgada a instituição que irá receber o valor da doação referida no ponto um; 4 - Na sessão ordinária subsequente, ou seja a primeira sessão ordinária de cada ano civil, o representante da instituição escolhida virá à respectiva sessão da Assembleia Municipal receber o valor da doação e prestar breves palavras sobre a actividade desenvolvida pela sua instituição. 5 – Para efeitos imediatos, propõe-se a aprovação desta moção, ficando sujeita a escolha da instituição em reunião de líderes de bancada a agendar no mais curto espaço de tempo possível.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A redacção da Moção já diz praticamente tudo. Os tempos não são fáceis, os tempos são de uma enorme dificuldade, principalmente para muitas das instituições que laboram e operam neste domínio, domínio da acção social. O índice de carência de muitas das famílias está a aumentar, não só do ponto de vista da carência económica mas também muitas das famílias que se veem a braços com familiares portadores de deficiência, sentem ainda um redobrado sacrifício e um redobrado esforço para suprimir esse mesmo sacrifício. Aquilo que nós propomos é muito simples, é que, um quinto e estamos a falar de um quinto, é o mesmo que, digamos que seja o valor de uma senha de presença anual, temos cinco sessões anuais, um quinto é o valor de uma senha de presença, seja abdicado por cada um de nós para que esse somatório possa ser doado a uma instituição do concelho de Lousada que opere neste domínio da acção social de apoio a famílias carências ou de pessoas portadoras de deficiência. E para que não corramos o risco de podermos ser aqui mal interpretados, um quinto do valor das senhas de presença desta Assembleia representa cerca de três mil e trezentos euros, isto pode fazer a diferença para algumas instituições do nosso concelho. Aquilo que propomos é algo muito simples e que também me parece muito nobre. Nós de uma forma rotativa escolhermos a instituição do concelho que venha a merecer ter essa doação e convidar o representante dessa instituição para vir à sessão da Assembleia Municipal subsequente receber esse valor e também poder prestar-nos a nós membros desta Assembleia, representantes dos lousadenses o valor e a mais-valia da actividade que promovem no concelho. Esta Moção é muito simples da nossa parte naturalmente que o iremos fazer e gostávamos de contar com a aprovação global desta

Assembleia para esse efeito. Depois se sentirem necessidade de maiores esclarecimentos estamos disponíveis.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Penso que é uma Moção completamente plausível e que, penso que posso falar pelos meus colegas, iremos aprová-la. Contudo vamos partir do princípio da boa-fé partidária, acho que isso é fundamental. Também concordamos para fazer face áquilo que as instituições de solidariedade estão advir tantos cortes. Por isso, eu penso que esta bancada tem todo e até o dever de votar a favor.» -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Sobre a Moção só queria deixar aqui uma nota. O senhor Nelson Oliveira já outro dia falou que a solidariedade ia deixar de haver. Agora vamos à caridade, isto vai chegar até à piedade. Se eu encontrar ali uma pessoa pobre e lhe der uma esmola sou um “gajo porreiro”, como se costuma dizer em bom português, mas se lhe perguntar porquê que ele caiu na desgraça de ficar pobre, já sou comunista.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Julgo que todos percebemos o verdadeiro propósito da Moção, só acrescentar que de facto esta Moção não é só para aprovarmos este ano da nossa parte tem um caracter de continuidade, ou seja, todos os anos o faremos e se este ano os tempos podem estar mais difíceis nos próximos anos poderão estar mais favoráveis, mas da nossa parte, não há confusão quanto aos termos e quanto aos conceitos, é uma verdadeira intenção.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Em primeiro lugar como é óbvio o partido socialista porque é o partido socialista votará favoravelmente e em segundo lugar não somos contra em apoiar as instituições de solidariedade do concelho. A Câmara Municipal fá-lo durante todo o ano, e penso que nós enquanto cidadãos conscientes dos seus deveres fazemo-lo todos os dias, ou seja nós enquanto cidadãos damos esmola ajudamos os outros e fazemos uma coisa que se chama “agere non loqui”, ou seja, actua não fales. Se calhar é preciso actuar mais e falar menos. Sim concordo, não, não gosto que me obriguem a fazer coisas, como é óbvio fá-lo-ei pelo princípio, e sim a solidariedade faz-se todos os dias. Portanto caros deputados e colegas e estimado público

e juventude presente, sim a caridade faz parte da vida e nós devemos ser todos caridosos. Esperando que, como é óbvio, tal atitude não seja uma mera história, uma mera fantasia, uma boa intenção. De boas intenções está o inferno cheio. Da nossa parte com certeza abdicaremos.» -----

----- A Moção A foi aprovada por unanimidade de quarenta e dois votos. ---
----- Não participou na votação o seguinte membro: José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima presidente da Assembleia em substituição e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara em substituição, excelentíssimos senhores vereadores e vereadoras, excelentíssimos membros desta Assembleia. Confesso que começa a ser difícil abordar esta questão, e na verdade, são tantas as vezes em que o assunto já foi abordado que se torna difícil saber por onde começar, e isto não se deve ao facto de não haver nada de novo para dizer, bem pelo contrário, o que acontece é que Assembleia após Assembleia, surgem factos novos, e talvez agora possamos dizê-lo sem muitas dúvidas, pouco inesperados, desconcertantes talvez, mas inesperados não. E não são inesperados porque como já aqui foi afirmado este é um processo que prima pelos equívocos e pelas meias verdades, é óbvio que estou a falar da questão do aterro. Quando aqui falamos, já há muito tempo, depois de uns rumores que foram imediatamente desmentidos mas que agora sabemos que eram verdade e não rumores, havia muita coisa que já se sabia mas que não se disse. Quando aqui se aprovou por unanimidade uma Moção que defendia entre outras coisas a rotatividade e a devolução dos terrenos às populações, como estava previsto, já a Ambisousa trabalhava noutra solução que não esta. Aliás, esta não é uma questão deste mandato. Recordo para quem não sabe ou ouviu pela primeira vez que em dois mil e sete a Assembleia de Freguesia de Lustosa aprovou um grupo de acompanhamento do aterro existente e também de acompanhamento da construção do aterro de resíduos industriais que acabou por se construir. Esse grupo de trabalho

teve uma primeira reunião na Ambisousa, com os membros representantes da associação, e na altura ouviu uma expressão curiosa de um senhor chamado Horácio, e trato-o assim porque na verdade não sei mais nada dele, sei que era representante da Câmara de Felgueiras, que disse uma coisa curiosa e simples, “em tempos de crise não se sai da casa dos avós”. E o que esse senhor queria dizer, já na altura, em dois mil e sete, era que por questões financeiras se ia optar claramente pela questão da continuidade e não da rotatividade. Estamos a falar de dois mil e sete. Depois dessa reunião o mesmo grupo teve uma reunião com o executivo camarário e essa questão foi abordada, e nessa mesma reunião, abordou-se também a problemática da passividade do concelho de Paços de Ferreira porque o prazo de vida estava chegar ao fim e Paços de Ferreira “não atava nem desatava”, e era óbvio que se eles não construíssem o aterro seria aquela a solução ou seja a da continuidade. Diante disto, e repito em dois mil e sete, o executivo disse-nos claramente, inequivocamente que nunca permitiria essa solução. Ora hoje, estamos aqui e parece que a solução é essa, parece que sim, vai haver continuidade e não restam dúvidas, de desmentido em desmentido, chegamos á verdade final, não vai haver rotatividade mas sim prolongamento. Isto é tão mais curioso se atendermos aquilo que nos disseram na última Assembleia, diante de uma série de questões concretas não houve uma única resposta, rodeou-se a problemática, seguiu-se em frente sem responder a nada, mais, acusaram-nos de fazer um grande teatro. Pois bem, parece que afinal o teatro não é nosso. Sabem o que é teatro? Teatro é não responder a uma única questão aqui levantada, questões concretas, e se isto não é verdade façam o favor de ler a acta, vejam as questões e as respostas que foram dadas. Teatro é dizer uma coisa em público aqui na Assembleia e outra contrária na comunicação social. Teatro é defender uma coisa na comunicação social e nos órgãos de decisão próprios não agir em conformidade com aquilo que se disse. Teatro é não enviar actas ou parte de actas alegando falta de tempo para as transcrever. Teatro é afirmar que o assunto vinha novamente à Assembleia e não o trazer aqui hoje. Isso é teatro, e não vindo á Assembleia hoje escusam-se de dar à maçada de o trazer novamente, porque, sabem porquê que eu estou a dizer isto, claro que sabem, no dia seis de Outubro de dois mil e onze, poucos dias depois da última Assembleia foi publicado em Diário da República a proposta de construção do novo alvéolo para o aterro de Lustosa. A Ambisousa enviou para publicação, isto. Uma coisa é clara, está tudo muito bem definido, está tudo decidido e parece que estava há bastante tempo, não me parece que este processo fosse resolvido quatro

dias após a Assembleia. Mais, se foi o conselho de administração que decidiu, não me parece que um vogal do conselho de administração, estive a pesquisar no site e o primeiro vogal é o Dr. Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, não soubesse de nada, ou seja, o conselho de administração tratou da aquisição de terrenos, tratou das propostas, enviou para Diário da República, não me parece que o Dr. Macedo Dias presidente do conselho de administração tenha tratado de tudo isto sem conhecimento dos colegas da administração. Mais, é possível abandonar a sala para atender um telefonema uma vez, não é possível que todo este processo se desenvolva sem que o presidente da Câmara de Lousada, que por acaso também é vogal do conselho de administração soubesse que tudo isto estava a acontecer e também me parece pouco provável que isto tenha acontecido nos últimos trinta dias, ou nos últimos sessenta dias, ou nos últimos noventa dias. Ora, teatro é isto, e é muito bom por sinal. É pena é que os factos contrariem, e como alguém disse há bocado, factos são factos. E apenas para terminar, não interessa muito agora, mas porque não foram respondidas na última Assembleia, e para memória futura gostava que ficasse registadas em acta as respostas às questões da última Assembleia e que são muito simples: é indiferente construir um aterro novo em Paços de Ferreira ou permanecer no aterro de Lustosa? São semelhantes as duas questões em termos de consequências? Quanto custaria ao município de Lousada a defesa intransigente do princípio de rotatividade e do não prolongamento de vida, ou seja, quanto custaria em termos económicos ao município a outra solução? Quanto custa isto? Apenas do ponto de vista financeiro. E nós precisamos de saber, construído este novo alvéolo, por quanto tempo permanecerá em Lustosa o aterro? Como saberemos que não será aquela a casa dos avós, dos visavós, do tetravô. Como se pretende fundamentar aqui uma decisão contrária à que foi tomada por unanimidade nesta Assembleia?» -----

----- Eram vinte e duas horas e vinte e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Francisco Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estevão -----

----- Intervenção do Sr. Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Duas perguntas, um pedido de esclarecimento e uma sugestão. Ao senhor presidente em substituição queria perguntar, eu tinha dito que não desistia enquanto não tivesse a solução final, como está o processo de segurança das escolas?»

Passo nelas e vejo tudo na mesma. Talvez esteja à espera que morra alguém ou haja um acidente grave para se tomar as medidas adequadas. Se a Câmara não está de acordo que o diga aqui frontalmente, até porque tem a desculpa da crise financeira. As paragens de autocarros em locais ilegais e perigosos. Certamente houve um pequeno esquecimento, aceito perfeitamente, dado que no final da Assembleia Municipal ficou acordado que eu seria contactado pelo senhor Dr. Pedro Machado para combinarmos a melhor maneira de actuar, através inclusivamente de um inquérito, se possível. Uma sugestão, a retirada imediata da publicidade logo que terminados os eventos, para bem da estética e defesa do ambiente, não custa nada, tem sido certamente um esquecimento da Câmara, mas que se lamenta. Finalmente um pedido de esclarecimento, ao ler um documento da IGAL, um parecer é feita referência a uma participação ao Ministério Público, desconheço quem é o autarca apresentado e quais os factos. Julgo que para bem de todos e para conhecimento do que se passa, dado que se trata de uma situação estranha, aparentemente. Gostava de saber o que é se passa? Se há qualquer erro da minha parte, o documento faz referência a isso, desde já apresento as minhas humildes desculpas.» -----

----- Eram vinte e duas horas e trinta minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. Filipe Barbosa. De facto é verdade que a Ambisousa lançou o concurso mas que eu saiba a obra não foi adjudicada e muito menos se iniciou, a questão permanece pendente. E se a solução for prolongamento, conforme foi aprovado em reunião de Câmara, esse prolongamento pressupõe a rotatividade. Agora eu percebo que às tantas também se arrependeram dessa decisão mas o que deviam ter feito era, quando muito, apresentar aqui uma Moção para contrariar essa deliberação. Não é indiferente prolongarmos o aterro ou construirmos um novo. É evidente que construir um novo não é a solução mais agradável para os três municípios envolvidos, Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira. Não será ainda mais conveniente a Paços de Ferreira, uma vez que será o município que irá receber o próximo aterro, por todas as razões e mais alguma, nomeadamente por questão política, todos nós temos consciência que este tipo de instalação tem alguma contestação em termos da população. No entanto, não o vou deixar sem resposta, vou-lhe dar nota de quais são as

alternativas que temos. Se nós prolongarmos o aterro, há um investimento de cerca de um milhão e setecentos mil euros e é suportado pela Ambisousa. E isso permite ter solução por mais quatro anos. Se a solução for construir um aterro de raiz em Paços de Ferreira, para além do problema do timing, há o problema do custo, porque a ambisousa não tem capacidade financeira para assumir o investimento, estaremos a falar na ordem dos sete milhões de euros, a dividir por três. Portanto são soluções completamente diferentes. Quanto à intervenção do capitão Campos de Barros, não está esquecida a sua questão. Eu dir-lhe-ei apenas que nós estamos neste momento a preparar e a rever todos os planos de emergência das escolas e todas aquelas questões que o preocupam e que a nós também, vão ser tratadas nesse documento. A retirada da publicidade depois dos eventos, também é pertinente, vamos tomar atenção a isso. Quanto á questão que refere de existir no relatório a sugestão ou recomendação de se participar ao Ministério Publico de um autarca, presumo que tenha sido o senhor presidente mas posso garantir-lhe que isso já foi arquivado. Os senhores inspectores quiseram mostrar serviço, trabalham por objectivos, como todos os funcionários públicos e têm de mostrar resultado. Posso adiantar-lhe também que o Ministério Público passou uma reprimenda no despacho de arquivamento, porque não fez sentido nenhum ter levado aquilo a tribunal.» -----

----- Eram vinte e duas horas e trinta e nove minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António de Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia da Caíde de Rei -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Intervenção da Sr^a. Virgínia Monteiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Presidente da Mesa da Assembleia em exercício e restantes membros, presidente da Câmara em substituição, senhoras e senhores vereadores, deputadas e deputados desta Assembleia, estimado público, comunicação social presente. A minha intervenção prende-se com as obras de requalificação da vila. Estas obras estão a ser uma oportunidade perdida, como todos podemos constatar, antes de estas terem início dever-se-ia ter resolvido o problema do trânsito, com a conclusão da circular norte à vila. Hoje o trânsito na vila, principalmente nas horas de ponta, é pura e simplesmente caótico. Quem tiver dúvidas

bastará que tente circular pela vila às horas de ponta e que comprove esta situação. As obras de requalificação pouco ou nada vieram beneficiar o comércio tradicional, em alguns casos, até vieram prejudicar. O problema da confusão gerada com o trânsito e a falta de estacionamento só veio piorar a situação já difícil dos comerciantes. Para quem tiver dúvidas, sugiro que converse com os comerciantes de Lousada para confirmar que esta afirmação é verdadeira. No que diz respeito á qualidade da execução das obras de requalificação, julgo e julgamos que deixam muito a desejar. Aliás é notório que o piso das ruas está cada vez mais irregular, a título de exemplo, e meramente de forma exemplificativa e infelizmente não apenas taxativa, a Rua Visconde de Alentém tem de ser novamente repavimentada, os lugares de estacionamento desta rua são tão estreitos que os veículos automóveis estacionados ocupam parte da faixa da rodagem, os passeios são impróprios e desagradáveis. Aliás até diria que tal requalificação não é má para todos, a requalificação é óptima para danificar o calçado de quem vive, trabalha e se desloca à vila, será certamente um bom negócio para os sapateiros. Outras das situações, são os dissuasores ou balizadores colocados um pouco por toda a vila. Foram colocados em quantidade exagerada além de desnecessários tornaram a vila desagradável. O exemplo máximo que comprova que a obra de requalificação da vila não foi bem planeada e que por conseguinte o resultado final vai deixar muito a desejar é sem dúvida a Avenida Senhor dos Aflitos, para disfarçar as asneira, colocaram ainda umas pérolas no meio da praça para enfeitar o mal feito. A falta de estacionamento é claramente o resultado do mau projecto de requalificação. Quando o objectivo é, e deve ser embelezar e melhorar a nossa vila, não entendo porquê de não aceitar as nossas propostas, as propostas da coligação “Lousada Viva”. Hoje percebemos mais do que nunca, todos percebemos que era e é fundamental construir um parque de estacionamento subterrâneo nesta vila. Mais uma vez, sugiro a quem possa estar a duvidar daquilo que estou a expor que venha à vila circule nela e estacione, a essa altura estou convencida que para além dos risos, todos partilharão da mesma opinião. Esta obra de requalificação é o espelho da gestão socialista em Lousada, tudo é feito sem planeamento, não ouvem ninguém, não aceitam propostas, nem sugestões, enfim hipotecam o futuro da juventude com dívidas, equipamentos inúteis e de fraca qualidade e ainda, não qualificar a vila que pertence a todos os lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr^a. Branca de Sousa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Desde já endereço os

meus cumprimentos á senhora presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor presidente de Câmara em substituição, senhores vereadores, ilustres membros da Assembleia Municipal, restante público e comunicação social. As elevadas taxas de desemprego estão em constante crescimento a situação tem vindo a preocupar os vários organismos públicos a nível nacional, bem como este município. O município de Lousada tornou operacionais quatro gabinetes de apoio no combate ao desemprego, nomeadamente, e passo a referir: Gabinete de Apoio ao Investidor da responsabilidade da autarquia, dois gabinetes de inserção profissional numa colaboração entre a autarquia entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Gabinete de Empregabilidade e Formação no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social. A região do Vale do Sousa apresenta uma taxa de desemprego superior às médias nacionais, tem perto de catorze mil desempregados. O município de Lousada, actualmente é aquele que apresenta a menor taxa de desemprego a nível do Vale do Sousa, contudo esta realidade está na iminência de se vir a modificar, na medida que as pequenas empresas desta região, que dão trabalho a diversas pessoas, não conseguiram suportar as medidas de austeridade que estão a ser implementadas e que acabarão por fechar as suas portas. Como é sabido, encontramos-nos numa região em que existe um grande número de cidadãos a trabalhar no estrangeiro, nomeadamente em Espanha e que a curto prazo e devido à recessão que o país e a Europa estão a passar, correm o risco de ficarem desempregados e de regressarem a suas casas. Assim gostaríamos de saber que medidas estas gabinetes de apoio ao desemprego estão a tomar para fazer face ao aumento do desemprego. Por exemplo, o que têm feito para dinamizar a economia local de forma a criar mais postos de trabalho? O que têm criado para estimular a iniciativa individual entre aqueles que procuram emprego e apoiar os que dão os primeiros passos no seu próprio negócio? Que parcerias foram criadas com as empresas locais para dinamizar as ofertas de emprego? Que formação alternativa para jovens tem sido criada numa vertente essencialmente prática que lhes permita concorrer em pé de igualdade no mercado do trabalho? Estas são algumas questões que gostaríamos de ter respostas e saber resultados concretos que se verificaram no combate ao desemprego através destes gabinetes.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas uma nota, a nota de felicidade e de união na alegria de nos podermos congratular por

finalmente se iniciarem as obras de requalificação da estrada nacional cento e seis. Depois do anúncio das mesmas, há muito tempo atrás, por coincidência poucas semanas antes das eleições autárquicas, as mesmas vão ser finalmente levadas a cabo. A verdade é que começava a ser difícil circular na estrada nacional cento e seis, é pena não podemos deixar de dizer que não sigam o projecto inicial que estava previsto, mas um projecto mais minimalista, mas em boa verdade, antes isto que nada.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Em relação à estrada cento e seis também nós nos congratulamos com esse facto de vir a ser uma realidade, também nós não tivemos qualquer problema em contrariar quase as directrizes do governo de José Sócrates para nos manifestarmos veementemente contra isso. A partir do momento que elas vão ser realizadas nós também temos que nos congratular com isso. Em relação à reestruturação urbana e principalmente em relação ao trânsito. Eu acho que para além disso, deviam ver também a maneira como ele é impedido e também o civismo dos automobilistas. Eu acho que é essa a atitude que leva muitas vezes ao trânsito ficar entupido. Os sinais estão lá colocados nos locais certos, se repararem, se não tiverem carros estacionados nos locais em que não é permitido estacionamento o trânsito circula às mil maravilhas. Ainda hoje aqui á porta do BPI e do BES estava um autocarro e uma fila enorme até á zona da Praça Publica com o trânsito todo entupido, é verdade, mas qual é a solução para isso? Seria os carros que estão na direcção da Rua dos Bombeiros saíssem de lá, o estacionamento está proibido, as pessoas gostam de inventar e de meter os carros dentro dos estabelecimentos. A culpa disso é da Câmara? Penso que não. Por essa iniciativa também a JS levou a cabo uma visita ao posto da GNR em que lhes perguntou se estariam atentos a esse problema. Estão atentos, mas o número de efectivos é manifestamente inferior, não podem estar sempre aqui no centro, o que também é compreensível, mas as pessoas não compreendem, e compreendo esse facto. Aqui a rua junto da Praça das Pocinhas está impregnada de carros no estacionamento proibido e basta ir ao sentido oposto para não faltarem lá estacionamentos. Dizer que em Lousada há falta de estacionamentos é uma incongruência tremenda. As pessoas têm na Rua Lúcia Lousada, no auditório, nas piscinas, na feira na Avenida Cidade de Tulle, não falta estacionamento em Lousada, as pessoas têm é que andar cinco minutos a pé o que é extremamente agradável até para a própria saúde. Em relação ao estacionamento subterrâneo, não vou tecer considerações menos próprias mas nós achamos que isso não tem

sentido. E não tem sentido porque nós pegamos nos exemplos dos concelhos vizinhos. O parque subterrâneo de Penafiel está às moscas e é um foco de criminalidade à noite em que os delinquentes se metem lá e fazem tudo o que possam imaginar. Se nós criarmos uma coisa dessas aqui no centro seria algo extremamente negativo para todos nós. Estacionamento é aquilo que não falta em Lousada, falta um pouco de civismo aos automobilistas e também falta que as pessoas queiram andar um bocadinho a pé. Apenas isso.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente à questão do emprego eu gostava de fazer uma interpelação á Câmara. Gostava de saber, qual a forma e a viabilidade que existe da Câmara intervir, ter um papel ainda mais activo na redução do desemprego existente no concelho? Saber como interpreta o facto aqui trazido, de ser este o concelho com menor índice de desemprego do Vale do Sousa? Saber tudo aquilo que esses gabinetes têm feito? Como já foi solicitado. A forma como tem intervindo junto da sociedade e aquilo que poderão fazer? Saber se o principal papel de fundamentar a empregabilidade, o empreendedorismo, a inovação e a busca de melhoramentos no que concerne à questão do trabalho e das condições de trabalho, é uma tarefa que compete à Câmara Municipal de Lousada, às Juntas de Freguesia ou ao governo da coligação PSD/CDS-PP. Sinceramente e deixo já aqui o meu ponto de vista, estou a citar “estou-me a marimbar para quem anda a marimbar-se para as preocupações dos portugueses” e sinceramente vir o PSD aqui fazer essas perguntas, sabendo que, eu pelo menos desconheço, intervieram junto do vosso partido no sentido de as propostas actuais que vêm causar aumento de desemprego também nesta região, que vêm aumentar o número de desempregados em todo o país, que diminuem o investimento publico existente, que dificultam o acesso ao crédito por parte das empresas privadas e das PME deste concelho também. Saber se é possível fazer alguma coisa, se o governo por acaso disse alguma coisa às autarquias e se por acaso até vai aumentar o financiamentos das autarquias, para então, as autarquias terem um novo papel que lhes é atribuído que é de ter empregos, arranjar empregos, fomentar a e actividade económica do concelho, ainda mais do que já faz e sobre tudo com os graves constrangimentos que já tem.» -----

----- Eram vinte e duas horas e cinquenta e um minuto quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Neto -----

de água, como sabem também foi feito o de gás e outro tipo de infraestruturas e portanto é normal que aqui e acolá apareça algum abatimento. Tive a oportunidade de ler no TVS um artigo de um cidadão que não conheço e pensei que a opinião que ele tinha era uma opinião peregrina, mas pelos vistos tem seguidores, lá tinha a opinião de que os lugares de estacionamento eram muito estreitos, os carros não cabiam nos lugares. Eu de facto no outro dia passei lá e procurei um carro fora da linha e não encontrei nenhum. Relativamente aos balizadores. É evidente que nós preferíamos não ter, é óbvio, agora entre ter os balizadores e ter carros estacionados no passeio, acho que é preferível ter os balizadores, podíamos dizer que há uns mais bonitos, uns mais feios, na estética não há certamente unanimidade. Foi o que nos pareceu o menos inestético e este tipo de soluções são soluções que se veem em todas as cidades deste país, desta Europa, deste mundo fora, inclusivamente em centros históricos. Não sei qual é o problema que causa os balizadores. Relativamente à intervenção, é evidente que sou suspeito para me pronunciar sobre ela, mas o que eu lhe posso dizer é que tive a oportunidade de recolher dois testemunhos, que reputo de independentes, sobre as obras, um foi nas Jornadas de História Local, recebi aqui o professor Viriato Capela, professor universitário da Universidade do Minho que fez as “Memórias Paroquiais” que foram há um ano ou dois apresentadas aqui em Lousada, e sem eu lhe perguntar nada me deu os parabéns pela intervenção que está a ser feita aqui na vila, uma segunda opinião, presidente da Câmara de Paredes, recentemente esteve aqui em Lousada num acto solene nas Jornadas da Rota Românica e publicamente deu os parabéns ao senhor presidente pela intervenção que nós fizemos aqui na vila. São dois registos que ficam no ar, certamente que não comungamos das críticas que aqui nos fizeram. Relativamente à intervenção do Dr.^a Branca de Sousa, é evidente que enquanto houver desemprego devemos estar sempre preocupados. Portanto para nós não é muito relevante que sejamos o município com menos desemprego no Vale do Sousa, são realidades com vicissitudes muito rápidas, tudo pode mudar de repente. De facto preocupa-nos enquanto existir desemprego e por isso é que tem havido uma atenção muito especial, nomeadamente nessa componente que referiu, nos diversos gabinetes que existem para dar apoio nesta área. Eu próprio quis saber o que é que estes gabinetes faziam, porque de facto quando falam de quatro gabinetes, é certo que dois vieram do centro de emprego, temos uma parceria, outro como sabem é de um Contrato Local de Desenvolvimento e há um que é da Câmara que é o Gabinete de Apoio ao Investimento. Pedi para me irem reportando

informação da actividade destes gabinetes e fiquei surpreendido pelo trabalho e pelo resultado destes gabinetes. Conseguem fazer uma aproximação entre quem está à procura de emprego e de formação e quem tem essa oferta. Há dados que temos disponíveis e que podemos disponibilizar caso tenham interesse, de pessoas que conseguiram resolver o seu problema recorrendo a estes gabinetes, inclusive alguns que depois nos vêm agradecer através de e-mail. A senhora vereadora está muito mais avalizada para falar disto do que eu e por isso eu passava-lhe a palavra e pedia-lhe para que fosse breve.»-----

----- Eram vinte e três horas e três minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira -----

----- Resposta da Sr^a Vereadora Cristina Moreira: «Eu julgo que, é também público, em algumas alturas, perante algumas actividades destes gabinetes a comunicação social tem feito um brilhante trabalho e tem feito cobertura de alguns destes resultados. No entanto muito brevemente porque muito haveria a dizer, explicar que os gabinetes como foi dito são diferentes mas acharam que o seu objectivo era o mesmo e por isso juntaram-se, fizeram uma dinâmica em conjunto e cobrem o concelho em duas perspectivas completamente diferentes: uma primeira perspectiva de procura de ofertas por todas as empresas do concelho, têm parte semanal para fazer essa pesquisa, cada técnico faz uma parte do concelho, para assim não andar a sobrepor; e depois tem um segundo objectivo, que é recolher ofertas e tentar fazer o encaixe dessas ofertas com a procura de emprego. Claro que só isso não chegaria e por isso o que é que nós tentamos fazer, junto com os técnicos de todo o concelho através do modelo estratégico de intervenção integrado que têm reuniões quinzenais estes quatro gabinetes estão em articulação plena com estes técnicos, para quê? Para além de recolhermos as ofertas e de encontrarmos a procura e fazermos o encaixe, há muitos cidadãos que não estão em condições de realmente satisfazer o empresário na sua procura de um trabalhador, umas vezes por falta de formação e por isso os encaminhamentos para os CNO's no final de cada semana são feitos, dividindo a meio a listagem de pretendentes. Por outro lado também conseguimos fazer outro tipo de preparação que tem a ver com as sessões que são feitas sistematicamente, técnicas para procura de emprego, de marketing pessoal, de tentativa de fazer curriculum, de forma a encaixar naquilo que é oferta e o aviso da procura do emprego e de forma a preparar

a pessoa desempregada para o mercado que é bastante agressivo e que muitas vezes os trabalhadores após vinte anos, trinta anos de estarem numa empresa perdem esse hábito. E por isso é preciso rapidamente requalificá-los e elevar-lhes a auto-estima, por isso temos entretanto um psicólogo que também faz, e ajuda a refazer os projectos de vida. Para além de tudo isto temos vários projectos a nível de incentivos, estamos atentos, articulamos desde a Associação Nacional de Empresários até à ANJE, a CCDRN, há realmente um técnico que está sempre na procura de novos incentivos, de avisos de abertura e que por base de dados que foi levantada conseguimos informar através do e-mail todos os nossos empresários. São encaminhados para várias situações e respostas quando realmente estão interessados. A autarquia não faz projectos, nem faz acompanhamento directo, mas faz por assim dizer uma ponte com todos os artigos possíveis e com todos os organismos desconcentrados, inclusive tenho eu pessoalmente acompanhado vários empresários, quer ao Turismo Portugal, quer à ETPN, quer ao POPH quando é necessário, no fundo o nosso grande objectivo é não perder oportunidades e elucidar, informar o máximo possível os interessados. Para terminar, dizer que um dos graves problemas da empregabilidade é a formação, e por isso em conjunto com as escolas através da Rede Social é feito anualmente um levantamento de todas as necessidades, quer pelos empresários, quer mesmo em termos de inscrições nos diversos agrupamentos e também nos gabinetes. A escola tem-se prontificado quer para jovens, quer para adultos de terem realmente ofertas formativas que satisfaçam não só os gostos dos formandos, como também vai de encontro àquela que é a procura real de emprego. O grave problema do nosso país foi realmente não termos após o 25 de Abril tido um organismo que se preocupasse em saber quais eram as necessidades em termos do tecido empresarial e fazer coincidir tanto a formação da escola pública como o ensino superior a essa procura. E neste momento há um trabalho que eu gostaria de sublinhar, e não me alongarei muito mais, se calhar numa próxima oportunidade, dizer-lhes que vai ser apresentado ao senhor Ministro da Economia, que vai estar presente aqui na próxima quarta-feira, vai ser em Felgueiras, porque achamos que o sector do calçado no último ano foi aquele que se evidenciou melhor na perspectiva de desenvolvimento económico, porque fez encaixar não só a oferta e procura de emprego em elevado número mas também porque as escolas superiores desenvolveram em conjunto com o sector empresarial, uma grande aposta na inovação e no empreendedorismo. Daí conseguirmos, finalmente apresentar o Plano de Acção da Agenda de Empregabilidade Tâmega e

Sousa tenho aqui a referenciar que é um trabalho que está a ser elaborado pelas doze Câmaras da NUT-Tâmega, onde realmente há uma representação muito importante por parte dos vereadores mas cuja responsabilidade máxima é dos senhores presidentes. Neste momento estamos a tentar desenvolver, já há bastante trabalho feito durante um ano, tanto é que suscitou a curiosidade do senhor Ministro que vem numa perspectiva de conhecer uma boa prática, e devo dizer única prática em termos do nosso país, foi uma proposta da CCDRN para as sete CIM's do Norte e três lançaram-se, a nossa, a do Ave e a do Douro, sendo que nós neste momento estamos um bocadinho mais à frente, conseguimos agilizar com diversos organismos, desde escolas, associações empresariais, CNO's, IPSS's e escolas superiores, e temos neste momento aquilo que podemos dizer o rascunho para um plano de desenvolvimento económico e social integrado nos doze concelhos. De uma forma geral os doze concelhos ou controlaram, estagnaram ou desceram o nível de desemprego no último ano. Foi feito um esforço muito grande, não só mas também com os tais GIP's e os CLDS nos vários concelhos, temos trabalhado todos juntos para este flagelo que a todos incomoda mas que julgo que será este o principal motor para lutarmos contra a pobreza e exclusão social.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara (continuação): «Eu acrescentava apenas que vejo com muita preocupação que membros do governo, ministros defendam que uma das saídas para o desemprego, nomeadamente o desemprego jovem de quadros, de licenciados seja a emigração, vejo sinceramente com muita preocupação. Como já foi dito aqui nesta Assembleia, a juventude é o grande activo que este concelho tem e que o país não pode desperdiçar. E julgo também, conforme aqui foi dito que, um problema muito grave está a afectar a economia das pequenas e médias empresas, e naturalmente por consequência o desemprego, é a questão do acesso ao crédito. É urgente que o governo encontre soluções para que as PME's saiam da asfixia em que se encontram. Para terminar relativamente à estrada nacional cento e seis obviamente que nos congratulamos todos pelo início das obras. Eu diria mais do que aquilo que o Dr. Filipe disse, eu diria que a cento e seis neste momento já era a pior estrada do concelho de Lousada.» -----

----- TERCEIRO PONTO – Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2012 -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente de Câmara em substituição, como tive a oportunidade de o dizer logo na minha primeira intervenção na Assembleia, lamento o facto de não ter sido o senhor presidente de Câmara a estar cá. Ouvi a informação de que não estaria cá mas não ouvi o motivo, o porquê de não poder estar cá. É claro que não sabendo o motivo, aqui recorro a uma velha máxima, que é, não é nada pessoal, mas a velha máxima é de que apesar de mal é sempre preferível o original. Portanto a substituição desagradou-me por esse facto. E portanto, como já tive a oportunidade de hoje referir também, a sessão que hoje decorre desta Assembleia Municipal assume particular relevância porquanto iremos discutir, entre outros importantes assuntos, três documentos estratégicos para o desenvolvimento do concelho: refiro-me, naturalmente, à proposta de orçamento para dois mil e doze, ao plano plurianual de investimentos para o quadriénio de dois mil e doze a dois mil e quinze, e ao famigerado PDM – Plano Director Municipal. Estes são motivos mais do que suficientes para dizer que nesta sessão está em discussão a visão, o planeamento, a definição de prioridades e o modelo de gestão que o actual executivo socialista nos propõe para aprovação. Mas porque a discussão do PDM tem um ponto específico, centremo-nos por agora na análise e discussão da proposta de orçamento e plano plurianual de investimentos. E o que temos nós para discussão? Será mesmo um plano de investimentos para futuro ou será um plano com obras do passado para saldar dívidas do presente? É o que veremos mais adiante. Por agora comecemos por uma análise genérica á proposta de orçamento. Em termos orçamentais para dois mil e doze o executivo perspectiva gerir um volume financeiro de trinta e sete milhões de euros, quando em anos anteriores tivemos orçamentos de quarenta e quatro milhões de euros, projectados para dois mil e onze e cinquenta e três milhões de euros, projectados para dois mil e dez, ou seja, uma clara redução nas dotações financeiras para o próximo ano, comparativamente aos dois anos anteriores. Mas, havendo uma drástica redução ao nível do valor global do orçamento, será que existe um esforço de contenção ao nível das despesas correntes? Aquilo que verificamos é que as despesas correntes são ainda ligeiramente superiores ao valor orçamentado no ano anterior em cento e catorze mil euros. Mas mais grave é que o peso que estas despesas correntes assumem no valor global do orçamento situa-se agora nos cinquenta e oito ponto trinta e oito por cento, quando no ano anterior representavam quarenta ponto cinquenta e sete por cento, ou seja, estamos no limite do aceitável, muito próximo dos

sessenta por cento permitidos. E o que é que isto quer dizer? Senhoras e senhores deputados, excelentíssimos presidentes de Junta, isto quer dizer que a Câmara Municipal, em encargos com pessoal, despesas de funcionamento e serviço de dívida, perspectiva gastar aproximadamente vinte e dois milhões de euros, ou seja a quase totalidade das receitas reais, que rondam os vinte e cinco, vinte e seis milhões de euros, fica hipotecada para despesas correntes. A não existência de projectos co-financiados remete o município de Lousada para uma gestão quase administrativa do dia-a-dia. Isto é deveras preocupante. Tanto mais quando nos próximos anos teremos que saldar os encargos financeiros com os juros e a amortização dos empréstimos bancários contraídos até então. Pois sim, ao contrário do que diz o ex-líder do Partido Socialista, e outros seus militantes a dívida tem que ser paga. O que as governações socialistas fazem, como dizia ele, é gerir dívidas. Só que gerir dívida significa protelar o pagamento para quem vier a seguir. É o que em Lousada, também se tem feito. E não apontem exemplos de outros concelhos, porque com o mal dos vizinhos Lousada pode muito bem. Mas e à semelhança dos últimos anos no país, acresce ainda a prática de um pecado capital, o dinheiro que se tem gasto e aquele que se perspectiva gastar não está a ser aplicado, nem será aplicado, em investimentos produtivos. Gastam-se rios de dinheiro em obras de cosmética e outras que acrescentando utilidade pública não se configuram ajustadas à realidade e às necessidades do concelho. E o que se tem feito ou o que se perspectiva fazer para incrementar os sectores produtivos no nosso concelho, como seja a indústria, o comércio e a agricultura? Analise-se em pormenor o plano de investimentos para se perceber que o caminho que está a ser trilhado não é claramente aquele que, na nossa visão, mais interessa ao desenvolvimento económico e social do concelho e à melhoria das condições de vida dos lousadenses. Dos treze milhões, quinhentos e nove mil e quinhentos euros definidos em plano de investimentos temos a seguinte distribuição: quinhentos e noventa e seis mil e quinhentos euros em serviços gerais de administração pública, ou seja, em aquisição e reparação de imóveis e equipamentos, locação de viaturas, material informático; um milhão, quinhentos e cinco mil e duzentos euros em educação; cinco milhões duzentos e dezassete mil e cem euros em ordenamento do território ,ou seja, em arranjos urbanísticos e beneficiação de vias de comunicação; um milhão, seiscentos e sete mil e seiscentos euros em saneamento; seiscentos e cinco mil e quinhentos mil euros em abastecimento de água; setenta mil euros em protecção do meio ambiente e conservação da natureza; cento e trinta e sete mil euros em

cultura, ou seja em novo mobiliário e equipamento para o auditório; três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil euros em desporto, recreio e lazer; trinta e sete mil e quinhentos euros em agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, ou seja, limpeza de caminhos florestais, faixas laterais das vias e manutenção dos pontos de água; cento e sessenta mil euros, em indústria e energia, ou seja quinze mil euros para a zona industrial de Caíde de Rei e o restante para instalação, remodelação e ampliação de iluminação pública; cento e quatro mil e cem euros em transportes e comunicações, ou seja, transportes rodoviários, sinalização vertical e horizontal. Minhas senhoras, meus senhores, a importância destes números revela-se precisamente nisto: dos treze milhões quinhentos e nove mil e quinhentos euros previstos em investimentos, sessenta e quatro vírgula vinte e nove por cento, ou seja, oito milhões seiscentos e oitenta e seis mil e cem euros, estão definidos para arranjos urbanísticos, beneficiação de vias de comunicação e para desporto, recreio e lazer. Sabemos todos, e bem, quais as obras que estão a engolir estas avultadas verbas. Mas em boa verdade, não podemos ainda deixar de referir uma análise curiosa. Neste plano de investimentos constam obras concluídas ou em fase final de conclusão no valor superior a cinco milhões de euros: três milhões e meio em obras já concluídas; um vírgula seis milhões em obras em fase final de conclusão. Basta ver a acta da reunião de Câmara para tomarem conhecimento do elenco de obras que deste rol fazem parte. Como há pouco disse, este é um Plano virado para o passado, que escamoteia compromissos assumidos, numa clara tentativa de iludir o real valor da dívida do município e dar a entender que é afinal um bom cumpridor. E sejamos francos, os alertas que a coligação “Lousada Viva” tem lançado são para prevenir este tipo de situações. Temos vindo a alertar que o passivo do município tem vindo a aumentar e, por este caminho, continuará certamente. A proposta de orçamento diz-nos isso mesmo, com a previsão de mais um empréstimo de um milhão, cento e oitenta e quatro mil oitocentos e sete euros, este valor, acrescido do valor em dívida aos bancos, a fornecedores, a empreiteiros, dívida à SUMA, de locações financeiras, de expropriações por pagar e de compromissos assumidos e protocolados com instituições do concelho, no final do corrente ano o município de Lousada ficará a dever mais de vinte milhões de euros, tal como alertamos há um ano atrás. Senhora e senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores, espantem-se ainda, principalmente os senhores presidentes de Junta, para o facto de no plano de investimentos haver um conjunto de freguesias que não vê o merecimento de qualquer

obra de investimento. Sim, há freguesias que ficam completamente à margem de qualquer previsão de investimento para o quadriénio de dois mil e doze a dois mil e quinze. Zero euros. Estamos a falar de um plano plurianual de investimentos, como disse para um quadriénio, e nada, simplesmente nada se perspectiva para um grupo de freguesias. É esta a visão do executivo socialista e da sua bancada para a totalidade do concelho? Surpreendidos quando dizemos que tem havido uma governação centralista? Analise-se os documentos para perceber quem tem razão ao alertar para estas evidências. Tanto mais grave que ao não aceitarem as propostas apresentadas pelos vereadores da coligação “Lousada Viva”, em média três obras de investimento por freguesia, num total de setenta e quatro propostas para as vinte e cinco freguesias do concelho, nenhuma foi atendida. Mais, e uma vez mais não valorizam a auscultação dos presidentes de Junta. Algum de vós, presidente de Junta, foi convidado para se pronunciar sobre o plano de investimentos e orçamento para dois mil e doze antes da sua elaboração? O executivo não tem essa obrigação legal, mas tem o dever moral e estratégico para o fazer. Afinal, andam por aí a dizer que nós é que queremos acabar com as freguesias, depois, na prática, vê-se quem mais defende as freguesias. Basta. É tempo de acabar com a sujeição que os presidentes de Junta estão remetidos, para fazerem alguma coisa têm que reunir com técnico A, B e C, quando na verdade deviam ser desde logo atendidos pelo executivo em fase de planeamento e definição de investimentos. Não precisavam mais de andar a gastar o seu precioso tempo em deslocções constantes para a Câmara Municipal. É esta a diferença de tratamento e de reconhecimento. Mas se em certa medida podemos acusar os tempos difíceis e de austeridade que nos é imposta e a todos atinge, a verdade é que o Município de Lousada, ou seja o seu actual executivo, perspectiva em sede de orçamento um valor muito próximo do valor do orçamento anterior em receitas correntes. O que diminui são as receitas de capital. E que receitas são estas que, entre aspas, penalizam o concelho? São, inevitavelmente, receitas provenientes de empréstimos bancários, menos quatro milhões de euros que no ano anterior e menos três milhões em participações comunitárias em projectos co-financiados, ou seja, a austeridade que se sente e se propala e que se faz sentir em muitos lares, não influencia directamente esta proposta de orçamento que nos é apresentada. Nem mesmo, no esforço de contenção de despesas o município quer dar o exemplo, o custo com pessoal vai aumentar aproximadamente sete por cento ou seja, sensivelmente mais seiscentos e noventa e quatro mil euros que no ano anterior. O dinheiro que perspectiva

gastar em estudos, projectos, consultadoria e outros trabalhos especializados ascende a mais de meio milhão de euros. O valor previsto para não se sabe bem o quê, ou seja em Outros Bens, Outros Serviços ou Diversos ascende a mais de dois milhões e trezentos mil euros. Veja-se que bastam três exemplos para denunciar que não há qualquer esforço que se revele produtivo ou eficaz para a redução da despesa corrente. Por outro lado, quem sofre com a redução serão as Juntas de Freguesia e as Associações do concelho. Mais de meio milhão de euros em estudos, projectos e consultadoria, dariam em média, vinte mil euros mais, para cada freguesia do concelho. Trata-se apenas de uma questão de gestão e definição de prioridades. Em suma, este é sem dúvida um mau orçamento aliado a um muito mau plano de investimentos. Dir-me-á o Sr. Joaquim Santos que não.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Carlos Nunes a sua intervenção foi quase igual á do ano passado. Ainda não percebeu bem que isto são documentos previsionais, não se esqueça do que disse no ano passado, do que disse este ano e em Abril de dois mil e doze, se ainda estivermos cá, e em Abril de dois mil e treze quando votarmos os documentos de aprovação de contas o senhor vai ver que esses números estão totalmente errados. Vai ver qual é a dívida da Câmara, qual a dívida aos bancos, qual a dívida a fornecedores ou o senhor não acredita, ainda há pouco um colega meu de bancada disse, que a dívida a fornecedores está paga até ao fim de Setembro. Isto são documentos previsionais não são documentos definitivos. Em Abril de dois mil e doze é que o senhor vai ver quais são os números. Como sempre faço, há que chamar atenção para o facto de que devem ser analisadas, separadamente, as receitas das despesas correntes e de capital. As receitas correntes são calculadas, nos seus termos legais, pela média dos últimos vinte e quatro meses anteriores à sua elaboração que, em regra, são inferiores às que efectivamente serão cobradas. De salientar que a receita corrente ao contrário do que o senhor Carlos Nunes diz, prevista para dois mil e doze sofre uma diminuição de cerca de dois milhões de euros, provocada pelo corte nas transferências do estado, dois anos seguidos, e na redução da cobrança do IMI e IMT e taxas previstas na tabela de taxas em vigor. As despesas correntes reflectem, portanto, a contenção de gastos, restringindo-as ao essencial para o pleno funcionamento dos serviços municipais. Igual rigor se verifica nas dotações, com as despesas com o pessoal, à frente eu direi porquê. É prevista, ainda, neste orçamento a

contratação de pessoal destinado ao funcionamento da Escola Básica de Nogueira. As despesas com pessoal diminuiu de dez milhões oitocentos e sessenta e sete mil seiscentos e dezassete euros e oitenta cêntimos, para dez milhões quatrocentos e sete mil e oitocentos e trinta euros e quarenta e nove cêntimos, principalmente pelo corte dos subsídios de férias e de Natal. No que se refere à receita de capital é estimada tendo em conta diversos factores, de ordem previsionial, designadamente: a venda de terrenos na zona industrial de Lustosa; os contratos - programa a celebrar com os diversos ministérios e o financiamentos de obras a participar no âmbito do QREN com candidaturas já aprovadas e outras a apresentar em momento oportuno. No que diz respeito ao plano plurianual de investimentos que totaliza vinte e seis milhões seiscentos e dezassete mil quatrocentos e oitenta e quatro euros, há que ter em atenção que apenas se encontram inscritos em orçamento treze milhões quinhentos e nove mil e quinhentos euros, como verba definida, uma vez que o restante depende da aprovação das diversas candidaturas ao QREN em que poderão ser incluídas algumas obras sugeridas pelos senhores vereadores da oposição como referiu o senhor presidente da Câmara na sua declaração de voto. É de salientar que neste plano plurianual constam algumas obras já concluídas e não pagas em virtude do atraso das transferências das participações do QREN e do Ministério da Educação no que diz respeito à Escola Básica de Nogueira, sem dinheiro não se fazem obras. Como também tenho dito em anos anteriores, as únicas dotações certas são as dos empréstimos contratados, as transferências do orçamento de estado e as participações das candidaturas já aprovadas. Deste modo as receitas e despesa de capital tanto podem ser as previstas no orçamento como podem variar, para mais ou para menos, conforme os valores que vieram a ser aprovados. É por isso que nós aprovamos as contas em Abril do próximo ano. Portanto este orçamento é equilibrado, controlado e sustentado. Como disse estamos a aprovar documentos previsionais e como já referi anteriormente, as receitas e despesas de capital, tanto podem ser as previstas no orçamento como podem variar. É um absurdo dizer-se que os custos com pessoal vão aumentar sete por cento. E na altura própria vamos verificar que isso não é verdade quando aprovarmos o documento de prestação de contas. É preciso ter em conta que existem dotações com pessoal em duplicado que têm de ser orçamentadas ou seja, eu dou-lhe dois exemplos: há pessoal contratado a termo certo e pessoal que passa a tempo indeterminado tem de haver verbas nessas duas rubricas de um momento para o outro para satisfazer esses compromissos. Este é um dos motivos

que passamos de uns anos para os outros com saldo de gerência elaborado mesmo abatendo as operações de tesouraria. As despesas com pessoal vão diminuir à volta de quatrocentos e sessenta mil euros principalmente pelo corte de subsídios de férias e de Natal. Eu dou-lhe outro exemplo, agora temos o pessoal dirigente que está a receber por uma rubrica do orçamento, se por qualquer motivo a Câmara lhe tirar a confiança política, eles passam para o lugar de origem, têm de ter verba para lhes pagar. É por isso que quando nós quando discutimos a aprovação das contas, vocês vêm sempre para cima de um milhão e meio, dois milhões quase, o saldo de gerência é quase sempre esse valor.» -----

----- Intervenção do Sr. Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Na declaração de voto da coligação PSD-CDS relativa à aprovação dos documentos previsionais para o ano de dois mil e doze na reunião da Câmara de cinco de Dezembro de dois mil e onze lê-se em determinada altura o seguinte: “ a Câmara Municipal de Lousada tem nos seus quadros técnicos qualificados, contratou assessores e avençados, mas, mesmo assim, prefere de forma exagerada, contratar serviços a outros técnicos fora da autarquia. Isto é sinónimo de que o município não tem contratado técnicos e assessores pela sua capacidade técnica.” Esta afirmação para além de constituir, mais uma vez, o total desconhecimento por parte da coligação PSD-CDS da realidade deste município é também e em primeiro lugar uma grave ofensa à dignidade profissional dos técnicos e funcionários desta autarquia. Entendo que em política não vale tudo, há valores que é necessário respeitar fundamentalmente aqueles que têm a ver com as pessoas. O nervosismo que se apodera da coligação PSD-CDS à medida que se vai caminhando para o próximo acto eleitoral, sem que ainda tenha conseguido apresentar uma ideia estratégica para Lousada, não justifica por si só este tipo de afirmações. Perante isto, não posso deixar de enaltecer, e se permitem em nome de todo o grupo municipal do partido socialista, o empenho, a dedicação, a competência e o brio profissional com que os técnicos e restantes funcionários desta autarquia têm também eles contribuído para que Lousada seja cada vez mais um concelho onde se gosta de viver. Não posso ao mesmo tempo deixar de repudiar veementemente toda e qualquer tentativa de denegrir a imagem e a dignidade profissional dos funcionários desta autarquia.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Neste caso senhor Carlos Nunes eu vou dar apenas a minha

opinião pessoal e porque tocou ao de leve na questão da dívida pública. Eu passo a citar o que li há pouco, por João Pinto de Castro: “A dívida americana em proporção do PIB sobe e desce ao longo dos anos, coincidindo os picos com conflitos armados ou crises de especial gravidade. Em valor absoluto, porém, a tendência é para ela crescer sempre, mesmo quando se expande mais lentamente do que o produto nominal. A mera observação confirma, pois, que a dívida é renovada, renegociada ou reestruturada - mas nunca paga. Sucede assim porque novos projetos são lançados e financiados ao mesmo tempo que outros, antigos, são concluídos e amortizados”. É minha opinião que a dívida tem de ser paga, isto foi dito por João Pinto de Castro, eu nem vou buscar o exemplo de Sócrates, vou buscar o exemplo do primeiro ministro de Portugal que disse que isto era óbvio. Posto isto, em relação aos empréstimos, que também foi aqui afirmado pelo Dr. Carlos Nunes, eu pensei que nunca iria dizer o que disse. Senhor presidente da Câmara em substituição será que em Lousada a Câmara, tudo bem tem uma saúde financeira invejável, mas será que somos uns iluminados e bafejados pela sorte para que consigamos negociar empréstimos com períodos de carência tão alargado e que a banca nunca nos peça dinheiro, só a partir de dois mil e treze, dois mil e catorze. Eu pensei que não fosse a esquerda que tivesse uma relação privilegiada com a banca.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Há dias disseram-me uma frase em latim no tribunal que eu quero dizer, era, “veritatis simplex oratio”, significa a verdade dispensa enfeites. É isso que eu quero fazer aqui, dispensar de enfeites, dizer a verdade. Já que há a mentira tem de haver a verdade, ponto contra ponto. Em primeiro lugar, apesar de apreciar o facto do Dr. Carlos ser um acérrimo defensor da Kellogg’s eu confesso que gosto mais de Chocapic’s. Apesar de saber que o original é sempre melhor como disse, eu também confesso-lhe que o líder da bancada do PSD/CDS-PP também é muito melhor do que aquele que correntemente nos é apresentado como tal. Dizer-lhe que as ilustres pessoas que aqui estão representadas em quadro no século XIX se o ouvissem ter a desconsideração que teve aqui nesta Assembleia pelo excelentíssimo senhor presidente da Câmara em substituição, certamente que teriam vontade de usar das bengalas. E por fim dizer o seguinte, a importância dos números que trouxe aqui, significa uma coisa que o senhor desconhece completamente aquilo que é a gestão de uma Câmara Municipal, reduzir números previsionais a obras de limpeza

de ruas, limpeza de arvoredo, quando a Câmara é muito mais do que isso, quando o trabalho que a Câmara efectua nestas áreas que estão neste momento provisionadas são muito mais latos do que esses, é um erro, é redutor e também demonstra a visão redutora que o senhor doutor tem. Eu tenho pena que o nosso primeiro-ministro não o tivesse convidado para assessor, tenho pena, porque estou certo que o senhor lhe diria, olhe invista mais, este é o momento de fazer investimento, é o momento de fazer setenta e tal investimentos nas freguesias de Lousada e outros tantos por cada concelho do país. Estou certo que o Dr. Passos Coelho lhe diria, sim vamos aumentar as transferências de verbas para as Câmaras Municipais, vamos dotá-las de mecanismos para se reforçarem financeiramente e para fazerem todos esses investimentos que o Dr. Carlos diz. O Dr. Carlos é um sábio, um esperto, um economista. A verdade é que não é isso que acontece apesar de ser isso que o PS defende, não só a nível autárquico como a nível nacional, mas eu digo-lhe mais, acha que neste momento, existem condições, até mesmo a quatro anos, para fazer investimento, investimento em larga escala, setenta e tal investimentos no concelho de Lousada, eu adorava, a verdade é que não existe dinheiro aqui, nem existe dinheiro dispensado por parte do governo, e a verdade é que de facto nós não podemos “marimbar” para os banqueiros alemães que nos emprestam o dinheiro. Mas tenho outra questão para lhe fazer. Já que fala nos investimentos e nas transferências para a freguesias, porquê que na sua relação com o primeiro – ministro, Pedro Passos Coelho não lhe diz, “o senhor foi cortar subsídios de Natal e já a troika veio dizer publicamente que não era preciso ter cortado”. Pergunte-lhe se ele vai transferir essas verbas que depois vão ser aumentadas no IRS, se ele as vai transferir também para os municípios. Eu estou para ver quando for a distribuição desse dinheiro para os municípios. Tenho dúvidas, com esse dinheiro poderíamos fazer mais investimentos no concelho. Mas digo-lhe mais, crédito, eu adoro que se fale em crédito em Lousada, e adoro que se fale em crédito nesta Assembleia, e ficarei muito satisfeito enquanto dissermos que vamos aprovar crédito na Assembleia de Lousada. E explico-lhe porquê. Porque ainda há dias estava a falar com um colega meu de Paços de Ferreira que disse que, crédito é uma palavra que não se usa muito para aquelas bandas. Apesar do senhor doutor vir para aqui tentar constranger-nos de usar os exemplos dos concelhos vizinhos, que por acaso estão todos muito mais próximos da banca rota e que por acaso têm todos gestão do PSD. Só por acaso. Lá, já não se fala em crédito, e sabe porquê? Porque os bancos já não dão crédito, e a nós dão. O que denota que a sua toada a sua

análise enquanto economista e contabilista, demonstram o conhecimento que tem da situação das contas desta autarquia, demonstram o conhecimento que existe dentro do PSD e do CDS-PP Lousada relativamente às contas que são auditadas por ROC, coisa que o senhor não é, contas que são auditadas pelo Estado e que o senhor não tem conhecimento nenhum. Mais, vá ler outra vez o anuário que é feito pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e depois conte-me histórias. Eu confesso-lho que noutra dia, em Lisboa disseram-me que Lousada estava muito mal financeiramente, e eu disse, mas porquê? “Vi uma notícia”. Ouça isto é a mentira que vocês andam a espalhar, a mentira que o PSD anda a espalhar é que nós estamos perto da banca rota. Eu gostava de o dizer publicamente, isto é falso. Mais, eu peço isto, por favor, eu odeio aquela anedota do barco que se está a afundar e vão mulheres para um lado e homens para o outro e há um que fica no meio, significa, nós não podemos pedir por um lado mais investimento e por outro lado pedir mais contenção na despesa. É aquilo que vocês fazem. Eu vou-lhe explicar porquê. A questão do aterro, vai ser muito simples, como é óbvio vai depender de mecanismos financeiros. A decisão não vai ser a das populações, apesar de nós a defendermos, mas isto é em tudo, o critério vai ser financeiro, porque ao fim e ao cabo há dinheiro faz-se, não há, não se vai fazer. Paços de Ferreira é o exemplo claro de uma Câmara que vocês se quisessem, podiam vir aqui dizer que sim, está próximo da banca rota, isso é público. Portanto quem diz aterro diz muitos outros projectos, diz muitas outras situações. Agora a questão que aqui se vai colocar, será, devemos-nos aliar, ajudar Paços de Ferreira ou não? Devemos ajudar outras autarquias ou não? Quem diz ajudar, diz sermos complacentes, aceitarmos isso tudo, aceitar que os outros tenham uma má gestão financeira, para sermos nós a aguentar aquilo que é a má gestão financeira dos outros. Será? Essa questão vai-se colocar. Se não se colocar hoje nesta Assembleia certamente que se colocará nos próximos tempos. É a mesma questão da Finlândia emprestar dinheiro a Portugal a questão é a mesma. Eu só queria deixar aqui uma nota, é falso que a Câmara Municipal de Lousada e que a autarquia de Lousada esteja em banca rota, ingerível, incapaz e que esteja com insuficiência de meios para fazer face aos desafios que se nos apresentam. E se o está ou se o vier a estar, acreditem há muitas outras que estarão à frente. E mais significará que o governo PSD/CDS-PP não fez o lhe competia e sabem porquê? Porque nós estamos em décimo, em terceiro, em decimo-oitavo lugar com os melhores rácios e atrás de nós há muita gente. Não digam mais mentiras que depois são desmentidas por relatórios

nacionais. Não digam mais mentiras que contradizem aquilo que pessoas credenciadas dizem, é falso, é populista, é demagógico e é eleitoralista não vale a pena.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Minhas senhoras, meus senhores kellog’s, chocapic’s, eu muito sinceramente para manter o nível e a seriedade deste debate recomendo ao senhor deputado que adopte mais o kitkat. Eu na minha primeira intervenção comecei mesmo por dizer que esta de facto era uma sessão diferente das restantes sessões, pelo facto da matéria que temos hoje em discussão é uma matéria da maior importância para a definição estratégica do desenvolvimento do concelho. Disse mesmo que estaria em discussão a visão, o planeamento, a definição de prioridades e o modelo de gestão que o actual executivo nos propõe. Aquilo que verificamos é que o actual executivo não tem uma visão sustentável para o concelho. Planeamento que pratica vai ao arremço de programas e candidaturas que lhe sejam indicados, as prioridades que lhe são conhecidas situam-se ao nível do investimentos centralizados na sede da vila descorando o desenvolvimento harmonioso das freguesias e áreas de extrema importância para o desenvolvimento económico e social do concelho. O modelo de gestão que pratica está subjacente numa administração pesada, onerosa e pouco ágil e é totalmente avesso à auscultação das forças vivas do concelho. Os senhores vereadores da coligação “Lousada Viva” apresentaram um conjunto de setenta e quatro obras para as vinte e cinco freguesias do concelho, são pequenas realizações para serem inscritas no plano plurianual de investimentos para um quadriénio, dois mil e doze a dois mil e quinze. Isto é expansionista? Isto digo-vos eu é defender o concelho, é defender as freguesias do nosso concelho. São pois estas as características que identificam o actual executivo socialista, se perguntarmos qual o eixo estratégico que durante estes últimos vinte e dois anos defendem para o desenvolvimento do concelho certamente que terão dificuldades em assumir uma posição. Veja-se que em vinte e dois anos de governação ainda andamos a orçamentar redes de abastecimento de água e redes de saneamento. Quantos milhões já foram geridos pelo senhor presidente de Câmara? É um exercício interessante. Será que o Dr. Jorge Magalhães, senhor presidente sabe quantos milhões já geriu em vinte e dois anos de governação? É óbvio que muitas coisas foram feitas, umas, bem e outras nem tanto. Mas, em boa verdade, os milhões que senhor presidente de Câmara teve ao dispor, podia

e devia ter criado uma outra marca muito mais significativa no nosso concelho. Melhor, podia e devia ter criado estruturas que produzissem riqueza para o concelho. O que criou são autênticos, permitam-me a expressão, “papa orçamentos”. Obras que cujo custo de manutenção ficarão a onerar as futuras gerações. Depois, é todo o sentido deturpado do discurso político com as acções praticadas. No início do mandato elegeu a acção social como prioridade, reparem que neste orçamento há de facto um aumento de cinquenta mil euros para esta área. Mas é este mesmo orçamento de trinta e sete milhões de euros que prevê gastar mais de meio milhão de euros em estudos, projectos e consultadoria. Demagogia é termos técnicos qualificados na Câmara e apontar aqui meio milhão de euros para adquirir estudos, projectos e consultadoria fora, isso é que é demagogia ou então no mínimo ofensivo. Afinal qual é a prioridade? Cinquenta mil euros mais para acção social ou meio milhão de euros em estudos, projectos e consultadoria? O mesmo acontece ao nível do apoio às Juntas de Freguesia. Reparem uma vez mais que há freguesias que não são contempladas com alguma obra para o quadriénio de dois mil doze a dois mil e quinze. Mas ao mesmo tempo, fazem-se investimentos avultados de cosmética em ruas do centro da vila, cujo valor de apenas duas ruas daria para repartir mais de vinte e seis mil euros por cada freguesia do concelho. Por exemplo, Rua General Humberto Delgado que é a rua do mercado municipal, prevêem lá gastar duzentos e dezasseis mil euros, outro exemplo, Avenida Amílcar Neto a avenida das piscinas, prevêem lá gastar quatrocentos e trinta e oito mil e cem euros. Dir-me-ão que são obras objecto de financiamento. Dir-lhes-ei que não são cem por cento participadas e que não envergonham o concelho, ao contrário de muitas outras necessidades por este concelho fora. E são já tantas as obras paradas por falta de apoio da Câmara Municipal. Senhoras e senhores deputados percorram as freguesias do concelho, a exigência dos tempos actuais não é complacente com certos gastos. Perguntar-se-á o concelho, diria até o país, se em Lousada havia uma necessidade premente de um novo estádio de futebol? Certamente que é um tipo de obra que deve envaidecer qualquer cidadão. Mas a questão de fundo é saber se não havia alternativas? Se esta era mesmo uma prioridade para o concelho? Pois, da nossa parte, dir-lhes-emos que havia alternativas, que o Parque Urbano não tinha que ser onde é o Estádio, e que um novo Estádio não seria, nos tempos actuais, uma prioridade. Mas, como dizia, os tempos actuais não são complacentes com certos gastos. Num orçamento que prevê o mesmo nível das despesas correntes do ano anterior, que se vê diminuído apenas por haver menos

projectos comunitários co-financiados e pela diminuição do recurso a empréstimos bancários, como já era de esperar, o município vê-se na condição de ter um nível de despesas correntes na ordem dos sessenta por cento. Quase vinte e dois milhões de euros em despesas correntes. É muito dinheiro para uma autarquia como a nossa. Por outro lado, a indústria, o comércio e a agricultura estão, uma vez mais, devotados ao abandono por este executivo. É necessário fazer-se muito mais que um outdoor, um jantar ou constituir um gabinete. É preciso ir á luta, sair do conforto da cadeira e munir-se das melhores referências para se constituírem parcerias e atrair investimentos benéficos para o concelho. Da nossa parte, uma certeza podemos deixar, estamos cá para cumprir bem o papel que nos foi confiado. Para bem do concelho, procurem cumprir bem melhor o vosso papel.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves: «Excelentíssima senhora presidente da Mesa Assembleia, excelentíssimo senhor presidente em substituição, senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social, caríssimo público. De facto eu não estava preparado sequer para vir intervir hoje mas depois de uma intervenção de um colega da Assembleia resolvi vir. E pelo seguinte, por factos concretos e práticos. Eu sou presidente de uma Junta e o senhor Dr. Pedro Machado não me pode desmentir que tenho ido várias vezes à Câmara solicitar um conjunto de investimentos para a minha freguesia e a resposta que tenho tido é, não há dinheiro, para o ano não há dinheiro. Quando eu vejo o orçamento e o plano previsional para o próximo ano, fico escandalizado, como é que não há dinheiro e que todos nós, é só reforçar uma ideia, todos vocês façam o exercício de visualização e vejam o que é a Avenida Cidade de Renteria que vai da rotunda do hospital à Praça das Pocinhas, pois é, está lá com investimento. E eu pergunto, qual é a lógica, qual a necessidade de se fazerem investimentos naquela via nas condições em que ela está? E depois dizem claro que não há dinheiro. A mesma coisa me escandaliza que perante um projecto que tem a ver com o parque urbano se vá fazer uma intervenção na Avenida Amílcar Neto que todos nós conhecemos e lá passamos. E eu pergunto, porquê gastar lá quatrocentos e tal mil euros numa intervenção. Eu pergunto, é necessário? Isso é que é investimento estratégico? Não há outros locais onde haja uma maior necessidade de investimento? Essa é que é a questão, ou seja é lógico que isso é uma opção do município, é discutível, é uma opção estratégica do próprio município. A questão que eu coloco é, investimentos que no

fundo são “chover no molhado”, ou seja áreas em intervenção que se nós olharmos para a realidade vemos que não precisariam de intervenção. E se nós formos por aí fora, ainda há dias fui conduzir a carrinha da Junta de Freguesia de Silvares e passei ali por exemplo numa rua em Boim, passei em ruas em Meinedo, em Aveleda, em muitos locais deste concelho e digo isto é um escândalo, como é que nós vamos gastar um milhão e duzentos mil euros em quatro ou cinco ruas no centro da vila, que não precisariam de intervenção absolutamente nenhuma nos tempos que correm e depois vêm dizer-nos que não há dinheiro e que não se constrói e que não se reparam outras vias. Não me venham dizer também que não é por podermos ou que estes planos não possam ser intervindo, porque na rubrica dos planos previsionais, na quatro ponto dois, estão ruas que já foram intervencionadas em Figueiras em Nevogilde e outros locais do concelho. Portanto trata-se pura e simplesmente de um plano estratégico de saber onde é que se vai investir. Eu sei que se calhar o projecto de intervenção para o parque urbano e centro urbano da vila foi feito em cima do joelho e por ser feito em cima do joelho é que se vai intervencionar em ruas que não teriam necessidade de ser intervencionadas, esse é que é o problema. Mas defender isso hoje aqui e dizer que está muito bem feito é um erro em cima de outro erro.» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Não pensava intervir hoje mas o calor da discussão e o tema abordado acabou por despoletar uma pulsão incontrolável de dizer duas ou três coisas que me parecem fundamentais esta noite. A primeira, é relativamente a uma intervenção que foi feita aqui por um ilustre deputado do partido socialista que reiteradamente procura desvalorizar o papel de um orçamento. Eu gostava de dizer que o orçamento não é um mero documento previsional é algo de muito mais importante que isso. Houve de facto uma tentativa, se não foi ostensiva, foi pelo menos subliminar de alguma forma desvalorizar, minorizar, subestimar um documento dito de uma forma reiterada previsional que é o documento do orçamento. Isto é um erro de palmatória, porque basta olhar ao que se passa a nível nacional para perceber que o orçamento de estado é o documento central da vida política da nação. Nunca ouvimos falar seguramente, também devíamos porventura dar mais ênfase, à conta geral do estado, que é o tal documento de aprovação final das contas mas ninguém ouve falar. Mas se repararem a comunicação social, os protagonistas políticos, os partidos políticos, os grandes actores e as

instituições democráticas de Portugal falam reiteradamente ao longo do ano do orçamento de estado, o tal documento dito previsional. E não é por acaso, como o Carlos Nunes disse e bem, o orçamento respalda no seu âmago aquilo que é de facto a visão, a estratégia, o projecto para o futuro de um país ou de um concelho. No caso concreto de Lousada, o orçamento da Câmara de Lousada para o próximo ano deve retratar com fidelidade aquilo que é a visão do executivo para o concelho. E nessa exacta medida é um documento crucial, não é um documento previsional, enfim de segunda linha, é um documento fundamental. Porventura o documento estratégico com mais importância que é discutido nesta casa, neste plenário, na Assembleia Municipal de Lousada. Eu queria em primeiro lugar trazer à lissa a importância e o relevo da discussão que hoje estamos aqui a tratar e em particular do documento orçamento municipal de Lousada. Dito isto a segunda nota que eu queria aqui focar é que se tem dito aqui algumas coisas que não correspondem minimamente á realidade. E eu, sem ter sequer mergulhado com profundidade nos documentos que estão hoje patentes e em discussão, apercebi-me desde logo de um erro meu e do colega deputado do PS que há pouco referi, teve quando fez menção “en passant” à questão das despesas de pessoal que em dois mil e doze teriam uma redução de cerca de quatrocentos mil euros, passariam, e cito de cor, de dez milhões e oitocentos mil euros para dez milhões e quatrocentos mil. Pois bem, meus caros amigos aqui estão um exemplo claro de que como de facto muitas vezes as palavras são traiçoeiras, esta redução de quatrocentos mil significa em termos de pessoal um acréscimo notável nas despesas de pessoal. E eu vou-lhes explicar porquê? Em dois mil e doze vai haver um corte de subsídio de Natal e subsídio de férias, é sabido, basta fazer as contas, o corte de subsídio de férias e de Natal representa cerca quinze a vinte por cento da massa salarial bruta do ano de dois mil e doze. Se efectivamente houvesse uma redução de pessoal nós teríamos uma redução de dez milhões e oitocentos mil para oito milhões e oitocentos mil, de dois milhões, mais ou menos um milhão e meio. Desculpe meu caro amigo os números falam por si. O que se verifica é uma redução de quatrocentos mil, ou seja, fica aquém da redução que seria previsível se efectivamente ela se reportasse exclusivamente aos cortes de subsídios de férias e de Natal, ou seja, dito de outro modo, não há nenhuma redução em termos de despesas de pessoal, há um acréscimo de despesas de pessoal. Terceira e última nota, fala-se aqui muito de investimento, percebi também que há vozes dissonantes relativamente áquilo que deve ser a prioridade de investimento, é legítimo que haja opiniões díspares sobre essa matéria, não podemos

pensar todos da mesma forma, e por isso é que também existem vários partidos políticos, várias sensibilidades. Eu acho que é salutar, é saudável e é legítimo que essas opiniões sejam expressas de uma forma veemente e por vezes com algum calor, não vejo nenhum mal nisso e até aprecio essa frontalidade da discussão. Agora há que ter algum senso comum e sobretudo ter os pés assentes na terra, tenho assistido a esta discussão com toda a serenidade e com toda atenção e às vezes fico com a sensação de que nós vivemos num país de “vacas gordas” em que tudo funciona bem, em que o país está próspero, em que a economia funciona, está dinâmica, não há desemprego, temos dinheiro a rodos. Meus amigos este não é o país real. O país real em que nós vivemos, é bom recordar, é um país que está sob assistência financeira, é um país que estava à beira da banca rota há uns meses atrás e que se não tinha recorrido à assistência financeira entrava em default. O que é que isto quer dizer, em incumprimento, não pagava aos credores, e ao não pagar aos credores, não tinha dinheiro para financiar a economia, não tinha dinheiro para pagar aos funcionários, não tinha dinheiro para pagar ao executivo da Câmara. Esta era a realidade do país em Março de dois mil e onze, e só o recurso à assistência financeira, aliás manda a verdade dizer, por mérito de um ministro socialista que na altura entrou em rota de colisão com o primeiro-ministro e resolveu pedir a assistência financeira, foi o caso do Ministro Teixeira dos Santos, que determinou o recurso à assistência financeira para salvar o país, é que evitou o default e o incumprimento, de outra forma não havia dinheiro para mandar “tocar um cego” como se costuma dizer numa linguagem mais prosaica e mais corrente. Portanto acho que é de bom-tom que tenhamos presente este contexto, estar a falar de despesas, de investimentos, tem que naturalmente ter subjacente à priori uma realidade concreta que é um país que hoje vive sob a alçada da assistência financeira, do programa da troika que determinou que o país tivesse acesso a setenta e oito mil milhões de euros, que têm de ser pagos. E aqui vamos falar claro, o próprio deputado socialista de quem sou amigo, Pedro Nuno Santos sabe perfeitamente que tem de ser pago, não se pode sequer criar a suspeição junto dos credores que não se paga uma dívida. No dia em que os credores souberem que alguém começa a colocar o problema de pôr em causa o acordo ou o contrato de que não vai pagar a dívida nunca mais tem crédito em lado nenhum, nem passa pela cabeça que o Pedro Nuno Santos ao ter dito o que disse, hoje lá no íntimo, não sinta algum arrependimento da ligeireza com que no calor da discussão teve aquela afirmação. Porque efectivamente temos que honrar os nossos compromissos, nós temos que dar a imagem

para exterior que vamos cumprir os acordos e os compromissos, sob pena de não termos mais crédito. Este contexto constrangedor de assistência financeira deve ser a “pedra-de-toque” de qualquer orçamento, seja ele nacional ou municipal e deve ser também a “pedra-de-toque” da intervenção de um partido político, de um agente político, de um deputado municipal responsável, é pensar que o dinheiro é escasso, os recursos são escassos, estamos de alguma forma sobre uma tutela financeira decorrente da ajuda que vimos e portanto os investimentos têm de ser feitos de uma forma criteriosa, responsável e parcimoniosa. Nesta medida deixem-me dizer sem entrar no detalhe deste ou daquele investimento ser melhor ou pior, não domino a matéria para me poder pronunciar com sagacidade, responsabilidade e acervo sobre essa matéria. O que parece óbvio do ponto de vista geral é isto, tem que haver uma preocupação séria da parte do executivo da Câmara de reduzir as despesas correntes, em tempo de crise não se pode manter o nível das despesas correntes num tempo em que de facto o acesso ao crédito era mais facilitado, em que as receitas da Câmara Municipal eram mais facilitadas em função do dinamismo da economia, numa época de recessão, de retração da economia, em que as receitas previsivelmente vão diminuir, manda o bom-tom e o sentido da responsabilidade dos agentes autárquicos e do executivo municipal reduzir, conter as despesas correntes. Eu não sei se no orçamento que nos é apresentado essa preocupação está subjacente, tenho algumas dúvidas sobre isso, por outro lado parece-me também no que concerne a investimentos tem de haver muita ponderação nos investimentos a realizar, desde logo acho que é fundamental ter em perspectiva o cenário de recessão em que vivemos, e que seguramente se aprofundará nos próximos anos. Devemos também ter em consideração uma previsível redução das receitas, e aqui as receitas do passado não podem servir de exemplo, porque provavelmente com uma retracção da economia as receitas municipais vão diminuir, eu chamo a atenção em particular para aquilo que vai acontecer em matéria de desemprego, sabe-se que vai aumentar e isso vai penalizar a economia nacional mas também a nível local, chamo a atenção para a actividade económica que vai diminuir o que vai ter quebras do ponto de vista do IMT que vão naturalmente a jusante afectar as receitas municipais nesse domínio e chamo ainda a atenção, porque não dizê-lo, com a perspectiva de aumento do IMI vai haver seguramente situações relapsas de pessoas incapazes de cumprir as suas obrigações fiscais em matéria de IMI. Portanto do ponto de vistas das receitas municipais acho que o cenário é deveras preocupante, não quero ir mais longe para não criar o pânico, já

não falo naturalmente das transferências do orçamento de estado, sabemos que com o aperto que está a ser realizado a nível nacional, até por determinação da troika com a fusão sugerida das freguesias e até dos próprios municípios, é manifestamente provável que do ponto de vista das transferências do orçamento de estado haja uma redução também dos meios financeiros que têm vindo a ser atribuídos aos municípios, ou seja estamos perante um cenário de retração do ponto de vista das receitas municipais, o que leva a que exista a necessidade de uma responsabilidade acrescida no tocante aos critérios da despesa. E é nesta medida que eu faço aqui um apelo ao executivo, acho que as sugestões que a coligação “Lousada Viva” e o PSD têm feito, do ponto de vista abstrato são corretas, são soluções que apontam para a necessidade de uma contenção séria das despesas correntes e se possível da sua redução. E são soluções que apontam do ponto de vista do investimento para responsabilidade, seriedade, critério, parcimónia nesse investimento tendo em consideração o cenário de recessão que é aquele que se antevê no horizonte. Eu penso que aqui ou ali podemos ter opiniões díspares, divergentes, alguém defenderá um investimento na avenida tal, um outro investimento na freguesia tal, acredito que haja opiniões dissonantes nessa matéria, mas se os critérios da responsabilidade, do bom senso, da seriedade e da cidadania preponderarem, seguramente que este orçamento será objecto de revisão, de ponderação e de acerto tendo em consideração aquilo que são os superiores interesses de Lousada. Meus amigos não tenhamos dúvidas que independentemente das nossas posições políticas os tempos que se avizinham são difíceis e nós temos de estar preparados e solidários para os enfrentar, essa é que é a dura realidade que a vida nos reserva.» -----

----- Intervenção do Sr. Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Ora se me permitem vamos voltar outra vez a Lousada ao concreto e sair dos abstrato, e então vamos regressar áquilo que na sua reunião da Câmara Municipal, as posições no concreto, os vereadores da coligação PSD-CDS defenderam. Mais uma vez esta coligação não resistiu acrescentar mais críticas à obra do complexo desportivo de Lousada, desta vez qualificando a implementação da sua última fase como e passo a citar: “o engordar do complexo desportivo” falta de imaginação na palavra escolhida, mas agora é moda e toda a gente fala por tudo e por nada das gorduras. Esta coligação mostrou sempre uma enorme imaginação na escolha dos adjectivos que tanto gosta de utilizar, pensando que estes se sobrepõem à realidade. Eu vou dar um exemplo que toda gente se deve

lembrar, logo no início deste mandato, quando chamou de “pequena maioria socialista” à maioria absoluta do PS de quase cinquenta e oito por cento e que deixou a coligação PSD-CDS a mais de vinte por cento de distância. Aqui sim uma grande imaginação. Grande imaginação também relativamente à obra em questão quando a qualificou de “centralista” num concelho em que qualquer lugar não dista mais de dez quilómetros, onde sendo constituído por vinte e cinco freguesias existem vinte campos de futebol e quinze pavilhões gimnodesportivos para além de outras pequenas estruturas tipo ringues que eu não contabilizei e para além das diferentes estruturas já existentes no complexo desportivo. Grande imaginação também quando a qualificou de “obra faraónica”, esta obra que para além de permitir a pratica de desporto em condições excelentes a todos lousadenses e a todos os desportistas da região e não só, irá servir a breve prazo de catalisador de todo um desenvolvimento económico, nomeadamente nas vertentes do turismo, da educação e da saúde. Isto é um investimento estratégico que está de acordo com toda a estratégia da Câmara Municipal em proporcionar boas condições para que a juventude, as pessoas jovens venham viver para Lousada porque tem condições excepcionais para educar os seus filhos e para aqui viverem com qualidade, assim como também catalisador do desenvolvimento das pequenas economias locais do nosso concelho. Se há aqui algo de faraónico será com certeza a falta de visão estratégia desta coligação PSD-CDS que nunca conseguiu, nem conseguirá compreender a importância desta obra para o futuro desenvolvimento futuro do concelho de Lousada e preocupam-se depois com as questões do emprego e do desenvolvimento da economia. Este investimento proporciona no futuro exactamente a resolução de alguns desses problemas. Mas não é este o momento para falar em pormenor dos custos e dos benefícios, do próprio preço negociado pelos terrenos que foram destinados ao complexo desportivo, porque em relação a isso também há por aí muita mentira. Dos custos e dos benefícios desta obra grandiosa que é o complexo desportivo de Lousada fá-lo-ei numa outra ocasião, quando o achar oportuno. Há no entanto duas ideias que eu queria realçar desde já, o que irá ficar para a história é que o complexo desportivo de Lousada foi construído pelos executivos do partido socialista que geriram este município nos últimos mandatos. Não ficará para a história mas ficará na memória de todos os lousadenses, o facto de, se eventualmente a coligação PSD-CDS tivesse gerido a Câmara Municipal de Lousada nos últimos tempos, o complexo desportivo de Lousada nunca teria existido.» -----

pouco retorno social”. Ora bem, vivendo nós num país democrático, e sendo os elementos que proferiram tais declarações também eleitos democraticamente, uma afirmação destas é de todo execrável. E é execrável também, dados os últimos desenvolvimentos que temos vindo a assistir dentro do próprio partido. Nós não impomos a lei da rolha, não dizemos que devemos filtrar a informação num canal televisivo a bem da nação, não promovemos o dia da raça, não queremos expulsar cidadãos de outros países de Portugal, não pedimos aos nossos jovens para emigrarem e saírem da zona de conforto e muitos mais assuntos que não quero voltar a mencionar. Quanto a mim o que disseram, mais uma vez, não é para ser levado a sério nem por nós, nem por todos os lousadenses e queremos crer que foi apenas uma infeliz afirmação.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É uma intervenção rápida, é um bocadinho em defesa da honra como é óbvio, não querendo prolongar esta contenda. A verdade é que o original de facto é mesmo o melhor, mas a verdade é que, não se podia fazer outra coisa, nem se pode descer tão baixo quando foi o próprio senhor Dr. Carlos que faltou ao respeito e desconsiderou o presidente da Câmara em substituição. E isso é aquilo que resulta da sua intervenção e que demonstra a sua personalidade feliz ou infelizmente foi o facto de não ter vindo aqui retratar-se, mas isso cada um apreciará da forma que entender. Certamente que nesta Assembleia não haverá ninguém mais entendido que o Dr. Jorge Neto para falar de orçamentos, até pelo próprio papel que desempenhou, e bem, e que a todos nos orgulha. E disse uma verdade, se nós não temos o que gastar, não podemos fazer aquilo que fizemos até hoje, gastar mais do que o que temos. Nós estamos no meio de um resgate, se temos de pagar um empréstimo que nos foi pago, e todos nós sabemos que de facto, o Pedro Nuno Santos, eu continuo a achar que no fundo era aquilo que ele queria dizer, nós devíamos fazer “bluf”, no entanto concordo e corroboro que as afirmações políticas que ele fez tiveram um impacto diferente, e como é óbvio tê-lo-iam certamente, também não vamos por aqui. A questão e o âmago da questão de facto está aqui, se nós não temos com que investir não podemos investir, obviamente teremos de fazer opções de investimento, não é isso que está a em causa, a questão é que de facto como disse essas opções não podem passar por ser setenta e três opções. Eu pedia que me alegassem e que me dissessem isso, quanto é que custariam em termos globais esses investimentos? “Alegações sem prova são como sinos sem badalo”, não me venham dizer que esse investimento

era feito e não prejudicaria a Câmara Municipal sem me apresentarem as contas desse investimento. Sabendo nós a situação aqui reportada e que é do conhecimento geral sobejamente, a situação em que o país está, a situação das Câmaras, a redução das receitas certamente que as opções de investimento de que falam não são as melhores. Depois e isto é uma apreciação que eu acho que a Câmara Municipal também deveria fazer, e vou seguir o seu conselho doutor as despesas correntes devem diminuir, corroboro mas tenho algumas dúvidas e vou-lhe explicar porquê. Tendo em conta o desinvestimento que está a ser realizado pelas empresas, pelo estado, por todas as organizações que intervêm na vida concelhia, tendo em conta o papel que essas despesas correntes realizam na vida diária dos lousadenses, porque repare-se a Câmara Municipal as suas despesas correntes, pese embora existam projectos que eu estou certo que não são feitos por lousadenses, mas as despesas correntes, penso eu ficarão em Lousada. Se toda a gente desinveste e se a Câmara Municipal também desinveste nós vamos ser um concelho desinvestido, vamos ser um concelho com diminuição do PIB per capita. Eu vou terminar por aqui porque eu acho que tudo isto, como o senhor doutor disse parte da lógica e a lógica tem de ser compreendida através de números, certamente através de opções e por isso também existem as grandes opções do plano, que eu acho que são aprovadas ou pelo menos os cidadãos sufragam quando veem o plano de cada partido aquando das eleições, mas isso é a minha opinião pessoal. Agora é essa opção que eu gostava de ver feita, é essa explicação dos investimentos que eu gostava de ver feitos e sugeridos tendo em conta a redução que se opera neste momento, e há outra coisa que eu gostava de dizer, é que eu faço parte de uma freguesia que evoluiu, é pequena mas evoluiu, é Alvarenga, que beneficiou de um investimento estatal, tem auto-estrada e poderá acolher a breve trecho muitos bons projectos empresariais. A última pessoa que eu esperava que viesse aqui hoje, era o Fausto, se há freguesia que em relação a todas as demais é beneficiada, é aquela que constitui o centro da vila. Isto aqui à frente é Silvares e está muito bonito foi alguém que disse aqui há uns tempos. Eu hoje fiquei com o carro todo enlameado porque passei em Mós e aquelas estradas estão a receber obras. Graças a Deus! Haja dinheiro, “em casa onde não há pão toda a gente berra e ninguém tem razão”. Se neste momento podemos dizer que Silvares está beneficiada, há muitas outras freguesias que podemos dizer que no passado foram beneficiadas em relação a outras, da mesma maneira que Alvarenga poderá dizer que em relação ao investimento estatal saiu beneficiada e em relação ao investimento concelhio não. Falamos de Meinedo ou então

falemos de Juntas que estão endividadas por causa de má gestão, por causa de projectos megalómanos e perguntemos como é que elas estão por causa dos investimentos. Não é só Macieira a verdade é essa, Macieira também admito perfeitamente mas falamos das outras. Venham aqui falar de investimentos de centralismos quando se demonstra e ficou mais do que demonstrado que não houve critérios nas freguesias que permitissem um investimento correcto consciencioso, capaz e integrado do concelho. É só isso que eu pedia.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares em defesa da honra: «Eu pedi a palavra á senhora presidente da Assembleia porque já é um facto recorrente que o partido socialista aproveite o último momento para dizer inverdades. Eu tinha a maior consideração pelo senhor deputado Nelson, que não usasse inverdades relativamente às minhas palavras nesta Assembleia. Eu noutras ocasiões referi que uma parte das obras do centro urbano da vila estavam em condições. Portanto tomar a parte pelo todo é uma inverdade. Por outro lado, eu gostaria de dizer ao senhor deputado Nelson que se calhar não se apercebeu que o presidente de freguesia já mudou há mais de dois anos. Antes é que parece que havia muito dinheiro na freguesia, mas agora não, gasta-se o dinheiro criteriosamente e por isso é que é preciso ir á Câmara e que nós continuamos a insistir junto da Câmara da necessidade de fazermos obras que são necessárias. De facto nós temos a nossas contas correctas temos os pagamentos feitos aos fornecedores e as palavras que nos são dirigidas, e a mim pessoalmente, não estão correctas. Era bom que de uma vez por todas nesta Assembleia se usasse de verdade e de frontalidade.» ----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Correndo o risco de não ser original não posso deixar de dizer que prezo muito a educação que me deram e vou passar ao que interessa. E começando pela intervenção do senhor presidente da Junta de Silvares. Não sei a quem se referia quando foi dito na Câmara que não há dinheiro, eu seguramente já lhe disse isso, não há dinheiro para alguns projectos, nos timings que os quer implementar, nomeadamente a casa mortuária. Já lhe disse, esqueça para o ano não há dinheiro para casas mortuárias e se houver para alguma não será para Silvares porque temos de ter prioridades e Silvares neste momento está servido, eu já lhe disse isto. Silvares tem solução e há freguesias que não têm solução. Nós vamos dar prioridade àquelas que estão em fase de conclusão, já decorreu a primeira fase e tentar concluir aquelas que estão

inacabadas. Demagogia, é de facto aquilo que aqui fez, dizer que é esbanjar dinheiro na requalificação de ruas aqui na vila e tentar passar a mensagem de que seria possível em vez de investir naquelas ruas investir noutras coisas quaisquer. Não é possível, vocês estão fartos de saber que das duas uma ou a Câmara aplicava este investimento neste projecto, porque a candidatura é para este projecto não é para mais nada, ou pura e simplesmente era desperdiçada esta possibilidade de requalificarmos o centro da vila de Lousada. Conforme já disse mais que uma vez, é óbvio que gostaríamos de alargar estas intervenções aos centros das freguesias, mas não tem sido possível, não tem havido candidaturas para o efeito. Portanto a opção possível era uma entre duas, que era tentar aproveitar os fundos comunitários, e quando eu digo tentar aproveitar, é preciso um esforço grande para o fazer porque a candidatura que se apresenta tem de ter qualidade, e a nossa teve essa qualidade, e por isso é que estamos a fazer essa obra. Relativamente à Avenida Cidade de Renteria, não sei se viu o projecto, mas se o tivesse visto não dizia o que disse, é evidente que a Avenida Cidade de Renteria precisa de pouquíssimas obras mas precisa de algumas, que são aquelas que nós vamos fazer, ou seja melhorar os passeios, dar continuidade à ciclovia ou circuito pedonal como lhe queiramos chamar, é disso que se trata naquela avenida. Na Amílcar Neto se calhar alguém lhe disse porque nós estamos a ponderar modificar a intervenção, minimizar a intervenção porque tivemos uma folga, como sabe esta candidatura tem duas fases de execução, podia ter uma mas nós decidimos dividir isto em duas fases, lançamos a concurso a primeira e os preços que foram apresentados foram muito abaixo do preço base, que nos deram alguma folga, e essa folga foi usada para abranger outras situações que não estavam previstas e outros investimentos que não estavam previstos. Estamos a tempo de os ponderar melhor e esta avenida era uma das situações que nós estamos a ponderar alterar e minimizar o investimento. Demagogia é também, referir que há dinheiro para fazer requalificação das redes viárias em Figueiras e Nevogilde e não referir uma intervenção exactamente igual que estamos a fazer na sua freguesia. Que já não é na Vila, podemos dizer que está dentro do perímetro urbano, mas a realidade é diferente, a realidade de Mós é uma realidade idêntica à de Alvarenga, Nogueira e outras freguesias. Estamos a fazer lá investimento, como estamos a fazer por exemplo investimento igual em Meinedo, Aveleda, como fizemos em Lodares, em Caíde e muitas outras freguesias. Relativamente à intervenção do Dr. Jorge Neto. Também concordo que o orçamento não é um documento meramente previsional tem de facto uma

importância muito grande, é um documento estratégico mas é também um documento dinâmico, a nossa experiência diz-nos isto, recorrentemente a Câmara e Assembleia Municipal aprovam alterações e revisões. À medida que o tempo vai decorrendo, ao longo do ano, há necessidades de o ajustar às novas realidades e às novas necessidades. Mas na parte da despesa com pessoal é quase estritamente previsional, porque em bom rigor só na prestação de contas é que nós temos dados fidedignos. E quanto á questão do aumento da despesa com pessoal posso adiantar desde já que não há aumento. O raciocínio que a coligação faz é um raciocínio que carece de ser aperfeiçoado porque estão a comparar as dotações iniciais do orçamento de dois mil e onze, mas o certo é que houve um reforço para as despesas com pessoal, se nós tivermos em atenção as dotações de Novembro de dois mil e onze chegamos à conclusão que vai haver uma diminuição de cinco por cento na despesa com pessoal. Estamos obviamente a fazer um esforço muito grande para reduzir despesas correntes, e não é de agora, já é de longa data, estamos a controlar tudo ao pormenor desde contadores de energia eléctrica, verificar onde está a haver consumos exagerados, desligar lâmpadas se for caso disso, na própria iluminação pública estamos a instalar os reguladores de fluxo para diminuir a intensidade da iluminação, vamos certamente ter de desligar algumas iluminárias porque não nos podemos dar ao luxo de ter zonas despovoadas com todos os postes iluminados. Temos feito cortes por exemplo em comunicações, temos feito cortes em cópias, cada funcionário tem um código e quando tira fotocópia tem de pôr o código dele para controlarmos ao fim do ano quantas fotocópias cada funcionário tira. Estamos a ter um controlo muito exaustivo e de muito pormenor com tudo que é despesa. Temos de ter parcimónia é certo mas também não podemos ser prejudicados por termos sido bem comportados. É evidente que temos de ser cautelosos mas não podemos perder de vista o horizonte. Nas despesas correntes há de facto uma diminuição, e porquê? Conforme disse relativamente às despesas com pessoal temos de ter em conta as dotações corrigidas em Novembro de dois mil e onze e comparando Novembro de dois mil e onze com o orçamento para dois mil e doze estamos a falar de uma redução de oito por cento. Isto demonstra que há um esforço de contenção, esforço esse que vem na sequência do ano anterior porque o orçamento de dois mil e onze tinha uma redução face ao orçamento de dois mil e dez, é nessa continuidade que este orçamento é apresentado. Quanto ao pessoal como referi há uma redução de cinco por cento, mas como digo os valores exactos serão depois apurados em face da prestação de contas. Nas despesas de capital, já aqui

foi dito há uma redução face ao ano de dois mil onze, o que está aqui previsto basicamente são investimentos que são financiados pelo quadro de referência estratégico nacional, sendo certo que há a perspectiva muito forte, quase certeza de isto ser reforçado para valores de dois mil e onze. E estou a falar de quê? Estou a falar por exemplo de sete centros escolares que vem de encontro ao que está previsto na Carta Educativa, centros escolares de Casais, Cristelos, Meinedo, Caíde, Lodares, Sousela e de Nespereira. Sendo certo que para além desses projectos que nós temos a convicção que vão ser aprovados, há possibilidade ainda de se encontrar outro tipo de soluções, eu tenho aqui alguns Presidentes de Junta que ainda há dias receberam um projecto que a Câmara pretende implementar ou dar continuidade da requalificação da rede viária para estarmos preparados para quando a oportunidade surgir possamos apresentar as candidaturas e fazer as obras. Não posso também deixar de referir que este orçamento é apresentado num quadro de grande dificuldade para todas as Câmaras dificuldades de todo o país, só para terem uma ideia em termos de redução de transferências do estado, do fundo de equilíbrio financeiro, a meio de dois mil e dez sem que ninguém estivesse a contar houve uma redução de trezentos e noventa e cinco mil euros, no orçamento de dois mil e onze uma redução de oitocentos e noventa e oito mil euros e em dois mil e doze uma redução de um milhão trezentos e setenta e dois. Se somarmos todas estas reduções estamos a falar de dois milhões seiscentos e sessenta e sete mil euros de redução, face a valores que a Câmara recebia em dois mil e dez. Podemos juntar a isto também a diminuição da receita no que respeita à tributação do património, como sabem, já aqui foi dito aquando da aprovação das taxas do IMI, a Câmara foi muito prejudicada com a reforma de tributação do património, de um ano para o outro sofremos um corte brutal na receita, e esses cortes desde dois mil e dois até dois mil e dez totalizam já três milhões quinhentos e tal mil euros. Quanto ao IMI eu espero que a Câmara não seja obrigada a seguir a orientação da subida do IMI, porque publicamente já assumimos esse compromisso, não vamos aumentar as taxas, a não ser que a tal sejamos obrigados. Portanto o zero vírgula quatro irá manter-se no nosso concelho. Estudos, projectos, consultadoria e outros trabalhos especializados. O que aqui ouvimos ou é desconhecimento ou é demagogia porque esta rubrica inclui para além daquilo que a tradicionalmente estamos habituados a ver nestas rubricas, a consultadoria jurídica, projectos engenharia fiscalização interna de empreitadas, no caso concreto das Câmaras é preciso por exemplo ter uma empresa ou um então quadro técnico alargado na área da higiene e

segurança no trabalho, é necessário de quando em vez avaliações económico-financeiras, como vai ser em dois mil e doze, para fundamentar as tarifas, porque vai ser obrigatório, conforme aliás já aconteceu há cerca de dois anos com as taxas. Há necessidade de quando em vez de recorrer a serviços externos porque os serviços municipais não têm condições para desenvolver esse trabalho. Mas em estudos, pareceres, projectos e consultadoria a Câmara não vai gastar meio milhão de euros, ou melhor está previsto gastar cento e quarenta e três mil de euros, onde está o remanescente? Está em outros trabalhos especializados, é aí que o vosso raciocínio está errado temos uma verba de quatrocentos e um mil euros, e a quê que se refere esta verba? Refere-se a situações muito diversas como espectáculos, trabalhos de tipografia e impressão, projectos, como por exemplo o que vamos implementar agora, o projecto RAMPA que é participado a setenta por cento e o plano de emergência e protecção civil que vai ser participado a oitenta e cinco por cento, só estes dois projectos têm um investimento de duzentos e cinquenta mil euros. Portanto fica aqui demonstrado que é uma completa falácia aquilo que acabaram de dizer. Quanto á rubrica, outros bens, outros serviços e diversos, são as regras do POCAL, há situações que não cabem em rubricas específicas e têm de ser incluídas nestas, de qualquer modo se tivessem mais atenção iriam ver que parte deste valor dois milhões e trezentos mil euros está discriminado, por exemplo a verba de seiscentos mil euros para iluminação pública, podem conferir a classificação orgânica, zero-um, zero-três órgãos da autarquia e a classificação económica zero-dois, zero-dois, vinte e cinco, zero-dois. Para além disso, embora não esteja discriminado, diga só outros serviços, há uma rubrica que diz no valor de seiscentos e cinquenta mil euros que é para pagamentos à Ambisousa e uma outra de seiscentos e quinze duzentos e cinquenta para pagamentos à Águas do Noroeste, para o tratamento de saneamento. Só nestes três valores estamos a falar de um milhão oitocentos e setenta e cinco mil euros, julgo que também fica explicado o porquê do valor desta rubrica de dois milhões e trezentos mil euros. Quanto às propostas sugeridas pela coligação na reunião de Câmara. Já aqui foi dito que a coligação tenta passar a mensagem de que se preocupa muito com as freguesias e com os senhores presidentes de Junta mas a verdade é que a coligação preocupa-se sobretudo com actos eleitorais, nomeadamente com as próximas eleições autárquicas. E porquê que eu digo isto? Conforme aqui já foi dito, se é certo que desta vez naquela lista de setenta e quatro obras para as vinte e cinco freguesias, estão lá todas, estão lá aquelas que também estão a ser governadas por

peças que foram eleitas pelas listas do partido socialista, mas o certo é que há dois anos quando fizeram, espontaneamente esta proposta pela primeira vez, esqueceram-se delas, foram duramente criticados por nós e agora corrigiram esse erro, mas de facto revelou espontaneamente a sua verdadeira natureza. Parte das obras que constam dessa lista não podem constar do PPI, isso já foi dito no ano passado também porque são da competência da Junta de Freguesia, como é o caso dos cemitérios e das casas mortuárias, ou outras instituições. O PPI diz respeito a despesas de capital, o apoio que tem sido dado às Juntas e outras instituições e que continuará a ser dado tem o seu enquadramento no orçamento tratando-se de transferências de capital. Neste ponto, se tiverem reparado o valor que temos previsto não é suficiente para garantirmos as transferências no mesmo valor de dois mil e onze mas contamos de fazer um reforço através do saldo de gerência para que se consiga transferir o mesmo valor de dois mil e onze, para além disso, vamos também conforme já referi, tentar apoiar a conclusão das casas mortuárias. Quanto à iluminação pública, as diversas propostas que se encontram na lista, elas no PPI não podem ser individualizadas, podíamos chegar ao cúmulo de inscrever no PPI a reparação do passeio frente à casa da Laurindinha, não faz sentido, há três rubricas genéricas de iluminação pública, têm as suas dotações, e portanto o caso concreto tem de ser enquadrado nessas rubricas gerais. O mesmo acontece por exemplo com a esmagadora maioria dos casos das pavimentações e repavimentações, os senhores presidentes de Junta sabem que isso é verdade, não é pelo facto de uma pavimentação ou repavimentação estar ou não estar incluída no PPI que ela deixa de ser feita, tem havido um trabalho muito intenso de parceria com as Juntas de Freguesia e as obras tem sido feitas. E continuaram a ser feitas, porque é nosso propósito manter e reforçar essa parceria. Por outro lado, há muitas outras obras que não estão previstas e temos a convicção que vão ser feitas, como já referi, é o caso por exemplo da requalificação urbanística do centro de Aveleda, estamos neste momento a desenvolver o projecto com a Rota do Românico, e é uma obra que vai ser objecto de participação ao abrigo desse projecto, não consta do PPI porque ainda não há o enquadramento necessário e a certeza de que a obra vai ser participada. Por outro lado, há muitas obras que não constam da proposta apresentada pela coligação e que são consideradas por nós e também pelos senhores presidentes de Junta, muito mais importantes, pretendemos vir a incluí-las no PPI quando tivermos a certeza que podem ser participadas pelo QREN, sendo que estamos a ultimar os projectos. Julgo que foi o Dr.

Carlos Nunes que disse, peço desculpa se não foi, que disse que era esbanjar dinheiro fazer obras na Rua do Mercado Municipal, Avenida Amílcar Neto, etc, podia-se prescindir dessas obras e dividir pelas vinte e cinco freguesias. Vocês sabem perfeitamente que isso não é possível, não vamos estar aqui a mentir uns aos outros, eu já o disse e repito das duas, uma ou se fazia este investimento para este efeito, pura e simplesmente não se podia aproveitar estas participações. Quanto ao facto dos senhores presidentes de Junta não terem sido ouvidos na elaboração deste orçamento. Eu diria que os senhores presidentes de Junta vão-nos reportando as suas necessidades ao longo de todo o ano, nós estamos sempre disponíveis para os ouvir e não descriminamos ninguém. A coligação critica que não ouvimos os senhores presidentes de Junta, mas como disse o Nelson e bem, ela própria apresenta uma proposta sem ter ouvido os senhores Presidentes de Junta eleitos pelo PS. Quanto ao famoso “elefante branco” que entretanto deixou de ser branco e passou a ser “projecto megalómano”, entretanto passou a ser “papa orçamentos” e agora deve ser um “peso pesado” porque andamos a engordá-lo e vai passar a ser “peso pesado”. Eu sei que vos custa, sei que preferiam que Lousada não tivesse este equipamento de qualidade, mas ainda bem, como alguém disse aqui, que a Câmara tem sido governada pelo Partido Socialista, porque só assim é que temos a possibilidade de ter este equipamento de excepcional qualidade que muito contribuiu para o bem-estar da população do nosso concelho e que muito contribui também para o desenvolvimento do concelho. Quem por lá passa e conhece a realidade do complexo desportivo sabe do que é que estou a falar, sabe da quantidade de pessoas de fora do concelho que nos visitam, sabem que essas pessoas são consumidores aqui no comércio, na restauração e essas pessoas vão ter a oportunidade de ficar alojadas num hotel. Queria dar a notícia para quem não sabe, na Quinta de Vila Meã vai nascer um hotel rural, uma candidatura que foi aprovada, é uma mais-valia também para o complexo desportivo, uma vez que havia uma carência de resposta no que respeita ao alojamento. Fiquei também confundido quando ouvi aqui dizer que o parque urbano podia ter sido feito noutra sítio e assim já não era necessário demolir o estádio municipal. O certo é que, julgo que foi na anterior Assembleia Municipal, foi dito aqui que era desnecessário, é desnecessário ou devia ser feito noutra sítio, o tempo avança e a opinião vai mudando. Quanto à questão do centralismo. Quem fala em centralismo está a esquecer a realidade deste concelho, está esquecer por exemplo os equipamentos sociais e culturais que temos feito ao longo dos últimos anos nas freguesias, a título de exemplo: Centro

Social e Paroquial de Caíde de Rei, Centro Social e Paroquial de Sousela, Centro Social e Paroquial Macieira, Sede do Rancho de Nogueira e tantos outros que poderia citar. Quem fala em centralismo esquece o investimento brutal que temos feito na área do ambiente, ultimamente mais no saneamento. Foi dito aqui com os milhões que a Câmara teve ao seu dispor podia ter resolvido o problema há muito mais tempo. É uma falácia completa também, nós não podemos perder de vista a realidade da região em que estamos inseridos. E eu pergunto, qual é o Município aqui da região que tem taxas de cobertura superiores a Lousada, não conheço. E porquê? Os municípios aqui da região sempre tiveram uma dificuldade muito grande para resolver principalmente o problema do saneamento, porque não havia soluções em alta, soluções que são extremamente caras, onerosas, o nosso território, em toda a região tem construção dispersa, e por um lado torna as obras muito mais custosas, e há também a questão de ter uma solução para o tratamento em condições, e que os municípios de per si não poderiam suportar. Em tempos há uns anos atrás no âmbito da Associação de Municípios discutia-se um projecto inter-municipal para se fazer uma etar para mais do que um Município, mas estávamos a falar de investimentos avultadíssimos, estávamos a falar de sensibilidades dos diversos municípios diferentes e nunca foi possível. E em boa hora Lousada e Felgueiras decidiram aderir às Águas do Ave que agora são Águas do Noroeste e felizmente a obra está no terreno. A etar do Sousa está em fase de conclusão, os interceptores do Mesio e do Sousa estão num estado avançado de execução. E o certo é que nós também não estamos à espera para ter a rede de saneamento a funcionar para que essas obras estejam prontas, porquê? Porque negociamos com as Águas do Ave soluções provisórias. Na altura fomos acusados de ter tanques a tratar de saneamento mas entre tanques que não são, são etares, e não ter soluções é bem preferível ter as soluções que temos. Tínhamos a convicção que elas iam ser provisórias que estávamos a trabalhar num projecto futuro, mas tínhamos de encontrar soluções para o presente e foi isso que fizemos e não estamos arrependidos. Portanto neste domínio não temos nada a aprender, temos taxas de cobertura que se aproximam das metas europeias, aliás na água já cumprimos ou excedemos até e no saneamento estamos muito próximo, no saneamento eu diria que estamos com uma taxa de cobertura de oitenta por cento. Quem fala de centralismo esquece também o investimento brutal que tem sido feito na requalificação do parque escolar, na construção dos diversos centros escolares, tarefa que pretendemos concluir. Quem fala de centralismo esquece o investimento que tem sido

feito na requalificação da rede viária, para além daqueles casos que eu já referi da Aveleda, Caíde, Figueiras, Nevogilde, Nogueira, Meinedo, Silvares, posso referir Lodaes, Lustosa, Nespereira, Pias, Sousela, Torno e Vilar do Torno e Alentém e muitas outras. Quem fala em centralismo esquece por exemplo o investimento que tem sido feito na área do desporto um pouco por todas as freguesias, já aqui foi dito e bem, temos um rácio de pavilhões gimnodesportivos por habitante invejável, eu julgo que a vossa meta no vosso manifesto eleitoral era de um por cinco mil, têm de fixar outra porque essa já cumprimos. O que é demagógico é defender mais do que uma piscina para o concelho de Lousada, só quem desconhece a realidade é que pode defender uma coisa destas, as piscinas municipais têm encargos brutais de manutenção. Como disse e bem, o Dr. Jorge Neto, temos de ter parcimónia nos nossos investimentos, a decisão de construir tem efeitos para o futuro e não podemos hipotecar o futuro das gerações vindouras, e se a vossa preocupação é essa de controlar as despesas de manutenção, de conservação, de funcionamento, não podem defender mais do que uma piscina no concelho de Lousada. Queria dar nota também que no âmbito do PRODOR estão candidaturas aprovadas um pouco por todas as freguesias na ordem dos dois milhões de euros. Quanto á acção social. De facto há um reforço, não é certamente aquilo que desejaríamos mas é o que é possível, de qualquer modo a acção social não se resume à ajuda em géneros, se pretendemos ensinar a pescar em detrimento a dar o peixe temos de apostar nos recursos humanos. Portanto eu não percebo a crítica que nos fazem de não estarem a investir na acção social mas depois vêm criticar que estamos a engordar os custos de pessoal na acção social. A acção social faz-se muito pela prevenção, é preciso ter técnicos no terreno a sinalizar as situações, a acompanhá-las, a tentar dar outro rumo às pessoas, sem isso não é possível. Na área da educação como disse aqui o senhor professor Vilar e bem o aumento já é muito substancial, não posso deixar de referir aqui que temos tido uma atenção muito especial noutras áreas que não propriamente nesta ajuda directa, por exemplo nos tarifários, se tiverem reparado nos últimos anos não temos feito aumentos, apenas inflação, não é isso que nós vemos no gás, na eletricidade mas é isso que nós vemos na água, saneamento e resíduos, serviços que são geridos pela Câmara Municipal. Para além disso também não posso deixar de referir que há cerca de dois anos criamos as tarifas sociais, a crise ainda estava a começar e nós já estávamos a criar condições para ajudar as famílias. O tarifário social prevê para além da isenção de ramais, prevê também a isenção da tarifa de disponibilidade. As tarifas da água, saneamento e do

lixo têm duas componentes, uma que é variável e uma fixa, que é a tarifa de utilização do serviço e a tarifa de disponibilidade, e as famílias que tenham rendimentos que não ultrapassem o salário mínimo nacional ficam isentas dessa tarifa de disponibilidade, as outras cujo rendimento não ultrapasse duas vezes o salário mínimo tem uma redução de cinquenta por cento. Quanto ao facto do orçamento servir para pagar obras executadas ou em execução. É óbvio que tem de ser assim, o senhor Santos já o disse, não é um problema só nosso aqui em Lousada, infelizmente é um problema que os concelhos aqui da região norte, pelo menos, dos outros não sei, não tenho conhecimento mas de facto tem havido atrasos sucessivos e lamentáveis na execução financeira do QREN. Se as Câmaras não recebem as transferências dos fundos comunitários obviamente não têm condições para pagar aos empreiteiros no prazo que desejariam. Quanto à dívida a fornecedores e empreiteiros, os valores que foram propalados não correspondem à realidade, nós neste momento devemos a fornecedores cerca de trezentos mil euros e a empreiteiros cerca de três milhões de euros. Fomos criticados também por ter demasiados centros escolares e alguns de fraca qualidade. Eu tenho ouvido isto mais que uma vez mas chega uma altura em que é necessário dizer basta, e faço-vos um desafio, digam quais os centros escolares que não deviam ter sido construídos, ou então quais aqueles que não devem ser construídos destes sete que vamos lançar? Não se refugiem a dizer que temos a mais, digam quais são? Quais as freguesias que não deviam ter centro escolar? Se calhar até é coerente, como vocês defendem a extinção de freguesias. Se calhar não faz sentido ter mais do que um centro escolar, mais do que uma casa mortuária em cada freguesia. Podemos chegar ao cúmulo de ter uma freguesia com seis casas mortuárias, quatro ou cinco centros escolares, se calhar é isso que vos está fazer pensar. Quanto às despesas para serem pagas pelas próximas gerações. É uma falácia completa também. E porquê, porque os empréstimos que a Câmara ao longo destes anos tem contratado, têm prazos curtos. Os prazos normais de obras duradouras é entre doze, vinte anos e alguns menos, a única excepção é a habitação social que foi a vinte e cinco anos conforme é normalmente a aquisição da habitação, tudo o resto é pago num horizonte de dez, quinze anos. Portanto não são as gerações vindouras que vão pagar, somos nós que vamos pagar e estamos a pagar. E não posso deixar de referir que nesta matéria há um princípio que é o princípio da solidariedade inter-geracional, diz, basicamente que este investimento que tem um custo muito pesado no início mas cujos benefícios se repercutem no futuro também devem ser pagos pelas pessoas que no futuro vão beneficiar dele,

mas nós não vamos por aí, não alargamos os prazos dos contratos dos empréstimos, prazos muito curtos que se pagam durante a nossa geração. Fiquei chocado com a notícia de que a coligação em conferência de imprensa disse que as obras concluídas não estão facturadas, que a Câmara de Lousada tinha arranjado um mecanismo de encapotar despesa. São afirmações irresponsáveis e muito graves, se calhar não se estariam a referir a Lousada, às tantas estariam a referir-se a outras realidades que conhecem. Em Lousada não é de certeza, não é assim que nós funcionamos, e isso seria impossível, porque conforme alguém disse aqui, também as nossas contas são auditadas por um Revisor Oficial de Contas. Quando vierem as contas para ser aprovadas, com elas vem um parecer de um revisor Oficial de Contas que só dá parecer favorável após uma reconciliação de saldos com fornecedores e empreiteiros. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que o Revisor Oficial de Contas vai comparar os dados que a Câmara lhe vai dar com os dados que ele vai pedir a fornecedores e empreiteiros e se esses dados não forem coincidentes ele não dá parecer favorável. E dito isto façam-vos um desafio, vejam aqui à volta as Câmaras que apresentam as contas sem o parecer do Revisor Oficial de Contas, porque será? Em conclusão, conforme disse e bem o doutor João Correia, contra factos não há argumentos, e quais são os factos, por muito que digam que os lousadenses estão a fugir do concelho, a verdade dos factos é que Lousada está a crescer e isso comprova-se com um documento oficial, censos dois mil e onze. Lousada cresceu, cinco virgula seis por cento, o que nos deixa muito satisfeitos, até porque não podemos deixar de ter em consideração que na região em que nos encontramos a população decresceu, a zona norte estagnou, nós crescemos, haverá alguma razão para que assim seja. E as razões são muito fáceis de encontrar, as pessoas sentem que a qualidade de vida em Lousada tem aumentado, muitas famílias de outros concelhos vêm para aqui viver, por exemplo nos professores que vêm para cá dar aulas e quantos e quantos nós conhecemos que acabaram por ficar aqui. Porquê? Podiam pedir para ir trabalhar para mais perto de suas casas, não, porque gostam de Lousada, contrariamente a muita gente que se reclama defensor de Lousada e que não faz mais do que criticar o nosso concelho. Mais factos, pagamentos, nos pagamentos contamos de os ter a sessenta dias, estamos a fazer pagamentos de Setembro deste ano, também gostava de saber quais as Câmaras daqui á volta e do país que estão a pagar a sessenta dias, pretendemos também liquidar os subsídios às coletividades e vamos também liquidar tudo que é transferências para as Juntas de Freguesia até ao final do presente ano, e tudo isto apesar das dificuldades que sentimos

por força de atrasos de transferências do estado. Só na área da educação, a Direcção Regional de Educação do Norte deve à Câmara setecentos mil euros, se nos pagassem o que nos devem certamente que praticamente pagaríamos na hora. Outro facto, empréstimos bancários amortizados e a amortizar integralmente, só nos próximos cinco anos vamos pagar dezoito empréstimos, três em dois mil e onze, quatro em dois mil e doze, cinco em dois mil e treze, três em dois mil e catorze, três em dois mil e quinze e por aí adiante, e por isso conforme alguém disse aqui, se é certo que se vai contraindo mais dívida à banca também é certo que vão sendo feitas amortizações. Portanto é necessário deixar bem claro que nesta matéria a situação é bem diferente daquela que vocês tentam retratar. Não posso deixar de referir aqui como um facto, a questão do limite de endividamento líquido total de cada município, como sabem isto quer dizer que a trinta e um de Dezembro de cada ano não pode exceder cento e vinte e cinco por cento do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município do FEF, da participação no IRS, na derrama e da participação nos resultados de todas as entidades do sector empresarial local relativos ao ano anterior. Certamente se seguiram as notícias se aperceberam que o governo se preparava para reduzir este limite, em vez dos cento e vinte e cinco por cento que era o limite que estava estabelecido para dois mil e onze o governo preparava-se para estabelecer um novo limite de metade, sessenta e dois virgula cinco por cento. É evidente que isto gerou muita polémica e muita contestação por parte de muitos autarcas que pura e simplesmente iriam ficar impedidos de fazer qualquer tipo de investimento, foi objecto inclusivamente de um artigo no Expresso e foi com muita satisfação também que Lousada aparecia entre os municípios que anda assim tinham capacidade de endividamento, mesmo reduzindo esse limite para metade. Eu pergunto porquê que entretanto ao que parece, e parece que é um dado seguro, esse limite vai voltar aos cento e vinte e cinco por cento, porque será? Não será certamente por causa de Lousada. Não posso também deixar de referir e repetir porque o Nelson também já o fez, mas nunca é demais evidenciar os factos, a questão do anuário financeiro, está disponível na internet para quem quiser, página cento e cinquenta e sete, tem aqui um quadro que diz o seguinte municípios com menor passivo líquido exigível por habitante em dois mil e nove, ou seja menor volume de dívida líquida por habitante, são trezentos e oito, e Lousada aparece na décima-sexta posição. se calhar enganaram-se a fazer o estudo. Página cento e sessenta e um, temos um quadro que diz municípios com maior liquidez referenciada a dois mil e nove, os mesmos trezentos e

oito municípios, e Lousada parece aqui na décima-primeira posição. Página cento e setenta e oito e cento setenta e nove, mais um quadro, municípios com menor endividamento líquido em dois mil e nove, Lousada em décimo-oitavo lugar. Página cento e oitenta e dois, municípios com menor índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior, terceiro lugar. Página duzentos e setenta e quatro que é o resumo, digamos que os outros eram uma apreciação parcelar por alguns critérios, e aqui é uma apreciação global, diz o seguinte quadro, o ranking global dos vinte melhores municípios de média dimensão em termos de ciência financeira, Lousada aparece na décima-quarta posição. Com isto não quero dizer que Lousada não tem problemas, tem, como todos os municípios tem neste país. Agora não podemos é admitir esse tipo de acusações falsas e erróneas que têm como único objetivo confundir ou lousadenses. Lousada tem certamente as suas dificuldades mas orgulha-se de honrar os seus compromissos e orgulha-se de ter uma posição face ao panorama nacional invejável. Em conclusão o que é que eu posso dizer, todos nós sabemos aqui quem fala verdade, sabe a bancada do partido socialista e vocês próprios também sabem quem fala a verdade. Os lousadenses têm sabido demonstrar de um modo esmagador que sabem quem fala a verdade, os lousadenses são inteligentes e não gostam que lhes faltem á verdade.» -----

----- Esclarecimento da Sr^a presidente da Mesa: «Há pouco a mesa com base no número um do artigo trigésimo terceiro do Regimento da Assembleia permitiu uma defesa de honra eu pedia a todos que no futuro esse tipo de intervenção fosse efectuado estritamente para esse efeito para não estarmos aqui a abrir excepções.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2012, Orçamento da Despesa, Receita e Plano Plurianual de Investimento, nos termos da alínea b), do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro” que foi aprovada por vinte e nove votos a favor, doze contra do seguintes membros: Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, António Filipe Cardoso Barbosa, Carlos Manuel Nunes, Maria Emilia Chamusca, Joaquim José Bessa, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro Jorge Manuel Neto, Delfina Morais da Silva Campos, António Joaquim Santos Pacheco representante legal do presidente da Junta de

Freguesia de Casais, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto, Branca Cecília de Sousa e José Augusto Campos Barros e quatro abstenções dos seguintes membros: António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvaes, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Luís Pacheco. Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira -----

----- Declaração de voto do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ A Coligação Lousada Viva (PPD-PSD/CDS-PP) votou contra a proposta de Orçamento para o ano de 2012 e o Plano de Investimentos Plurianual para o quadriénio 2012 a 2015, pelas seguintes razões: 1 – Não existe qualquer esforço da autarquia para conter as despesas correntes. Bem pelo contrário, existe um ligeiro acréscimo destas comparativamente com o valor orçamentado no ano anterior. 2 – O peso das despesas correntes representa 58,38% do total orçamento, o que quer dizer que em despesas de pessoal despesas, de funcionamento e encargos com o serviço de dívida, o executivo socialista prevê gastar, durante o ano de 2012, cerca de 22 milhões de euros. 3 – O custo com pessoal vai aumentar aproximadamente 7%, ou seja, sensivelmente mais 694.000,00 € que no ano anterior. 4 – O dinheiro que perspectiva gastar em estudos, projectos, consultadoria e outros trabalhos especializados ascende a mais de meio milhão de euros. 5 - O valor previsto para não se sabe bem o quê, ou seja em Outros Bens, Outros Serviços ou Diversos ascende a mais de dois milhões e trezentos mil euros, o que torna subjectivo e dúbio a utilização deste dinheiro. 6 - A visão que o executivo socialista tem para o concelho prevê apenas investimentos avultados no centro da vila, descurando o desenvolvimento harmonioso das freguesias e áreas de extrema importância para o desenvolvimento económico e social do concelho. 7 - Nada se faz, nem se perspectiva fazer, para incrementar os sectores produtivos no nosso concelho, como seja a indústria, o comércio e a agricultura. 8 - Gastam-se rios de dinheiro em obras de cosmética e outras que acrescentando utilidade pública não se configuram ajustadas à realidade e às necessidades do concelho. 9 - No Plano Plurianual de Investimentos projectada para o quadriénio de 2012 e

2015. 10 - Não aceitaram nenhuma das 74 propostas que os vereadores da coligação “Lousada Viva” apresentaram para as 25 freguesias do concelho. 11 – Neste Plano de Investimentos constam obras concluídas ou em fase final de conclusão no valor superior a 5 milhões de euros (3,5 milhões em obras já concluídas; 1,6 milhões em obras em fase final de conclusão). 12 – Tal como temos vindo a alertar, no final do corrente ano o Município de Lousada ficará a dever mais de 20 milhões de euros”.-----

----- Era uma hora e vinte e cinco minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão os seguintes membros: Joaquim Cardoso e Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- QUARTO PONTO - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2012 -----

----- Intervenção do Sr^a. Branca de Sousa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Mais uma vez e de forma recorrente a coligação “Lousada Viva” vem perante esta Assembleia manifestar a sua discordância relativamente à posição tomada por este município quanto à forma de recrutamento ao mapa de pessoal apresentado para o ano de dois mil e doze. É certo que sabemos que a nossa posição não vai ser tida em consideração e mais uma vez vamos continuar as mesmas fundamentações fáticas e jurídicas para que as despesas com a contratação de pessoal não tenham qualquer redução, salvaguardamos aqui e como já foi dito anteriormente por outros colegas, que se aqui se falar em ligeiras reduções nas despesas com remunerações, estas só se devem aos cortes que estão a ser aplicados a nível nacional aos funcionários públicos. Mais uma vez verifica-se um aumento no quadro de pessoal, e porquê? Justificam vossas excelências este aumento como um recrutamento quase zero na medida em que o propósito destas alterações ao quadro de pessoal é regularizar situações decorrentes da própria gestão, que se traduzem na transição da contratação por tempo determinado para a contratação por tempo indeterminado e pela necessidade de manter os postos de trabalho. E será que estes postos de trabalho são verdadeiramente fulcrais para o bom funcionamento da actividade municipal? É evidente que vossas excelências vão dizer que sim. Mas quais as razões específicas e concretas para que eles permaneçam? Não existem outras formas? Vossas excelências têm a percepção de que no próximo ano vão ter de reduzir o número de efectivos no município. Então para que estão a converter contratos a prazo para

tempo indeterminado? Pretendem com isso pagar indemnizações por antiguidade mais elevadas? Não seria agora o momento oportuno para avaliar a necessidade de permanência desses funcionários a termo e assim tentar racionalizar e otimizar os serviços, concentrando em menor número de pessoas. Em dois mil e dez foi aprovado o novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, onde prevê entre outros objectivos a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados mediante a diminuição das estruturas a níveis decisórios no recurso a modelos flexíveis de funcionamento e agregação e partilha de serviços que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas, um exemplo dessa agregação e partilha desses serviços foi a reintegração dos serviços de armazém no serviço municipal das oficinas e viaturas com a consequente redistribuição de competências e renomeação das unidades orgânicas flexíveis. Porque não adoptar esta redistribuição de competências em outros serviços do município, não iriam com isto vossas excelências diminuir as despesas com pessoal, na medida em que iriam concentrar mais funções em menos pessoas? Ora se falamos em partilha de serviços, qual o porquê do município de Lousada continuar a gastar verbas consideráveis em avenças, estudos, projectos e outros trabalhos especializados quando no quadro de pessoal existem funcionários com capacidades académicas e credibilidade profissional para elaborarem esse tipo de trabalhos. Não digam que estes profissionais não têm disponibilidade, estamos a falar de jovens profissionais com capacidade intelectual para serem versáteis. Em suma, mais um ano passou e nada ou quase nada foi feito para mudar esta realidade, no que diz respeito ao elevado número de funcionários constantes do quadro de pessoal ou serviço do município. Mais uma vez as justificações para a contratação de pessoal seguem a mesma linha de retórica e assim continua tudo na mesma, infelizmente é uma realidade que se avizinha, forçosamente o município de Lousada que sempre primou por ser uma entidade pública que mais emprego cria no concelho de Lousada vai agora ser forçado a dispensar elementos. Não teria sido muito melhor ao longo destes mandatos recorrer a formação dos seus funcionários e especializando-os em diversas funções para uma maior polivalência na prestação de diversos serviços, na reestruturação e optimização dos serviços existentes? Assim e por fim apelamos a uma política de contenção e rigor na contratação de pessoal, quer queiram quer não, tem um peso demasiado oneroso no orçamento e mais uma vez as nossas sugestões não foram ponderadas, aquando da decisão de contratar mais funcionários para o município de Lousada. Queria apenas acrescentar que não estamos a falar

de números, estamos a falar de tentar redistribuir as pessoas, tentar otimizar os serviços. Não é com números, dizendo que temos mil funcionários que temos setecentos que vamos resolver o problema, mas sim racionalizar esses serviços, utilizá-los de uma forma mais prática e mais essencial.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Julguei que a Dr^a Branca vinha aqui falar dos mil funcionários, como no ano passado falou também o senhor Dr. Jorge Neto, mil ou mais. Como referi anteriormente as despesas com pessoal passam de dez milhões oitocentos e sessenta e sete mil e seiscentos e dezassete euros em dois mil e onze para dez milhões quatrocentos e sete mil e oitocentos e trinta euros em dois mil e doze. O valor de dez milhões oitocentos e sessenta e sete mil e seiscentos e dezassete euros não é o exacto neste momento, porque ao longo do ano houve alterações e só aquando da discussão em Abril dos documentos de prestação de contas teremos valores exactos. Conforme se pode constatar pela proposta de recrutamento, os contratos de novo são residuais, há efectivamente renovações de contratos e passagem de funcionários a termo certo para definitivo, porque a lei o impõe. Haverá sim regularização de situações. O voto contra dos senhores vereadores da oposição parece-me desajustado, pois as propostas estão devidamente fundamentadas ao contrário do que querem fazer crer, e em termos de sustentabilidade financeira o nosso município está bem de saúde e recomenda-se, nada temos a ver com os outros. E ainda gostava de saber porquê que o governo recuou da proposta inicial do orçamento de estado com a tão badalada redução de capacidade de endividamento das autarquias. Como vocês estão mais junto do poder, sabem porquê?» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Em relação a este ponto eu acho que só pode haver um equívoco na declaração de voto da coligação ou então é uma tremenda incoerência, isto porque dizem e vou passar a citar: “ a proposta foi parcialmente atendida no que se refere à acção social mas que um aumento de cinquenta mil euros para o apoio às famílias e às instituições é ridículo” Logo de seguida dizem: “ que é de salientar em termos de pessoal que este continua a crescer”, frase usada é: “em tempo de crise a máquina social continua a engordar”. Se juntarmos estes dois pontos, vemos o seguinte a coligação quer mais dinheiro e menos técnicos. Acho que isto revela um profundo desconhecimento das políticas sociais, não é dar dinheiro que nós

conseguimos melhorar as condições de vida das pessoas mas sim com políticas de acompanhamento familiar e intervenção na comunidade por parte de técnicos especializados para o efeito.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Não é o facto de virem aqui trazer Moções para esta Assembleia contribuir com cerca de três mil euros que vos vai tornar de esquerda, é bom saberem isto. E vou-vos dizer porquê? Falam em agricultura, não é competência da Câmara, desconfio, mas posso ler mal as leis. Eu vou directo ao assunto e vim falar na primeira volta para dar oportunidade à Dr.^a Branca de me explicar essa ideia, não percebo. Eu há bocado quando falei e me dirigi ao Dr. Jorge Neto porque de facto disse-lhe que o aumento destes custos podem ter uma razão que é de não privar a população lousadense de dinheiro que acaba por receber indirectamente por parte da Câmara que visa não reduzir e piorar a situação existente neste concelho, e aquilo que eu senti, posso estar enganado, venha-me rectificar foi que disse aqui que vão haver mais desempregados neste concelho, e disse isto de uma forma inexoravelmente assente, disse a Câmara vai ter de despedir mais dia, menos dia. Porquê? Alguém do governo PSD/CDS-PP lhe disse isso, ou porque de facto vai ser uma das medidas impostas pela troika. Eu enquanto socialista de esquerda acho que não devia haver nenhum despedimento na Câmara Municipal de Lousada e se aquilo que veio dizer é que defende igualmente o despedimento de funcionários da Câmara Municipal de Lousada, então venha aqui dizê-lo claramente como disse há pouco. É para não restarem dúvidas. Eu continuo a defender o seguinte, a autarquia pode fazer investimentos indirectos, se para aumentarmos e melhorarmos existência de apoios sociais neste concelho, cinquenta mil euros não chegam e são ridículos como vocês dizem, três mil euros não sei o que é que serão. Vocês aprovaram três mil euros de apoio e dizem que cinquenta mil são ridículos, vão dizer isto a qualquer família ou às famílias do concelho. São ridículos, está nas actas. Mas digo-vos mais, já aqui foi dito e só fazem declarações de voto, só mantêm as posições que mantêm porque trazem os discursos escritos e é tudo muito mais fácil, mas já vos foi aqui e explicado que há um investimento indirecto na contratação de funcionários e prevenção de situações que levem a roturas sociais e esse apoio é um apoio social indirecto, para além de ajudar as pessoas que estão e exercem a sua função e o seu cargo auxiliam as famílias e previnem que elas venham a cair em situação de miséria, previnem que sejam necessários os cinquenta mil euros, cem mil euros, a dotação orçamental que vocês

quiserem. E mais estavam aqui a falar em conversão, eu de facto sou um acérrimo defensor da conversão profissional mas também sou um acérrimo defensor, criticavam a alegada falta de aposta do município de Lousada na falta de formação dos seus trabalhadores para exercerem funções que a Câmara necessita. Apesar de ser um acérrimo defensor da conversão laboral sou também um acérrimo defensor enquanto pessoa de esquerda do livre arbítrio, e eu não posso obrigar a secretária ou a telefonista ou o jardineiro da Câmara Municipal de Lousada a tirar o curso de direito porque a Câmara está a precisar de advogados naquele momento e naquela altura, posso sim senhora e devo fomentar isso, agora eu não os posso obrigar, e por isso tenho de contratar pessoas quando preciso delas. Se é uma acérrima defensora como aqui ficou demonstrado que não deve haver mais contratação então também não percebo e é completamente descabido o porquê de estarem a levantar os problemas que levantam nos regimes de “outsourcing” que a Câmara tem. Se vocês são de direita e assentam em opções de gestão correctas e se a Câmara está em banca rota porquê que não se fomenta então “outsourcing” porque que temos de contratar por tempo indeterminado porque que não contratamos a prazo porque que não aumentamos a precariedade no concelho porque que não dificultamos a emancipação jovem do concelho, a verdade é essa. Já que criticam tanto as opções regimentais de o PS ser o ultimo a falar, Dr.^a Branca venho dar-lhe a oportunidade de vir aqui explicar-me isto. Explicar-me as suas últimas palavras, aquelas que tinha aqui escrito vão ser despedidas pessoas da Câmara, e que me diga: quem lhe disse isso? Como sabe isso? Explique-me, não percebo.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Há uma ideia que passa imensas vezes, não só aqui na Assembleia, mas noutros locais que me deixa no mínimo estupefacto, que é quase um dogma da esquerda que o social é exclusivo deles, são os únicos neste país que se preocupam com a questão social, todos os outros é-lhes indiferente, não se preocupam, não propõem medidas, não apoiam instituições não querem saber, não desenvolvem projectos, isto é da ala esquerda a direita não tem nada a ver com isso. Isto é algo que não consigo compreender porque não é verdade de todo. Segundo, ninguém aqui propôs que se dessem três mil euros, é uma medida simbólica que pretende mostrar no momento difícil a abertura desta Assembleia, dos membros desta Assembleia ao apoio social, não caritativo como disseram aqui e que pretende também abrir um pouco mais

esta Câmara às associações, permitindo que elas venham aqui receber não só aquilo que nós disponibilizamos de alguma forma a apoiar com uma das nossas senhas mas permitindo que elas nos digam o trabalho que desenvolvem. Por último, os problemas sociais é óbvio que não se resolvem apenas injectando dinheiro, e isso é que nos distingue, porque o que aconteceu nos últimos anos dos ditos governos de esquerda é que se deu, injectou o dinheiro directamente para as famílias, esquecendo que esse dinheiro seria muito melhor distribuído, empregue, utilizado se fosse gerido pelas instituições como vocês agora muito bem defenderam aqui. É preciso colocar técnicos no terreno, é preciso sim colocar técnicos e pessoas especializadas junto das populações, é preciso resolver o problema a montante e não pensar em dar subsídios directamente a quem nem sequer tem capacidade para os gerir, e a verdade muitas vezes é essa, e acontece que o problema social não fica resolvido. É isso que nos distingue claramente, nós temos preocupações sociais, temo-las e tentamos resolver os problemas a montante e não apenas dando dinheiro às pessoas para que elas façam muito bem o que querem fazer com ele. E isto é claro, distingue-nos, a esquerda e a direita.» -----

----- Intervenção do Sr^a. Branca de Sousa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor deputado João tinha que vir aqui inevitavelmente só para lhe dizer algumas palavras. Em primeiro, atendendo às suas declarações e à forma como presta aqui a sua oratória, eu fico completamente baralhada, pode ser do adiantar da hora mas eu acho que é mesmo das suas declarações. Se vimos aqui e lemos o que escrevemos e preparamos em casa é porque pretendemos ter uma certa lógica naquilo que dizemos. Eu só queria dizer apenas que a coligação “Lousada Viva” em momento algum disse que se deveria despedir pessoas no município de Lousada, simplesmente referi e quero que fique bem assente para todos os presentes, apenas o que vai acontecer é que vão ter de ser despedidas pessoas porque há medidas que têm de ser tomadas, há contenções que têm de ser feitas e nessa medida o município de Lousada como outros municípios podem correr o risco de ter de dispensar pessoas. Por isso há que ter em atenção que não basta converter contratos a termo certo por tempo indeterminado, isso também acarreta custos. Inclusivamente foi dito aqui pelo senhor deputado, senhor Santos, que conversões de contratos a termo certo por tempo indeterminado acarreta despesas acrescidas, há que ter em atenção isso, e por isso muitas das vezes não é uma solução passar os contratos a tempo determinado para tempo

indeterminado, e isto é uma prática corrente neste município. O que eu alertei é que pensem bem no que fazem e vejam se será a melhor solução, nunca disse que se despedisse pessoas, este não é o momento certo para fazer isso, mas provavelmente terá de ser feito.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr.^a. Branca desculpe mas eu não disse nada disso. Até ao contrário, um funcionário a tempo indeterminado pode ir ganhar menos que aquele que está a termo certo. E normalmente vem porque é um lugar do quadro. Eu nem falei nisso, eu nem falei que os indeterminados ganham mais ou menos, é precisamente o contrário daquilo que a senhora disse.»---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu vou só dar mais uma achega por causa desta questão do pessoal e até porque trouxeram aqui novas achegas. Eu penso que o partido socialista pela sua própria raiz histórica e ideológica tem certamente tantas ou mais preocupações sociais que propriamente o partido social democrata, mas não quero ir por aí porque acho que é igual. Antes de dizer aquilo que disse senhor deputado, já o senhor presidente em substituição tinha dito o quê, eu vou-lhe recordar é a tal poesia chinesa que diz: “antes de dar o peixe dá a cana”, ele já tinha dito isso, o que veio cá dizer não é nada de novo para este município, nem para este executivo. Mas se dizem que é ridículos os cinquenta mil euros e se dizem que não se pode admitir mais pessoal, então como é que se faz o apoio social? É só através das Associações? Se defendem que a Câmara tem de intervir nas áreas da agricultura, que não lhe diz respeito, e em todas as outras áreas, eu não compreendo. A opção seja num município, seja numa empresa e eu não quero dar aulas de gestão a ninguém, passar um contrato a termo certo para um contato a tempo indeterminado é uma opção de gestão, como é óbvio poderá acarretar no futuro custos, a questão é e os custos sociais, mandamos pessoas para a rua por causa dos custos da Câmara que por enquanto ainda podemos suportar. A senhora Dr.^a. explicou-me perfeitamente bem qual a opção política do PSD, se um dia eventualmente e hipoteticamente viesse a assumir os destinos desta Câmara, explicou, é mais desemprego e como diria o Dr. Pedro Machado esta situação de desemprego inverter-se-ia rapidamente, compreende? Portanto também tem de haver um esforço neste momento de contenção e de rigor e foi para isso que toda esta gestão que foi feita nos últimos anos pela Câmara de Lousada para permitir que em tempo de “vacas magras” nós possamos dizer

orgulhosamente nós temos capacidade de nos manter à tona, nós não andamos a lamentar e a “lamber botas” à procura de dinheiro, compreende. E que nós possamos dizer não, nós não vamos ter de despedir funcionários a não ser que o governo do PSD/CDS-PP a tal obrigue. Ficou aqui bem patente registado até em vídeo qual a opção política e ideológica do partido social democrata e do CDS-PP para Lousada e para os funcionários da Câmara Municipal de Lousada e inclusive para as suas famílias.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Perante aquilo que ouvimos por intermédio do deputado Filipe Barbosa, acho que é completamente diferente daquilo que a coligação “Lousada Viva” disse na declaração de voto. Eu sei ler, está aqui: mais dinheiro, menos funcionários. Portanto qualquer dia despedem-se os funcionários todos da acção social monta-se um guiché lá fora com um funcionário a dar dinheiro às pessoas, sem fiscalização nenhuma. Eu sei que não é isso que vocês pretendem, mas parece. Eu estou a falar da declaração de voto. Portanto o que é mais importante hoje em dia é que haja dinheiro sim, mas para investir indirectamente nas políticas sociais. Todos devem saber que é o sector fundamental nos dias de hoje, o segredo está no trabalho das pessoas, nos técnicos e quando eles são remunerados. Não é fazer como o ministro Pedro Mota Soares a doze de Agosto fez, aprovar uma lei em que as IPSS’s podem funcionar livremente só com voluntariado. Será que é este o pensamento da direita? Eu não sei, mas acho que é um pensamento errado. Se isso vai ou não para a frente, não sei.»-----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Começava por dizer que contrariamente ao que a coligação diz e isso está escrito na declaração de voto, os técnicos da Câmara são recrutados pela sua competência, de facto é com muito orgulho que eu digo isto porque nós na Câmara de Lousada temos técnicos com muita qualidade, com muita competência, é evidente que como em qualquer organização, há situações menos conseguidas, não são fáceis de resolver mas na sua esmagadora maioria são técnicos muito competentes, e sobretudo a eles se deve o desempenho que a Câmara tem conseguido ao longo destes anos, e era uma nota inicial que para mim é de extrema importância. Fico satisfeito pela coligação abandonar aquela mentira que no ano passado tanto propalou dos famosos mil funcionários que nunca ninguém os viu, nem sequer em números. Portanto já fizeram aqui um avanço no discurso mas poderiam ser mais rápidos, face à

explicação que eu dei e que eu julgo que todos compreenderam das despesas com estudos e projectos e outros trabalhos especializados poderiam também ter já dado por adquirido que esta questão está esclarecida. De facto nós temos feito um aproveitamento ao máximo dos recursos que temos, temos feito a dita optimização, por exemplo no que respeita a projectos de arquitectura eles são todos feitos na Câmara Municipal, contrariamente ao que se passa em muitos municípios que legitimamente recorrem a grandes arquitectos de renome mas isso são valores que nós consideramos que não temos condições para pagar. Temos técnicos de qualidade, competentes na Câmara recorremos a eles sempre que é possível. Mas há casos que de facto não é possível, há trabalhos especializados que têm de ser outros a fazer porque os nossos técnicos ou não têm as qualificações necessárias ou a especialização necessária, é o caso por exemplo, ainda relativamente aos projectos de especialidades, coisas muito recentes como a questão da certificação energética, etc. Nessa matéria estamos de consciência tranquila temos desde sempre essa política de otimizar recursos. Lembro-lhes que há pouco tempo ainda não se falava de crise e nós já tínhamos feito alterações profundas na orgânica da Câmara, fundimos quatro departamentos em dois no caso do departamento de obras municipais e o departamento de ambiente que se fundiram num só. Com isso poupamos num cargo de dirigente porque o director passou a dirigir os anteriores dois departamentos mas sobretudo ganhamos em eficácia e eficiência, é uma situação que já vem do início do meu primeiro mandato dois mil e nove e que está a resultar muito bem. Foi feita também uma situação idêntica com o departamento de administração geral e financeiro que também se fundiram num só. É evidente que a Câmara ao longo destes anos tem apostado muito na formação dos seus funcionários mas conforme foi dito aqui não é possível ter funcionários multi-funções, isso não existe. E porquê que aparece aqui este quadro de pessoal com estas necessidades? Por uma razão muito simples a Câmara precisa destas pessoas para colmatar as necessidades que existem nestas áreas, é evidente que neste momento estão a ser colmatadas por outras pessoas em regimes contratuais diferentes mas não sendo possível renovar estes contratos e sendo certo que a necessidade permanece temos que fazer face a essa necessidade e contratá-los, ou melhor, não quer dizer que sejam essas pessoas, isso é preciso que fique bem claro, é necessário abrir procedimentos para que noutra regime contratual se possa aprovar aqueles cargos. Queria também deixar uma nota que me parece muito importante que é o facto de em Lousada haver uma forte tradição de trabalho por

administração directa, como sabem e os senhores presidentes de Junta aqui presentes sabem isso perfeitamente, em Lousada faz-se muita obra por administração directa graças a essa disponibilidade que existe de termos funcionários operários que tem essas qualificações. É evidente que isto dá muito trabalho, sobretudo a quem os dirige é muito mais fácil por exemplo gerir um processo de empreitada em que basicamente se faz a fiscalização e em alguns casos a fiscalização até é obrigatória ser feita por entidades externas a partir de um determinado valor, é só gerir um processo, fazer autos e pouco mais, é muito melhor para os funcionários. Na administração directa é preciso acompanhar as obras no local, é preciso programar, fiscalizar, mas não nos arrependemos desta aposta que fizemos e em boa hora a fizemos. E tem acontecido ao longo dos anos, o investimento que nós temos contabilizado que é feito graças ao recurso à administração directa, ser cerca de um terço de todo o investimento municipal, isto é um bom sintoma para o futuro escuro que se nos reserva, porque um dia que não haja a disponibilidade que vai existindo em termos de apoios de fundos comunitários, Lousada tem aqui uma saída que é continuar a fazer obra com prata da casa. Para concluir, os dados são objectivos, por muito que digam não vai haver aumento de pessoal, é o que está previsto, o número de lugares é o mesmo, e por muito que digam também, face àquilo que aqui ouvi, o que vocês defendem é que Câmara devia reduzir o número de postos de trabalho, podemos chamar a isso desemprego, extinção de postos de trabalho, podemos chamar o que quisermos mas é essa conclusão que se retira daquilo que aqui foi dito hoje.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2012, conforme estabelece o nº 3 do art.º 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro conjugado com a alínea b), do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número dois foi aprovada por trinta votos a favor, doze contra dos seguintes membro: António Filipe Cardoso Barbosa, Carlos Manuel Nunes, Maria Emilia Chamusca, Joaquim José Bessa, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro, Jorge Manuel Neto, Delfina Morais da Silva Campos, António Joaquim Santos Pacheco representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Casais, Jorge Filipe de Almeida

Ferreira Peixoto, Branca Cecília de Sousa, José Augusto Campos Barros e Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira e uma abstenção do seguinte membro: António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Luís Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira; Joaquim Cardoso, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo .-----

----- QUINTO PONTO - Alteração ao Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração do artigo vinte e oito do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais, bem como a alteração dos artigos um, dois, vinte e trinta e quatro da estrutura Flexível e Competências dos Serviços Municipais, nos termos do art.º 6º do Decreto- Lei nº 305/2009 de 23 de Outubro conjugado com a alínea n), do nº 2 do art.º. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.-----

----- A proposta número três foi aprovada por quarenta e um votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Luís Pacheco. Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira; Joaquim Cardoso, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo e Jose Campos de Barros -----

----- SEXTO PONTO - Construção do Pavilhão Desportivo de Apoio ao Centro Escolar de Barrosas (Stº Estevão) – Autorizar Repartição de Encargos-----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido

Socialista: «Algo muito breve, isto é apenas mais uma prova de que não centralizamos os equipamentos desportivos.» -----

---- De seguida foi posta á votação a proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para a repartição dos encargos da obra, construção do pavilhão desportivo de apoio ao centro escolar de Barrosas (Santo Estevão), em mais de um ano económico, pertencendo noventa e um mil, novecentos e dezanove euros e doze cêntimos ao ano de dois mil e onze e quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e sete euros e setenta e cinco cêntimos ao ano de dois mil e doze, em cumprimento do estabelecido no nº 6 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 08 de Junho” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de quarenta e três votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Luís Pacheco. Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira; Joaquim Cardoso, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- SÉTIMO PONTO - Criação da Agência de Energia do Tâmega e Sousa – Aprovação -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para integrar a Agência de Energia do Tâmega e Sousa, nos termos dos estatutos apresentados” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de quarenta e três votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Luís Pacheco. Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira; Joaquim Cardoso, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- OITAVO PONTO - Regulamento das Zonas de Estacionamento de

Duração Limitada no Concelho de Lousada; -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhora presidente, meus senhores e minhas senhoras aqui presentes, a fundamentação de retirar os veículos que ficam todo o dia estacionados nos locais próximos do comércio tradicional e das instituições até é válida. Contudo, nem todos os comerciantes são unânimes estando alguns de acordo, outros nem tanto em que esta medida, seja por si só, o alavancar do comércio tradicional no centro da vila. É também de frisar que em termos de futuro, com o alargamento e crescimento urbanístico, não será o princípio, pergunto eu, de virem a ser instalados parquímetros em todas as artérias da vila e até em alguns centros de freguesia? O que para a CDU é inaceitável.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «A única razão que nos levou a tomar esta medida foi justamente criar disponibilidade de estacionamento, não há outra razão. Não é uma razão económica certamente até face aos valores das tarifas em questão que são irrisórias, é justamente disciplinar o estacionamento, porque infelizmente é isso que se constata, a esmagadora maioria das viaturas são colocadas de manhã e retiradas à noite. As pessoas podem fazer isso, estacionar de manhã à noite, mas um bocadinho retirado do centro, não custa nada andar dois minutos a pé. Esta é a única preocupação que nós temos. Nós no passado assumimos que eramos contra o pagamento do estacionamento e mantemos esse compromisso. Portanto certamente que no futuro a ideia não passa por aí de alargarmos isto a toda a vila, nem às freguesias, é uma medida muito localizada e com objectivo muito específico.» -----

----- De seguida foi posta á votação a proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada no Concelho de Lousada, conforme estabelece a alínea a), do nº 2 do art.º. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por trinta e nove votos a favor e um voto contra do seguinte membro: Francisco Xavier Pires e uma abstenção do seguinte membro: António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Luís Pacheco. Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira; Joaquim Cardoso, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- NONO PONTO - Aditamento ao Capítulo III da Tabela de Taxas e Licenças -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do aditamento ao capítulo III - ocupação do domínio público e aproveitamento de bens de utilização pública da tabela de taxas e licenças municipais anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, com a inclusão do quadro 26-A (zonas de estacionamento de duração limitada), conforme estabelece a alínea a), do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número sete foi aprovada por quarenta e um votos a favor, um contra do seguinte membro: Francisco Xavier Pires e uma abstenção do seguinte membro: António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Luís Pacheco. Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira; Joaquim Cardoso, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- Eram duas horas e quinze minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: Carlos Manuel Fernandes, presidente da Junta de Freguesia de Torno -----

----- DECIMO PONTO - Aprovação do Plano Director Municipal -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhoras e senhores

deputados, excelentíssimo público. Finalmente o famigerado PDM chega a esta Assembleia Municipal para discussão. Quantas intervenções fizemos a reclamar uma nova versão do PDM? Quantos anos passaram desde que em mil novecentos e noventa e quatro foi aprovado o actual PDM e logo no mandato autárquico seguinte, o mesmo Gabinete Técnico que o elaborou foi contratado para proceder à sua revisão, ou seja passaram quase quinze anos e eis que depois de muitas promessas e expectativas criadas, finalmente é-nos apresentada a proposta de Revisão do Plano Director Municipal para o Concelho de Lousada. Neste momento, importa desde já apresentar algumas observações, com tanto tempo para a elaboração deste documento é lamentável, na nossa perspectiva, que nesta fase final tenham inviabilizado tempo útil e necessário para que as forças políticas representadas nos órgãos autárquicos, pudessem analisar convenientemente a proposta aqui apresentada. Por outro lado, o atraso na revisão do PDM obrigou muitos lousadenses a sair do concelho para construírem a sua própria habitação. Esse mesmo atraso impediu que empresas se instalassem em Lousada, e outras deslocaram-se para fora do Concelho, com prejuízo para os lousadenses. Muitos postos de trabalho foram criados fora do concelho que poderiam ser aqui instalados. Podemos apresentar alguns exemplos de empresas que se instalaram no concelho de Paços de Ferreira, por exemplo IRMARFER, que tinha toda a pretensão de se instalar em Lousada e instalou-se no concelho de Paços de Ferreira, é uma grande empresa, uma referência para o país. Durante quinze anos o município criou falsas expectativas a muitos munícipes, quanto ao termo da conclusão do processo de revisão, com sucessivos adiamentos. Lembramo-nos todos muito bem que ora era em Fevereiro de um ano, ora em Setembro do outro, ora voltavam a adiar para o ano seguinte, e foi assim um sem número de vezes. Por outro lado, com o atraso na revisão do PDM, mesmo aqueles que hoje vão poder construir, deparam-se com um grave problema, os bancos não emprestam dinheiro ou se emprestam exigem condições proibitivas. Dos seiscentos pedidos/reclamações apresentados em fase de discussão pública, cento e dezanove foram atendidos e cento e vinte e quatro parcialmente atendidos. Como se sentirão os trezentos e cinquenta e sete titulares, entre as quais as Juntas de Freguesia que também apresentaram propostas, que não viram atendidos o seu pedido, depois de a muitos deles terem criado falsas expectativas? Mas quando falamos de um Plano Director Municipal qual a importância que lhe devemos atribuir? Como disse no início da minha

intervenção, aquando da discussão do orçamento, esta Assembleia discutiria dois importantes documentos: o orçamento, plano plurianual e PDM estes são de facto importantes documentos para a definição estratégica do desenvolvimento do concelho, que se pretende naturalmente sustentável, harmonioso e equilibrado. Dirá ou diria Manuel da Costa Lobo & Paula Pacheco Rolo Duarte o seguinte: “O emprego, as acessibilidades, os desencontros habitação-trabalho-equipamentos e outros problemas graves deverão ser determinados e avaliados quanto às suas prioridades e eventuais emergências a nível municipal e intermunicipal.” Trata-se de “estabelecer estratégias alternativas, mobilizando meios e definindo programas, que permitam atingir os objectivos do plano, nomeadamente em relação à política de solos e às áreas de extensão mobilizáveis e mobilizadas para o efeito e ainda no tocante às carências e roturas oferta/procura, face aos recursos disponíveis e às capacidades dos dispositivos urbanos – equipamentos e infra-estruturas.” Ora, um Plano Director Municipal deverá constituir-se como “uma visão, um conceito, uma imagem e um significado, devidamente coordenados, portanto uma síntese”, “o planeamento deve ser sempre global e integrado”, estabelecendo “prioridades e condições de desenvolvimento; taxas de urbanização...; incentivos; prazos para urbanização e edificação, indicando as realizações programadas de infra-estruturas e as penalidades por não cumprimento dos prazos e das tarefas acordados, face aos compromissos assumidos.” Como disse, genericamente estas são palavras de Manuel da Costa Lobo & Paula Pacheco Rolo Duarte numa publicação dos Cadernos do Instituto Nacional de Administração. Gostaria agora de realçar aquilo que já foi aludido pelos vereadores da coligação “Lousada Viva”, na sua declaração de voto, em reunião de Câmara. Enquanto aspectos positivos, identificamos o facto de estar projectado: uma variante entre Caíde de Rei e a Vila de Lousada; a reserva de uma parcela de terreno junto à rotunda do Hospital para aí ser construído um Interface Multimodal de Transportes; prevista a elaboração de diversos Planos de Pormenor em várias Freguesias e para alguns equipamentos (turísticos e industriais) e possibilidade de legalização de edificações construídas antes de Janeiro de dois mil e três. Enquanto aspectos negativos: Excesso de área de construção no perímetro da Vila de Lousada; Não está projectada a conclusão da variante norte da Vila de Lousada, desde o Campo de Hóquei até à rotunda do Hospital ou à variante de acesso à A11e A42. É importante a concretização desta obra para desviar parte do trânsito da

Vila de Lousada que com as recentes obras de requalificação urbana tornou difícil a sua circulação; Não terem reservado uma área para equipamento destinado à construção do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Lousada, sob pena de um dia ter que se adquirir o terreno a preços proibitivos; Constatamos que a área onde está instalada a Pista da Costilha (Eurocircuito de Lousada) passou para zona de construção. Entendemos que naquele ou noutro local, deveriam ter reservado uma área de equipamento destinada à construção de uma nova pista para provas de automobilismo. Este novo PDM pode estar a contribuir para o fim do desporto automóvel em Lousada, o que se lamenta; não está projectada uma variante desde a Vila de Lousada até à futura variante de Aparecida; próximo da estação de comboios de Caíde de Rei era importantíssimo ter reservado uma área de equipamentos, para aí ser construído um parque de estacionamento e uma estação de camionagem; lamentamos que não esteja reservada qualquer área para uma zona industrial na Freguesia de Nevogilde, junto ao nó de acesso à A42. Este é o local mais próximo da Área Metropolitana do Porto, do Aeroporto Dr. Francisco Sá Carneiro e do Porto de Leixões; também lamentamos que na Freguesia de Lodares não tenham destinado terrenos para uma zona industrial, quando junto ao nó da variante à 106 que liga à A4 já existe uma zona industrial privada (próxima da Igreja). Esta freguesia, tal como a de Nevogilde, situa-se numa zona estratégica para aí serem instaladas empresas, que criem emprego para o concelho de Lousada. Infelizmente há muito que percebemos que essa não é a estratégia deste executivo socialista que lidera o município. Registo de incoerência na identificação de edifícios e espaços públicos, pois esta proposta ignora muitos equipamentos públicos, alguns exemplos: escola do primeiro ciclo em Covas; campo de futebol de Nevogilde; Capela de Santa Isabel; escola do primeiro ciclo do Cruzeiro em Nespereira; sede da Junta de Nespereira; sede da Associação de Solidariedade Social em Nespereira; escola do primeiro ciclo de Sobreira em Caíde de Rei; complexo funerário de Caíde de Rei; Centro de Saúde de Caíde de Rei, ou seja neste plano todos estes equipamentos não são equipamentos públicos. Terrenos com bons acessos ficaram classificados como reserva agrícola ou florestal e outros sem qualquer acesso ou com deficientes acessibilidades situam-se em área de construção, como se pode verificar na proposta de revisão. Por fim, referir também que o parecer final da CCDRN levanta um conjunto de dúvidas que merecem ser melhor interpretadas e explicadas pelo executivo municipal.» -----

----- Era duas horas e vinte e dois minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: Dora Manuela Rocha ---

----- Intervenção do Sr. António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Relativamente a este ponto eu levantava a questão e informava os presentes que no dia treze de Dezembro de dois mil e dois a Reserva Agrícola Nacional concedeu parecer favorável à utilização de seiscentos e cinquenta metros quadrados de solo agrícola para construção do Centro de Saúde de Caíde de Rei, primeiro aspecto. Segundo, por deliberação da entidade Regional da Reserva Agrícola em trinta e um do sete de dois mil e nove foi dado parecer favorável à utilização de dez mil e quatrocentos metros quadrados de solo agrícola para ampliação do novo complexo funerário de Caíde de Rei. Terceiro aspecto, à semelhança do que se pretende para o Vale do Ribeiro de Ponterrinhas pretendia-se também que essa unidade operativa fosse alargada para o lado da Ribeira de Caíde de Rei no sentido de fazer o prolongamento dessa mesma unidade operativa e aproximar Caíde de Rei à sede do concelho de um modo mais digno e verde, à semelhança desse mesmo plano de pormenor e neste caso da unidade operativa de planeamento. Sobre a zona de acolhimento empresarial de Caíde Rei foi também solicitado esclarecimentos relativamente à redução dessa área sabendo que praticamente tudo o que existe de indústria encontra-se na área que desapareceu como industrial e que actualmente tem uma outra classificação. Acresce que para além do que foi dito pelo Carlos Nunes, a escola onde o nosso vice-presidente estudou também não está classificada como de interesse público, pelo menos como equipamento público. Em relação á própria classificação de outras áreas, nomeadamente uma privada que está classificada como equipamento público, que actualmente está fechado esse prédio, e encontra-se classificado como equipamento público não terá sentido essa classificação. Eu perante isto e tendo dado entrada a estes documentos em dezasseis dos seis de dois e mil e dez, aquando da participação pública, fiquei preocupadíssimo e irei comunicar à própria Assembleia de Freguesia essas questões. Mas há uma situação que eu pelo menos pressinto e fico preocupado que face e ao desejo de integrar o concelho e que o concelho tenha uma lógica global que faça todo este processo longo, haja estas omissões, que eu considero graves, que considero uma falta de respeito para com a própria instituição, freguesia de Caíde de Rei e para com a sua Assembleia de Freguesia que

deu estes pareceres e solicitou as respectivas correcções em devido tempo. E por essa razão e esperando explicação para estas questões, eu em contrário, senão as tiver convenientemente votarei contra o Plano Director Municipal. Sabendo que incorre em erros porque não está na totalidade correcto naquilo que se pretende para o futuro do concelho. Digo mais ainda, se de facto aquilo que se pretende com o espaço intermodal, eu refiro e irei afirmar sempre que é um erro gravíssimo, sendo o senhor um natural de Caíde de Rei, é gravíssimo, o facto de ter nascido na estação de Caíde. Em relação à reunião de Câmara não há nenhuma referência em relação àquilo que é a alavanca do concelho, nomeadamente em relação à ferrovia e nesse sentido se desenvolve uma plataforma intermodal para a questão da camionagem aqui no centro, defendo de igual modo, que também deve ser criada essa área intermodal não só para autocarros mas também para tudo o que é carros ligeiros. O senhor sabe também como eu e os presentes que actualmente tudo o que é Felgueiras, Lixa, Amarante, Marco está a seguir para o Porto através da estação de caminho-de-ferro. E por isso entendo que o desenvolvimento do nosso concelho passa pela afirmação ao nível da ferrovia. Como não se vê isto presente no próprio documento, é este o sentido do meu voto, votar contra.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Minhas senhoras e meus senhores, até podemos perceber algumas razões invocadas pelo executivo na sua declaração de voto para todo o arrastar deste processo. Mas convém lembrar que outros municípios do país, aqui bem próximos de nós, conseguiram aprovar a revisão dos seus PDM's. Dois municípios bem próximos de nós, aprovaram a revisão do PDM, Lousada imputa as desculpas todas a entidades externas, a terceiros, a desculpa não pode ser somente dos outros. E todo este arrastar do processo que culmina com a entrega dos documentos para nossa análise, poucas horas antes desta Assembleia, que havia sido prometida uma Assembleia extraordinária para discutir este importante assunto, estamos hoje às duas e meia da manhã a discutir este importante documento para o concelho. Minhas senhoras e meus senhores, senhoras e senhores deputados, há algo que deve nortear a elaboração de um documento desta importância. É necessário conferir-lhe uma dupla visão, a visão do terreno, da realidade do caso a caso e a visão do gabinete, uma visão da globalidade, da coerência e da funcionalidade das opções tomadas. Quem olha para a

cartografia da proposta fica com a impressão de que isto não aconteceu na melhor medida. Muitas situações que já apresentei na anterior intervenção dão conta disso mesmo. Casos graves e gritantes não foram acautelados, não vale a pena acusar-nos de agora apresentarmos estas ideias, isso só denota o quanto não pensaram devidamente e convenientemente a revisão do PDM. Vossas excelências fecharam em si mesmos a revisão deste documento. Em todo este tempo realizaram apenas uma sessão pública na recta final da revisão para apresentação prévia da proposta para discussão pública. Conclusão, temos um PDM elaborado com pouca participação pública, se isso tivesse acontecido muito provavelmente a proposta de PDM não incluiria áreas de construção em zonas impossíveis de construir por exemplo em Lodares, Meinedo e São Miguel, é que este facto eleva o índice de construção no concelho, prejudicando outras zonas onde ficou vedada a construção de edifícios. Um outro dado curioso para análise é que a proposta levada a discussão pública não era certamente uma boa proposta, tal como se veio a verificar pelo elevado número de pedidos/reclamações apresentados e, depois, pelo número, ainda que menor, de deferimentos concedidos. Isto só traduz o quanto foi possível evoluir de uma versão, apresentada em discussão pública, para a versão final. Assim como, eventualmente podemos acreditar, as evoluções que a proposta amanhã sofreria, se tal fosse imediatamente possível alterar. Para terminar, uma sugestão apenas, torna-se, diria eu necessário e de bom-tom notificar todos os reclamantes a informar do despacho de cada reclamação.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Confesso que percebo pouco deste assunto portanto a minha intervenção é mais pessoal que outra coisa. Cito a parte final da declaração do senhor Dr. Pedro Machado na reunião de Câmara: “Lamento ainda o facto de as críticas e sugestões que agora foram apresentadas pela coligação, não tivessem sido apresentadas há mais tempo. A coligação podia ter apresentado sugestões, pelo menos desde o início do período de discussão pública, mas não o fez, preferiu criticar a proposta final. No entanto, sempre se dirá que algumas das sugestões agora apresentadas são irrelevantes e outras não eram passíveis de ser contempladas na proposta final”, o senhor Dr. Pedro com certeza vai falar sobre isto. Se assim é, desculpem-me que lhe diga dá a impressão que a oposição sempre quis adiar a votação desta aprovação do Plano Director Municipal. Diz o Dr. Carlos Nunes, finalmente, acredito no senhor mas

noutras pessoas não acredito. Assim sempre iam falando aqui nesta Assembleia e nas conferências de imprensa. A partir de hoje esgotou-se. Sobre a aprovação do plano demorar este tempo todo. Eu ouvi na televisão o senhor presidente da Câmara de Santarém, o Dr. Moita Flores a dizer o seguinte num programa televisivo: “a aprovação do PDM passa por vinte e oito organismos estatais”. O senhor Carlos Nunes também falou aqui de uma coisa que eu não concordo muito, eu acho que ao aprovar o Plano Director Municipal nesta altura, há muita gente que quer construir casa e ficou a beneficiar, a especulação imobiliária já não é o que era. Se o tivéssemos feito há meia dúzia de anos atrás ainda era bem pior.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Em primeiro lugar salientar o facto de terem sido aqui feitas citações de dois autores de denominada na área, é sempre bom saber que o plágio não é uma coisa que perdura e isto é um bocado lacónico. Em segundo lugar dizer apenas o seguinte: há poucos concelhos no país com o PDM aprovado. É mentira o que eu estou a dizer? A partir de hoje Lousada será um dos concelhos com PDM aprovado e com a situação regularizada, escrutinada como já disse o senhor Santos por gabinetes, por instituições do Estado e privadas com a máxima competência. Eu João Correia admito não ter competência para escutinar e portanto o meu voto, como penso que será o da bancada do PS, será favorável. Duas coisas também admito, a primeira não sei qual é a diferença ou não percebo porquê que é que tem de estar no PDM que aquele equipamento que ali está é público. Não sei qual é a diferença e gostava que me explicassem, se o equipamento está lá é uma escola e no PDM não faz referência a um equipamento público mas diz que está lá um equipamento, eu não percebo qual é aqui a diferença e porquê que parte formal se há-de sobrepor à parte substantiva. A segunda coisa que eu também gostava de elencar, o PDM não é um documento fácil, nós estamos a falar quinze anos para Lousada mas vamos falar de vinte, trinta, quarenta, cinquenta anos noutros concelhos do país e é fácil de verem isso. E porquê? Porque os interesses que estão em jogo são antagónicos e são egoístas, não são os interesses das populações, salvaguardando aqueles que o estados e essas instituições procura defender e a própria Câmara Municipal porque de resto cada um quer é defender a sua terra, o seu cantinho de terra, a sua casinha e poder construir ou não. Não obstante eu penso que e tendo em conta o pouco

que pude ver, o PDM tendo em conta todas as limitações existentes por lei relativas a reserva agrícola, reserva florestal, reserva Camarária agrícola, penso que não estou em erro naquilo que li, é um PDM equilibrado, com erros, acredito que sim, é rara uma coisa que eu veja que não tenha um defeito, dois que não se lhe possa apontar. Certamente que será objecto de correcção daqui a um ano, dois, dez, quinze que seja e certamente sê-lo-á aprovado antes de outros que ainda não o foram. Por fim, queria dizer que me congratulo com o facto de este PDM ser aprovado hoje e congratulo-me pelo facto de hoje terminarmos com as conferências de imprensa da banca rota e do PDM e podermos finalmente em vez de vermos conferências de imprensa passarem-se a realizar conferências de casino como se fez no século dezanove, se calhar é a melhor opção.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Queria começar por dizer que obviamente também eu me congratulo por estarmos aqui a aprovar a revisão de Lousada. Começando pela intervenção do Dr. Carlos Nunes, confesso que fiquei confuso com tanta contradição. Fez algumas citações de autores nesta área do urbanismo e do ordenamento do território por acaso lido com outros o professor Alves Correia, com a escola de Coimbra onde fiz lá uma pós-graduação justamente nesta área, embora isso não me dê nenhum estatuto especial para falar disto, o que me dá algum estatuto para falar disto é o facto de ter acompanhado ao longo destes últimos seis anos este processo e posso testemunhar perante todos as dificuldades que senti. Começo por corrigir o lapso temporal, não é verdade que tenha demorado quinze anos. Se o PDM foi aprovado em noventa e quatro, o que a lei diz é que o prazo de vigência dos PDMs é de dez anos, devem ser revistos ao fim de dez anos, é evidente que houve trabalhos preparatórios, houve contratações mas em bom rigor o PDM começa em dois mil e três, foi na altura em que se fez a auscultação pública à população, quando as pessoas puderam apresentar as suas participações, as suas sugestões. Foi aí que na verdade começou o trabalho, não estamos a falar de quinze, estamos a falar de oito anos. É muito tempo, quem nos dera a nós ter isto aprovado há mais tempo. Disse que não tiveram tempo suficiente. A discussão pública foi em Maio de dois mil e dez, há um ano e meio, não é tempo suficiente? Pessoas e empresas saíram do concelho. Certamente que algumas pessoas saíram do concelho mas ainda há pouco disse muitas outras vieram, se crescemos cinco virgula seis, não temos nenhuma varinha de condão para duplicar

peças, alguma coisa se passou. Esse caso da IRMAFER desconheço, certamente que não se instalou em Lousada pelo facto de não existir terreno com aptidões construtivas porque há muito terreno com aptidões construtivas em Lousada mesmo no anterior PDM. Agora o grande problema é que grande parte desses terrenos estão em mãos de proprietários que pura e simplesmente ou não estão disponíveis para os vender ou então pedem preços proibitivos, esse é que é o grande problema neste domínio. Aliás não é por acaso que esta questão já vem sendo discutida há alguns anos de tributar os prédios rústicos com capacidade construtiva. Fala-se que a lei dos solos vai ser revista, aliás é um dossier que anterior ministra do ambiente tinha em mãos, o que se fala é que o actual governo está a ponderar isso, não tenho a certeza mas é o que ouço, e portanto no futuro às tantas vamos ter precisamente o inverso, vamos ter pessoas a pedir para que os terrenos deles não sejam de construção, quando começarem a pagar impostos dos seus prédios rústicos com capacidade construtiva. Disse que foram criadas expectativas às pessoas e como é que vão reagir as pessoas que não foram contempladas. Sim, isso é um problema, mas qual era a alternativa? Era por tudo zona de construção, isso era fácil fazer o PDM, fazia-se em dez minutos, todo solo urbano, toda a gente construía onde queria e lhe apetecia. É evidente que essas pessoas vão ficar insatisfeitas. Agora, todas as situações que nos foram reportadas, todas as reclamações que nos foram apresentadas foram muito bem ponderadas. Nós vamos comunicar a decisão a todas elas, achamos que seria uma desconsideração perante esta Assembleia Municipal fazê-lo antes do assunto ser aqui discutido. Portanto será a primeira tarefa que iremos fazer já na próxima semana, comunicar às pessoas o resultado e o porquê das suas sugestões/reclamações não terem sido atendidas e aqui aproveito já para dizer ao senhor presidente da Junta de Caíde que obviamente a Junta também vai ser notificada. Afinal também há aspectos positivos no PDM. Esta situação que referiu a última das legalizações. Foi um assunto que foi ponderado apenas depois da discussão pública, não são muitos felizmente os casos mas de quando em vez aparecem situações de construções clandestinas mas que do ponto de vista urbanístico não atentam contra aquilo que é as boas práticas, são situações que estão consolidadas que nunca deram problema, com uma boa integração paisagística e de ordenamento do território e pensamos criar uma disposição excepcional que permita legalizar essas situações, é evidente que não é uma legalização sem regras, é necessário cumprir tudo o que

são regras gerais, desde REGEU, etc, cumprir tudo o que são servidões administrativas como por exemplo se for reserva agrícola, reserva ecológica, se estiver junto de estrada nacional, todas essas regras têm de ser cumpridas. Agora aquelas regras que têm a ver só com o PDM, como exemplo afastamentos, índice de construção e outras coisas do género, aí é que a Câmara tem a possibilidade, apreciando o caso em concreto de poder aprovar a situação desde que sejam anteriores a esse período de auscultação pública. É evidente que também tem inconvenientes porque aquele município que gosta e bem de fazer as coisas como deve ser e construir única e exclusivamente com licença poderá sentir-se um pouco injustiçado mas nestas coisas não há soluções ideais e ponderados os prós e os contras achamos que seria ajustado criar aqui esta almofada, que só resolve situações anteriores a dois mil e três. Quanto à intervenção do senhor presidente da Junta de Caíde, o espaço onde está o centro de saúde saiu da RAN como sabe, o espaço da ampliação do cemitério já não é reserva ecológica. O facto de estar classificado como equipamento ou não, não traz qualquer prejuízo para o efeito porque as situações estão instaladas. Esta situação da classificação dos equipamentos é importante sim no solo urbanizável, aquele solo de expansão, para deixar condições para que no futuro determinado projecto não deixe de poder ser realizado pelo facto de entretanto ter havido ali outro tipo de ocupação. Agora disse e bem o João Correia, se determinado edifício é uma escola não é pelo facto de no PDM não estar como equipamento que vai deixar ser uma escola, é uma falsa questão, é irrelevante. Quanto à unidade operativa de planeamento e gestão da Ribeira de Caíde, é uma das situações que certamente lhe vamos dar nota do porquê. Porque isto obedece a uma lógica e regras. O equipamento privado, conheço o que está a falar, é a mesma situação. Portanto, julgo que não terá havido nenhuma reclamação/sugestão se não também teríamos alterado. Esqueceu-se de referir uma sugestão da Junta de Freguesia que foi acolhida, a classificação da Rua Zé do Telhado como de interesse cultural, atendemos a essa sugestão da Junta de Freguesia. Quanto á questão de não ficar previsto o interface modal. Como sabe aquela zona onde já se falou na possibilidade de se fazer o parque de estacionamento é uma zona que interfere com reserva agrícola e reserva ecológica, a dificuldade é essa. E por outro lado a classificação de uma determinada área como equipamento não resolve o problema, o problema de base, temos de ser sérios, é se os proprietários estão disponíveis para vender a preços minimamente aceitáveis ou de preferência ceder como muita boa gente

vai fazendo neste concelho. Aliás se este concelho se tem desenvolvido conforme tem, é graças à disponibilidade que tem havido de muitos e muitos proprietários que cedem gratuitamente os terrenos, estou a lembrar-me de pequenas obras, pequenos arranjos mas também de grandes obras por exemplo a variante de Lustosa, foi quase todo o terreno dado, são áreas brutais. Portanto como eu estava a dizer não é pelo facto de determinada área estar classificada como equipamento que há garantia que vai ser feito. E isto serve um pouco de resposta à crítica que a coligação fez na declaração de voto de não prevermos um espaço para Quartel dos Bombeiros, por um lado ninguém nos solicitou essa classificação, por outro lado não era o facto de nós prevermos que ia facilitar a construção do novo quartel, pode ser feito em qualquer área que esteja classificada como urbana. Está bem, vocês são os iluminados e os técnicos da Câmara, da CCDRN, de todas as entidades andam aqui distraídas. O Dr. Carlos Nunes disse também que municípios bem perto de nós aprovaram o PDM, é verdade há dois municípios aqui na região que aprovaram antes de nós é o caso de Paços de Ferreira e Penafiel. Agora queria-lhe dar nota do seguinte, e que tem a ver um pouco com este atraso na entrega de alguma documentação, nomeadamente o parecer final da comissão de coordenação. A comissão de coordenação fez uma análise de todo o processo e previa fazer mais recomendações do que estas que aqui estão. Nós fizemos uma reunião de concertação, estudamos essas recomendações e chegamos à conclusão de que grande parte delas era o que estava em Penafiel. E eu questioneei os serviços da CCR, então isto não é possível para nós e é possível em Penafiel? Sim está bem mas Penafiel foi o último PDM pelo modelo antigo, que ainda foi a Resolução do Conselho de Ministros, agora é diferente a comissão é que assume o ónus, antigamente ainda havia a verificação na DGOTDU. Pronto vamos corrigir e corrigimos, cada dia, cada problema, é uma coisa impressionante, só quem esteve no processo é que teve a noção dos entraves que foram surgindo na elaboração deste documento. Depois fiquei com a sensação de que falaram um pouco de cor e sem concretizar, por exemplo “casos graves não estão resolvidos” é o tal “sino sem badalo”. Quais foram os casos graves que não foram resolvidos? Depois entra em contradição porque diz por um lado que houve muito pouca participação pública mas ao mesmo tempo diz que não é uma boa proposta porque foram muitas participações, foram seiscentas. Decidam-se, houve muita participação ou pouca participação? Eu julgo que houve de facto muita participação. E há áreas de território que porventura não

devessem estar classificadas como solo urbano, citou três freguesias. Não digo o contrário, agora isto é um instrumento de gestão territorial à escala municipal. Não estamos a discutir e aprovar um plano de pormenor ou plano de urbanização, estamos a falar de um Plano Director Municipal que pode ser aprovado à escala de 1/25000, essas situações de pormenor devem ser tratadas noutra sede. Sendo certo que houve uma freguesia que por unanimidade na Assembleia de Freguesia propuseram á Câmara que determinadas zonas deixassem de ser zonas de construção porque não fazia sentido, e nós demos razão, isso sim, é participação pública responsável na devida altura, não é esperar que a proposta esteja pronta para depois criticar. Quanto aos atrasos, já expliquei isso na reunião de Câmara. De facto desde logo as sucessivas alterações no regime jurídico que regula os instrumentos de gestão territorial, estamos a falar de sete alterações, três revogações parciais e entretanto foi alterado o regime de reserva ecológica, foi criado um novo regime de reserva agrícola, aparecerem novos conceitos técnicos que tivemos de adoptar quando já tínhamos o trabalho feito e reformular novamente, foi-nos exigido fazer a avaliação ambiental estratégica, que ninguém sabia o que era, tivemos que andar a fazer uma pesquisa de mercado porque julgo que devemos ter sido dos primeiros municípios a ter de fazer este documento, os anteriores PDMs que estavam aprovados não tiveram de seguir essas formalidades. Enfim foi uma série de situações, de vicissitudes externas à Câmara que infelizmente nos obrigaram a que o processo resvalasse. Quanto às outras críticas que nos foram assacadas, excesso de área da construção no perímetro da vila de Lousada. Um dos objectivos do PDM foi exactamente esse, concentrar as áreas, nós não podemos andar a dispersar a construção, isso tem custos brutais em termos de infraestruturas, não é caso único, em todos os PDMs há essa preocupação de concentrar os aglomerados. Não está projectada a conclusão da variante norte da vila de Lousada, desde o campo de hóquei até à rotunda do hospital ou à variante de acesso à A11 e A42. Eu confesso que fiquei confuso também. A variante não está lá? Querem que pinte o separador, mas o único troço que falta fazer é desde a presa de marecos até à nacional. Depois tem aquele troço até ao campo de hóquei e variante segue. Depois como disse também há situações que não eram possíveis ou que interferiam com reserva agrícola ou reserva ecológica, por exemplo essa zona em Nevogilde junto à A42 é reserva ecológica. Houve algumas participações para lá mas não foi possível alterar. Aliás a Comissão Nacional da Reserva Ecológica é uma coisa que eu pensei que já não existia na

administração pública, melhorou um bocadinho porque mudou a tutela, inicialmente era no ICN, era uma coisa tremenda, uma vez fomos a uma reunião e tivemos de vir embora porque não havia quórum, nem se dignaram a avisar, melhorou um bocadinho quando passou para a DGOTDU. Em jeito de conclusão, o que é que eu posso dizer, posso dizer que me congratulo muito por o PDM finalmente estar em condições de ser aprovado, não há qualquer dúvida de legalidade, o parecer da CCDRN é favorável, tem apenas quatro recomendações que tem que ver mais com a aplicação no futuro desse PDM e lamentar o facto das sugestões e críticas que a coligação apresentou terem sido extemporâneas. Fica-nos a ideia que das duas uma, ou há má-fé e eu não quero acreditar que haja má-fé, que houvesse a vontade de protelar esta decisão, porque não é difícil de perceber que politicamente, às tantas, até dava jeito manter esse bastião, mas não quero acreditar sinceramente que seja isso, mas também a não ser isso só pode ser outra coisa, sejamos honesto, incompetência ou negligência, porque como os seiscentos cidadãos fizeram e algumas instituições, nomeadamente Juntas de Freguesia apresentaram propostas/sugestões vocês também as podiam ter feito. Um ano e meio não chega é pouco tempo? Se calhar ainda queriam que daqui a dez anos, estivessem a criticar o executivo socialista por ainda não termos o PDM em vigor, era isso que queriam, mas queixem-se de vocês próprios porque não deram a devida atenção a um assunto de tanta importância.» -----

----- De seguida foi posta á votação a proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Plano Director Municipal de Lousada, conforme estabelece o nº 1 do art.º 79º do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, com a nova redação dada pelo decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro”, que foi aprovada por vinte e nove votos a favor, um contra do seguinte membro: António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei e onze abstenções dos seguintes membros: António Filipe Cardoso Barbosa, Carlos Manuel Nunes, Maria Emilia Chamusca, Joaquim José Bessa, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro Jorge Manuel Neto, Delfina Morais da Silva Campos, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto, Branca Cecília de Sousa, José Augusto Campos Barros e Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Luís

Pacheco. Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira; Joaquim Cardoso, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Carlos Manuel Fernandes, presidente da Junta de Freguesia de Torno, Dora Manuela Rocha -----

----- Declaração de voto do Sr. António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: “ Face ao exposto e face à minha declaração e ela é referente ao estudo que eu fiz da minha freguesia, Caíde de Rei, embora sabendo que o documento representa um todo não poderia votar favoravelmente sabendo que está em causa o futuro do concelho, e em especial ao senhor vice-presidente, face a ligeireza e quase a raspar a incompetência no modo como abordou esta matéria em relação ao desenvolvimento de uma freguesia específica que é Caíde de Rei, eu informarei atempadamente os órgãos competentes da freguesia e direi mais que o concelho fica francamente prejudicado com a falta de visão, nomeadamente, em relação ao nó ferroviário de Caíde, há áreas que não estão em reserva agrícola que podiam perfeitamente assumir esse espaço intermodal”. -----

----- Declaração de Voto do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ A Coligação “Lousada Viva” (PPD-PSD/CDS-PP) absteve-se quanto à proposta do PDM – Plano Director Municipal, pelas seguintes razões: 1 – Os documentos de suporte à proposta do PDM foram-nos entregues com pouquíssimo tempo para a sua devido, merecida e necessária análise. 2 – Abstivemo-nos também porque, depois de tantos anos levados a cabo por este executivo na revisão do PDM (cerca de 15 anos); depois de terem criado e alimentado muitas promessas e expectativas; depois de sucessivos anúncios e adiamentos da apresentação da proposta de PDM. A proposta que votamos apresenta ainda diversos aspectos negativos para o desenvolvimento estratégico, sustentável e harmonioso do concelho, como sejam, por exemplo: não contempla a definição de uma área para um futuro quartel de bombeiros; Não contempla a conclusão da variante norte ao centro da vila; Não contempla uma variante da vila à futura variante de Aparecida; Não contempla a definição de zonas de acolhimento industrial em Nevogilde, nas proximidades à A42, e em Lodares, nas proximidades à EN106/A4; não contempla a definição de um parque de estacionamento e estação de camionagem na proximidade

da estação de comboios em Caíde de Rei; entre outros aspectos. 3 – Por fim, abstivemo-nos também por reserva às considerações emitidas no parecer final da CCDR-N, e que levantam algumas dúvidas que merecem ser melhor interpretadas e explicadas”. -----

----- Declaração de voto do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: “ Eu votei favoravelmente este PDM porque creio que não é um documento fechado, é um documento que hoje, amanhã e depois estará em constante renovação, como estará o próprio concelho. É um documento orientador bastante importante para o nosso concelho. Porque as falhas que apontam não foram suficientemente importantes para votarem contra e não me parece que as falhas que apontaram constituam um impedimento para entrada em vigor deste PDM. Considero, novamente, que alegações sem factos são como o tal “sino sem o badalo” e vocês têm de arranjar bons badalos.» -----

----- Era três horas e dez minutos quando se ausentaram definitivamente desta sessão os seguintes membros: António de Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Maria Emilia Chamusca, Delfina Morais Campos e Filipa Maria Ventuzelos -----

----- DÉCIMO-PRIMEIRO PONTO - Apresentação das actividades realizadas ao longo do ano pelas comissões de acompanhamento eleitas pela Assembleia Municipal -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira pela Comissão de Acompanhamento à Construção do Complexo Desportivo de Lousada: «Reuniu a vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze, às quinze horas, com a presença do presidente, Mário Sérgio Cunha, Nelson Ângelo Coelho Oliveira e Fausto Oliveira e o professor Eduardo Vilar a pedido da mesma. Foi abordado o ponto da situação relativamente ao complexo desportivo, nomeadamente o campo de futebol, os dias de acesso ao interior, edifício de apoio, utilização do campo de futebol por parte das associações, número de utilizadores, gastos energéticos despesas e receitas do complexo, associativismo e utilização do complexo e o percurso pedonal. Deixei a acta para quem quiser consultar.» -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires pela Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de Lustosa: «Muito rapidamente também. Das visitas à

Ambisousa e Rima realizadas tem-se a salientar o seguinte: construção/instalação de dois alvéolos, um em cada uma das unidades. Na Ambisousa na zona de triagem, foi instalado um silo para colocação e melhor acondicionamento do vidro; a salientar também que nas duas unidades do aterro tem-se notado nos últimos meses uma menor quantidade de resíduos recebidos, quer sejam industriais ou urbanos, esta situação presume-se que seja da conjuntura económica de crise que o país atravessa tanto nas famílias como também nas empresas. Lamenta-se a quantidade de gaiivotas que saindo do seu habitat natural encontram poisio à procura de alimento no aterro sanitário. Esta questão segundo os responsáveis está a ser tratada com as autoridades e instituições ambientais tentando sanar este problema.» -----

----- Intervenção da Sr^a Lurdes Castro pela comissão de acompanhamento da habitação social: «Esta comissão reuniu duas vezes durante o corrente ano. A última reunião decorreu no passado dia trinta de Novembro na Câmara Municipal de Lousada com a presença da excelentíssima senhora vereadora Dr.^a Cristina Moreira que esclareceu todas as questões colocadas pelos membros presentes da comissão. Os empreendimentos habitacionais são três, num total de noventa fogos caracterizados da seguinte forma: em Lustosa estão distribuídos por dois edifícios com o total de quarenta fogos; em Meinedo também dois edifícios com o total de trinta e dois fogos e em Cernadelo apenas um edifício com dezoito fogos. Actualmente encontram-se vagos para realojamento em dois mil e doze, uma habitação em Cernadelo, quatro em Lustosa e duas em Meinedo. Por várias razões mencionadas nesta reunião entende esta comissão ser indispensável todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela divisão da acção social, quer na integração e acompanhamento das famílias, quer na auto-organização da população realojada.» -----

----- Era três horas e catorze minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: Jorge Manuel Neto -----

----- Intervenção da Sr. Joaquim Rocha pela Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo: «Esta comissão tem por objecto a promoção e protecção dos direitos das crianças e jovens em perigo por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. À comissão alargada compete desenvolver acções de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para crianças e jovens e é nesta que estão

integrados quatro deputados desta Assembleia: Claudia Lousada, Filipe Barbosa, João Ferro e Joaquim Rocha. A avaliação do primeiro semestre do ano de dois mil e onze permitiu-nos conhecer que a comissão é detentora de 162 processos activos, sendo que: 139 transitaram de dois mil e dez para dois mil e onze; setenta e dois processos foram abertos até Junho de dois mil e onze, assim o total até junho de dois mil e onze é de duzentos e onze processos dos quais quarenta e nove foram arquivados, permanecendo activos cento e sessenta e dois. Nesta avaliação foi-nos possível perceber que o motivo predominante é a negligência sendo seguida pelos maus tratos físicos e psicológicos já numa percentagem bastante inferior. A comissão alargada organizou-se em grupos temáticos de trabalho com o objectivo de priorizar a sua intervenção na comunidade, nas questões relacionadas com a negligência, maus tratos, insucesso, absentismo e abandono escolar precoce. Todas as actividades correram bem, umas com maior adesão e sucesso do que outras, mas quero aqui louvar a envolvimento e disponibilidade e empenho dos grupos e da comunidade, tais como as instituições parceiras, as juntas de freguesia, as paróquias, as escolas, os escuteiros, etc. Não podia deixar também de fazer aqui um agradecimento público e elogio à dedicação voluntária de elementos que compõem a comissão restrita e alargada que não só lidam com uma componente psicológica e afectiva muito complexa nas suas intervenções, como efectuam um trabalho administrativo extremamente burocrático que exige uma grande disponibilidade.» -----

----- Era três horas e quinze minutos quando se ausentaram definitivamente desta sessão os seguintes membros: Abílio António Alves e António Filipe Barbosa. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção do Sr. José Ferreira: «Eu não estive cá no início mas falou-se de requalificação do centro urbano. Não vou de alguma forma dar a minha opinião mas vou referir que pode ser óptimo para uns, mau para outros foi uma requalificação que teve apoios financeiros, participações. O que eu pergunto é o seguinte: pelo que eu sei, pela legislação que eu conheço porquê que a vila de Lousada não se candidatou ao eixo dois onde as cidades e centros urbanos à qual pertence segundo o seu artigo noventa e três, e podia ter não só requalificação mas sim regeneração urbana no seu todo, inclusive valorizando as próprias

freguesias e até de alguma forma num contexto objectivo para o próprio concelho, quer seja turístico, económico e social. Havendo essa possibilidade, gostaria de perguntar ao senhor vereador Dr. Pedro Machado em representação do senhor presidente, se conhece esse factor e porquê que não se aproveitou essa oportunidade e qual foi a razão pela qual ficaram só pela requalificação? Eu considero positivo mesmo assim mas penso que se podia ter ido mais longe.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Nós fomos a este programa porque era este o único programa disponível. Nós nos últimos tempos temos tido um tratamento por parte de quem faz as estatísticas e as classificações do território que no mínimo são incongruentes, para um efeito somos rurais para outro somos urbanos, para outros parece que não somos coisa nenhuma. Por exemplo, e há bocado falamos sobre isso, sobre a reforma administrativa, para aqueles indicadores que lá estão socorreram-se para dados do INE, onde por exemplo aparece todas as freguesias classificadas de medianamente urbanas e predominantemente urbanas, depois por exemplo no plano regional do ordenamento do território no PROT, que aguarda aprovação a situação já é completamente diferente, para o PROVER já é completamente diferente, depois não há coincidência nas freguesias, como sabem algumas freguesias ficaram impedidas de aceder ao LEADER, exactamente por causa disso. Eu julgo que tem a ver com essa emaranhado de classificações que obstaculizaram a que isso acontecesse. Mas depois se quiser dou-lhe uma resposta mais concreta.» ---

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

----- Mário Fernando Fonseca;-----

----- Jorge Simão Presidente da Junta de Freguesia de Cristelos; -----

----- João Edgar Ferreira Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida; -----

----- Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel -----

----- Não têm direito à senha de presença porque não estiveram presentes em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão os seguintes membros: José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira ---

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apenas a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Luís Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira; Joaquim Cardoso, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Carlos Manuel Fernandes, presidente da Junta de Freguesia de Torno, Dora Manuela Rocha, António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Maria Emilia Chamusca, Delfina Morais Campos, Filipa Maria Ventuzelos, Jorge Manuel Neto, Abílio António Alves e António Filipe Barbosa. -----

----- Eram três horas e trinta minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA